

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUCAS ANTONIO DA SILVA

**PESCADORES DA BARRA DO JOÃO PEDRO, UM ESTUDO
ETNOARQUEOLÓGICO.**

Prof. Dr. Gustavo Peretti Wagner
Orientador

Porto Alegre
2012

LUCAS ANTONIO DA SILVA

**PESCADORES DA BARRA DO JOÃO PEDRO, UM ESTUDO
ETNOARQUEOLÓGICO.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Peretti Wagner

Porto Alegre
2012

Catálogo na Fonte

S586p Silva, Lucas Antonio da
Pescadores da barra do João Pedro : um estudo etnoarqueológico / Lucas Antonio da Silva. – Porto Alegre, 2012.
126 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Peretti Wagner.

1. Etnoarqueologia. 2. Pescadores - Vida Social e Costumes. 3. Etnografia. 4. Práticas de Pesca.
I. Wagner, Gustavo Peretti. II. Título.

CDD 301.2

Bibliotecário Responsável
Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204

LUCAS ANTONIO DA SILVA

**PESCADORES DA BARRA DO JOÃO PEDRO, UM ESTUDO
ETNOARQUEOLÓGICO.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gustavo Peretti Wagner (Orientador) – PUCRS

Profa. Dra. Adriana Schmidt Dias - UFRGS

Prof. Dr. Klaus Hilbert - PUCRS

Porto Alegre
2012

Dedico esta dissertação a todos os pescadores,
que em tempos de destruição, ainda convivem
em harmonia com a natureza.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida, pois através dela foi possível o custeio de todas as atividades realizadas ao longo desses dois anos.

Agradeço ao meu Orientador, Dr. Gustavo Wagner, pela ajuda, incentivo e presença em todas as etapas do trabalho. Agradeço também, pela confiança depositada, que ao longo desses cinco anos de arqueologia, auxiliaram muito no meu crescimento profissional e pessoal.

À Dr. Klaus Hilbert, igualmente pela confiança que depositou em mim, bem como as diversas indicações bibliográficas e auxílio ao longo da pesquisa.

Agradeço a Instituição, que através do laboratório de Arqueologia forneceu as condições para minha formação.

Ao meu grande amigo seu Inácio, que ao longo desse período de pesquisa, foi um dos principais informantes na Barra do João Pedro, contribuindo de forma decisiva para a conclusão deste trabalho. Também agradeço pela amizade e pela forma como me recebeu, abrindo as portas de sua casa e abraçando a pesquisa. Agradeço também a sua esposa Eronita, pelas conversas, pela atenção que me concedeu e pela fartura que sempre encontrei à mesa.

Agradeço ao Yuri e a Karen, ambos filhos do casal acima referido, pela atenção que tiveram comigo e com a pesquisa. E também ao pequeno Emanuel pelas suas conversas no dialeto do “oh”.

Ao meu amigão André, pela atenção concedida à pesquisa, igualmente, tal como o seu Inácio, ajudando e fornecendo os dados necessários ao trabalho. Agradeço pela amizade e confiança, pois também me recebeu muito bem em sua casa. Também agradeço a sua esposa, Eliane, pela atenção, pelas conversas e gentileza que sempre me tratou.

Agradeço aos filhos do casal acima referido, Lucas e Júlia pela atenção que me deram. Também agradeço a minha pequena amiga Valentina, sempre sorridente.

A todos os outros pescadores que contribuíram de alguma forma com o trabalho: ao Junior, ao Jorge, ao seu Tonho, entre outros.

Agradeço aos colegas do Laboratório da Arqueologia: Marcus Wittmann, Filipi Pompeu, Rafael Frizzo, Andrei Scapin e Guilherme Fonseca pela ajuda concedida ao longo desses anos, e também pelas atividades de campo que realizamos no João Pedro. E também aos demais colegas, Juliana Konflanz, Rodrigo Terra e Ingrid Oyarzabal.

Agradeço aos meus amigos, que sempre estiveram presentes e me deram muito apoio: Alessandra Guaragna, André Jaeger, Caroline Baranzeli, Gabriela Grecco, Débora Maffi, Fernanda Soares, Guilherme Fonseca, Iliriana Rodrigues, Iuri Verba, Júlia Gonzales, Priscila Alves, e aqueles que por acaso foram esquecidos, sintam-se representados aqui.

Agradeço aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História pelos debates e momentos de distração nos intervalos das aulas, especialmente a minha colega e amiga Daniela Reis, pois profissionalmente, crescemos juntos desde 2006, portanto, agradeço a amizade durante esse período.

Agradeço a minha namorada Gabriela Ucoski por estar sempre presente nos momentos mais difíceis, sempre apoiando e incentivando. Agradeço também pelas risadas e companhia, pois esses momentos foram fundamentais para manter a sanidade mental ao longo desse processo tão complicado que é a escrita da dissertação.

Agradeço a minha vó Maria Luíza, ao meu vô Antonio, a minha tia Luíza, pelas viagens ao litoral e por ensinarem esse gosto pela pesca desde criança.

Agradeço a minha mãe Tereza e a minha irmã Laura, pois sem elas eu nunca chegaria até aqui, obrigado pelo apoio.

Paraíso de um caçador, ou melhor, regalo de um naturalista, chamemos, sem exagero, esta região lacustre do Rio Grande do Sul. (ROQUETTE-PINTO, 1962[1906], p. 28)

RESUMO

O litoral norte do Rio Grande do Sul possui um vínculo de longa data com a pesca. Desde o período pré-histórico, grupos humanos têm utilizado esse recurso como um modo de sobrevivência na região. Atualmente diversas comunidades de pescadores encontram-se espalhadas no litoral norte gaúcho, demonstrando que a exploração desse recurso continua sendo uma atividade importante para a sobrevivência dessas comunidades no presente. Contudo, a inexistência de pesquisas etnoarqueológicas na região não é compatível com a riqueza histórica, cultural, e material dessas comunidades. Portanto, esta pesquisa visa desenvolver um estudo aprofundado sobre modo de vida dos pescadores da comunidade da Barra do João Pedro. Destaca-se neste estudo, a busca pelas relações entre práticas de pesca e áreas de atividade, que podem ser observadas através de um estudo etnoarqueológico, combinando metodologias arqueológicas com as observações etnográficas. O trabalho arqueológico caracterizou-se pela espacialização das áreas de atividade, buscando, através disso, a compreensão dos comportamentos ali efetuados e como estes ficam registrados materialmente. A partir das observações etnográficas, foi possível registrar esses comportamentos que, como visto anteriormente, foram definidos como práticas de pesca. Com isso, estabeleceu-se uma relação de reciprocidade entre práticas de pesca e áreas de atividades, onde uma se define através da outra. Essa relação foi impulsionada pelas mudanças climáticas ocorridas no ano, que foram observadas em dois períodos distintos, a épocas da cheia e a época da vazante.

Palavras chave: Pescadores. Áreas de Atividade. Etnoarqueologia. Práticas de Pesca.

ABSTRACT

The north coastline of Rio Grande do Sul has a long bond of union with fishing. Since the pre-historic era, human groups have been using this resource as a way to survive in the region. Nowadays, several fishermen communities are spread in the “gaúcho” north coastline, showing that the exploration of that resource keeps being an important activity for the survival of those communities now. Nevertheless, the lack of ethno-archaeological research in the region is not compatible with the historical, cultural and material richness of those communities. Therefore, this research aims to develop a deep study about the way of life of the fishermen from the community of Barra do João Pedro. We intend to stand out, in this study, the search for relations between the practice of fishing and the areas of activities, which can be observed through an ethno-archaeological study, combining archaeological methodologies with the ethnographic observations. The archaeological work was characterized by the intervals of the areas of activity, searching, through that, for the understanding of the behaviors that were accomplished there and how they were materially recorded. Starting from the ethnographic observations, it was possible to record those behaviors that, as stated before, were defined as practice of fishing. Thus, it was established a relation of reciprocity between the practice of fishing and the areas of activities, where one is defined according to the other. That relation was impelled by the climatic changes that occurred during the year, which were observed in two different periods, the era of the floods and the era of the low water-mark.

Keywords: Fishermen. Areas of Activities. Ethno-archaeology. Practice of Fishing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sambaqui do Recreio.....	21
Figura 2 - Hóspedes em frente ao Hotel Sperb no início do século XX.....	32
Figura 3 - Acampamento de estudos topográficos 1918/1920.....	34
Figura 4 - Fotografia da abertura da barra e construção dos moles em Tramandaí.....	35
Figura 5 - Planta das lagoas, canais e obras hidroviárias previstas no projeto do Estado.....	37
Figura 6 - Barra do João Pedro e a balsa de travessia, ao fundo as casas de pescadores.....	40
Figura 7 - Caixa d'água de Capão da Canoa em 1949.....	42
Figura 8 - “A cabana das ovelhas” com suas áreas de atividades.....	55
Figura 9 - Visão parcial do galpão de pesca.....	72
Figura 10 - Seu Inácio retirando o filé de uma traíra na área de limpeza de peixe.....	74
Figura 11 - Caixas com a carcaça e o filé da violinha.....	74
Figura 12 - Croqui da bancada de limpeza.....	75
Figura 13 -Pescador Inácio fazendo o descarte das vísceras dos peixes.....	77
Figura 14 - Detalhe da área de armazenagem de artefatos, chamada de bancada de utensílios.....	78
Figura 15 - Croqui da área de armazenagem.....	79
Figura 16 - Croqui da área de pesagem e empacotamento.....	81
Figura 17 - Fotografia da área de pesagem e empacotamento retirada após a realização da prática.....	82
Figura 18 - Imagens de satélite da rota entre a Barra do João Pedro até o barraco. E no detalhe o barraco.....	83
Figura 19 - As atividades realizadas em campo.....	85
Figura 20 - Croqui da área de armazenagem do barraco, ou acampamento de pesca.....	86
Figura 21 - Detalhe de uma área de atividade do barraco.....	87
Figura 22 - Localização de uma fogueira, e em seguida ela em detalhe.....	88
Figura 23 - Croqui do barraco.....	89
Figura 24 - Croqui da área de cocção e consumo de alimentos.....	91
Figura 25 - Croqui complementar da área de cocção e consumo de alimentos.....	92
Figura 26 - Detalhe do descarte e da caixa de suprimentos.....	93
Figura 27 - Croqui da área de plantação de bananeiras.....	94
Figura 28 - Imagem de satélite da área de pesca.....	96
Figura 29 - Pesqueiro da figueirinha.....	97

Figura 30 - Pescador André remando e esticando a rede.....	99
Figura 31 - Preparo do caramujo para ser iscado no espinhel.....	100
Figura 32 - A organização do espinhel na caixa e a colocação deste na barra da Lagoa das Malvas.....	100
Figura 33 - Imagem de satélite da área de pesca e dos pesqueiros da época de cheia.....	101
Figura 34 - Os pesqueiros de vazante.....	102
Figura 35 - Pescador Inácio revisando as redes em um pesqueiro da lagoa dos Quadros.....	103

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 HISTÓRIA DA PESCA NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	20
2.1 A OCUPAÇÃO DOS PESCADORES-COLETORES NO LITORAL NORTE.....	20
2.2 OS PRIMEIROS RELATOS DO LITORAL (SÉCULO XVII E XVIII).....	21
2.3 OS RELATOS DE VIAGEM DO SÉCULO XIX E O SURGIMENTO DOS GRUPOS DE PESCADORES NO LITORAL GAÚCHO.....	24
2.4 A CHEGADA DOS VERANISTAS, O SURGIMENTO DOS BALNEÁRIOS E O DESENVOLVIMENTO DA PESCA COMERCIAL NO SÉCULO XX.....	28
2.4.1 O desenvolvimento dos balneários marítimos e a chegada dos veranistas.....	30
3 A ETNOARQUEOLOGIA E A ARQUEOLOGIA ESPACIAL COMO ABORDAGEM ÀS PRÁTICAS DE PESCA NA BARRA DO JOÃO PEDRO.....	44
3.1 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ETNOARQUEOLOGIA.....	44
3.1.1 Período inicial.....	44
3.1.2 A nova etnoarqueologia.....	46
3.1.3 A etnoarqueologia pós-processualista.....	57
4 AS RELAÇÕES ENTRE PRÁTICAS DE PESCA E ÁREAS DE ATIVIDADE ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA ETNOARQUEOLÓGICA	63
4.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANTROPOLOGIA DA PESCA.....	63
4.1.2 Aspectos práticos da etnografia da pesca.....	69
4.2 A FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS ÁREAS DE ATIVIDADES.....	70
4.2.1 O galpão de pesca.....	71
4.2.2 O barraco.....	82
4.2.3 Os pesqueiros.....	94
4.3 AS RELAÇÕES ENTRE PRÁTICAS DE PESCA E ÁREAS DE ATIVIDADE ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA.....	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	112

ANEXOS.....	118
--------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, os pescadores do litoral norte do Rio Grande do Sul afirmaram-se como comunidades tradicionais, preservando um meio de vida definido por práticas de pesca características dessa região. No entanto, mesmo com essa riqueza cultural existente na região, poucas pesquisas foram conduzidas com os grupos de pescadores do litoral gaúcho, tais como os trabalhos Silva (1975), Cotrim (2008) e Cotrim e Miguel (2007).

A pesquisa de Silva (1975) caracterizou-se pela descrição das técnicas de pesca aplicadas na região de Tramandaí. Além do caráter descritivo, o trabalho é focado apenas nas técnicas de pesca, mais precisamente na aparelhagem utilizada pelos pescadores da região. Não há uma preocupação histórica, muito menos antropológica, em compreender os processos de formação e de transformação nas comunidades pesqueiras do litoral norte.

Entretanto, este trabalho contribuiu para a realização dessa pesquisa, pois a compreensão das técnicas de pesca, que se encontram dentro das práticas de pesca, não podem ser entendidas sem o estudo do agente da prática, o pescador. Portanto, esta pesquisa foi conduzida sempre através da observação da vida material, representada pelos artefatos de pesca, e pela aplicação das práticas, observando os pescadores dentro do seu ambiente de trabalho.

Nos trabalhos de Cotrim e Miguel (2007) e Cotrim (2008), pode-se observar a preocupação com a pesca ao longo do processo de ocupação do litoral, desde a pré-história até as comunidades de pescadores tradicionais recentes. Sendo assim, o trabalho baseou-se na classificação de sistemas produtivos de pesca, que de modo geral, caracteriza-se pelas relações de produção que o pescador estabelece com o meio ambiente que ele explora. De modo geral, o autor prioriza a relação sociedade-natureza (COTRIM, 2008). Essas transformações que ocorrem ao longo dos anos nessa relação é que caracterizam o sistema pesqueiro. Entretanto, o trabalho indicou, novamente, a falta de uma pesquisa de caráter qualitativo, que tivesse como foco principal o modo de vida dos pescadores recentes, ou pelo menos em algum aspecto deste. Nesse sentido, esses trabalhos (COTRIM; MIGUEL 2007,) (COTRIM, 2008), permitiram a visualização dessas lacunas existentes na pesquisa com pescadores no litoral norte, tanto na produção antropológica quanto na histórica.

Por fim, ainda dentro das obras que inspiraram a pesquisa, destacam-se os trabalhos de Adomilli (2002, 2007), que revelaram a beleza da pesquisa etnográfica, assim como a experiência de viver a um grupo de pessoas com hábitos completamente diferentes de um ambiente urbano. As observações etnográficas do autor demonstraram como é gratificante o

trabalho junto aos pescadores, pois além da pesquisa, a experiência de vida adquirida junto a esses grupos demonstrou-se de grande valor, juntamente com as amizades criadas ao longo do trabalho.

Antes mesmo da apresentação formal da pesquisa, faz-se necessário apresentar aqueles que, no sentido figurado, abriram as portas de suas casas para que a pesquisa fosse realizada. O pescador Inácio Fraga foi o informante de maior valia para o trabalho, sempre disposto a auxiliar no que fosse necessário, a maioria das observações presentes nesta pesquisa, bem como as histórias contadas, foram feitas por este pescador. Outro pescador que auxiliou muito na pesquisa foi André Fraga, que diversas vezes autorizou que o acompanhasse nas pescarias, fornecendo preciosas informações sobre os pesqueiros, hábitos dos peixes, etc.. O pescador Yuri Fraga, também forneceu diversas informações importantes para a pesquisa, juntamente com o seu amigo, também pescador, Junior Fraga. Portanto, é importante destacar, logo de início, que se trata de uma família de pescadores, e não da totalidade dos pescadores da Barra do João Pedro. A escolha de uma família justifica-se pela impossibilidade de uma pesquisa profunda com todos os pescadores, pois o período de pesquisa é limitado. Além disso, a quantidade de dados levantados junto a essa família superou todas as expectativas, pois mais do que conclusões, a pesquisa revelou uma série de questões importantes para a compreensão do registro arqueológico e das estratégias de mobilidade dos pescadores, propondo uma série de questões que ainda precisam ser respondidas.

A Barra do João Pedro (ver mapa em anexo A) é uma pequena comunidade de pescadores localizada às margens da RS 407, na divisa do município de Maquiné e Capão da Canoa. Aproximadamente 60 famílias vivem no local, tendo na pesca a sua principal, mas não única fonte de renda. A origem do nome da comunidade, segundo Santos (2005), está ligada ao antigo dono das terras, onde atualmente se localiza a comunidade, chamado João Pedro.

A participação nos trabalhos de campo e laboratório empreendidos nos sambaquis do litoral norte do Estado permitiu a percepção da existência de um processo de longa duração no que se refere à pesca na região. Teve início no período pré-cerâmico, com os grupos de pescadores-coletores dos sambaquis e foi referida pelos primeiros viajantes como forma básica de subsistência das populações caboclas que moravam em Tramandaí e Torres. A partir disso, desenvolveram-se os seguintes questionamentos: o que sobrou deste modo de vida milenar nos dias atuais? O que existe de continuidade e quais as rupturas existentes no modo de vida dos pescadores recentes em relação ao passado da região?

Deve-se destacar, no entanto, que o objetivo do trabalho não é propor um modelo etnoarqueológico descontínuo para as sociedades pescadoras-coletoras, mas sim compreender as estratégias de mobilidade e exploração dos pescadores da Barra do João Pedro.

A presente pesquisa também foi incentivada pela ausência de trabalhos etnoarqueológicos na região. Não há sequer registro de pesquisas etnográficas e históricas sobre os pescadores que habitam nessa área. Portanto, esta pesquisa buscou através dos dados históricos e arqueológicos preencher essa lacuna.

Para o desenvolvimento deste estudo etnoarqueológico, fez-se necessário a retomada dos conceitos fundamentais da etnoarqueologia, compreendendo estes ao longo das transformações ocorridas na história da arqueologia. Dentro desse estudo teórico, enfatizaram-se os conceitos desenvolvidos e/ou transformados na corrente teórica do processualismo, priorizando o período de 1960 a meados da década de 1980. Portanto, dentro da produção teórica desse período, foi possível a utilização de conceitos e metodologias capazes de responder os questionamentos da pesquisa, bem como direcioná-la para uma perspectiva comportamental-ecológica. O estudo realizado por Binford, junto aos Nunamiut, apontado como o precursor da etnoarqueologia processualista (cf. SKIBO, 1999), além de contribuir do ponto de vista teórico-metodológico, tornou-se uma fonte de inspiração para conduzir o trabalho junto aos pescadores. A idéia de compreender o caçador na paisagem, bem como as pessoas no seu espaço de vida (BINFORD, 1983), foi do ponto de vista etnoarqueológico, uma das maiores contribuições para a condução dos trabalhos de campo.

O presente trabalho tem como objetivo responder os seguintes questionamentos: Quais são os fatores que influenciam as práticas de pesca e as áreas de atividade dos pescadores da Barra do João Pedro? E quais as relações que estas práticas de pesca e essas áreas de atividade estabelecem entre si? Essas questões, como visto anteriormente, surgiram da experiência obtida nas escavações de alguns sambaquis no litoral norte do Rio Grande do Sul, onde observou-se a impossibilidade de recuperar as relações entre as práticas de pesca, conhecimento tradicional e o ambiente que circundava os pescadores pré-históricos. A partir disso, constatou-se que estes aspectos ainda não haviam sido estudados nas sociedades pescadoras contemporâneas, pois dentro de uma perspectiva etnoarqueológica, não há registro de estudos com pescadores na região.

Para responder a estes dois questionamentos, a pesquisa baseou-se em dois tipos de coleta de dados, o primeiro são os croquis das áreas de atividade, que possibilitam a compreensão dos registros arqueológicos desses locais; e o segundo tipo de coleta de dado é a observação etnográfica, que possibilita a compreensão das práticas de pesca desenvolvidas

nas áreas de atividade. Os dois dados, além de fundamentais para a pesquisa, são complementares, na medida em que se buscam as relações entre as práticas dentro de um lócus. No entanto, deve-se destacar a utilização dos dados históricos, representados pelas crônicas de viagem, que contribuíram a compreensão dos processos históricos que formaram as comunidades de pescadores no litoral norte do Rio Grande do Sul.

A observação etnográfica foi conduzida em diversos períodos do ano. No total foram realizados quatro trabalhos de campo, do dia 20/02/2011 à 25/02/2011 (primeira campanha); 02/08/2011 à 08/08/2011 (segunda campanha); 16/10/2011 à 26/10/2011 (terceira campanha); e por fim do dia 31/01/2012 à 03/02/2012 foi realizado uma observação da abertura da pesca após a piracema. A câmera fotográfica, o lápis, e o caderno foram companheiros inseparáveis na condução dessa etapa de pesquisa. No entanto, como afirmou Malinowski (1976), para um trabalho etnográfico ser completo ele necessita mais do que relatar o modo de vida de uma sociedade, é preciso vivenciar, participar dos rituais e atividades que são praticadas por estes grupos, portanto, remar, esticar a rede, carregar caixas, e limpar peixe também foram atividades realizadas para completar a observação etnográfica.

A utilização das fontes históricas tornou-se necessária para compreender o desenvolvimento das comunidades de pescadores no litoral norte do Rio Grande do Sul. Os relatos de viagem, tomados como fontes históricas, forneceram dados importantes para reconstruir esse processo de formação e desenvolvimento das comunidades de pescadores no litoral gaúcho, dando destaque a Barra do João Pedro.

O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar um histórico da pesca no litoral do Rio Grande do Sul. De modo geral, o desenvolvimento da pesca tradicional encontra-se atrelado a uma série de fatores históricos, como por exemplo, o surgimento de mercado consumidor, a criação de práticas de pesca compatíveis com os ambientes explorados, a fixação populacional desses pescadores em uma região, etc.. Portanto, trata-se de um processo que envolve diversas variáveis que juntas contribuem para o desenvolvimento da pesca tradicional. O litoral norte do Rio Grande do Sul não é uma exceção, pois é possível através da documentação histórica existente observar os processos que deram origem as comunidades de pescadores da região, principalmente da Barra do João Pedro. Sendo assim, o capítulo desenvolveu-se priorizando as crônicas de viagem de diversas pessoas que passaram pelo Rio Grande do Sul, entre eles destacam-se, Saint-Hilaire, Arsène Isabelle, Nicolau Dreys, Edgard Roquette-Pinto e Fernandes Bastos. Através dessas fontes e de uma revisão bibliográfica

sobre a história de algumas cidades do litoral, como por exemplo, Conceição do Arroio¹, Tramandaí, Capão da Canoa e Torres, foi possível buscar os processos históricos que deram origem as comunidades de pescadores no litoral norte, com ênfase na Barra do João Pedro.

O segundo capítulo caracteriza-se por uma revisão teórica dos conceitos da etnoarqueologia e suas transformações ao longo do último século. O desenvolvimento da etnoarqueologia como um campo de estudo da arqueologia é um fenômeno recente, no entanto, ao longo das últimas cinco décadas a produção teórica desta temática foi grande. Para tanto, selecionou-se para esta pesquisa os autores que fundamentaram e/ou debateram questões da etnoarqueologia, como por exemplo, Lewis Binford, com seus estudos com os Nunamuit; Richard Gould, que debateu a utilização da analogia nos estudos etnoarqueológicos; Susan Kent, que seguiu aplicando o conceito de área de atividade²; entre outros. O objetivo do capítulo é apresentar, de modo geral, os estudos etnoarqueológicos que fundamentaram esta pesquisa.

O terceiro e último capítulo caracteriza-se pela apresentação dos dados obtidos em campo, através das observações etnográficas e dos croquis das áreas de atividade³. Além disso, buscou-se nele a interpretação desses dados, direcionando o trabalho para a hipótese vista anteriormente. Na medida em que se buscava verificar a existência de sazonalidade nas práticas de pesca e na utilização das áreas de atividade, o trabalho de campo foi organizado para perceber essas diferenças, frequentando a comunidade de pescadores em diversas épocas do ano. Com isso, foi possível observar dois períodos distintos na aplicação das práticas de pesca e na utilização das áreas de atividade, a época da cheia e a época da vazante. Essa distinção entre os dois períodos é marcado por uma condição climática drasticamente diferenciada, e isso, de modo geral vai conduzir as diferenças na exploração do espaço e na utilização de determinadas práticas de pesca.

A partir desse longo período de contato com o modo de vida dessas dos pescadores, foi possível conhecer melhor a organização destas pessoas, bem como responder os questionamentos da pesquisa. Deve-se destacar também, que atualmente, outras pesquisas

¹ Atualmente é o município de Osório.

² Este conceito foi criado originalmente por Binford.

³ Os croquis das áreas de atividade do galpão encontram-se em escala de 1:10, pois tratam-se de áreas pequenas, onde o papel milimetrado A4, permitiu a aplicação de uma escala em maior detalhe. No caso do barraco, a utilização da escala de 1:20 foi necessária para a cobrir de áreas mais amplas, permitindo o desenho completo dentro do papel milimetrado. É importante observar essas questões técnicas, pois foram tomadas todas as precauções para evitar erros³ no trabalho de campo que inviabilizariam a utilização dos dados coletados.

vêm sendo desenvolvidas na mesma localidade, de colegas das áreas da biologia e da história, contribuindo para uma compreensão mais detalhada desses grupos de pescadores e do espaço onde vivem.

2 HISTÓRIA DA PESCA NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

2.1 A OCUPAÇÃO DOS PESCADORES-COLETORES NO LITORAL NORTE

Após o máximo transgressivo marinho ocorrido em 5.100 A.P, lentamente começou a se instalar no litoral norte do Rio Grande do Sul modificações paleoambientais que possibilitariam a instalação de grupos de pescadores-coletores na região. Essas modificações, impulsionadas pelas transformações climáticas, que de um modo geral é a transição de um clima quente e úmido para um clima frio e seco, alterou a paisagem do litoral norte. O surgimento de lagoas salobras assim como uma vegetação de restinga possibilitou a fixação das dunas eólicas presentes em abundância na região, viabilizando novos espaços para o desenvolvimento da pesca, da coleta e, conseqüentemente, dos assentamentos desses grupos.

Esses assentamentos de pescadores-coletores são conhecidos na arqueologia brasileira como Sambaquis. Estes são caracterizados por concentrações de restos de alimentação (carapaças de conchas, ossos de peixes e de caça) e pela cultura material característica desses grupos, como por exemplo, anzóis de osso, pesos de rede, percutores confeccionados a partir de seixos, etc.

A ocupação deste novo contexto, por estes grupos pré-históricos de pescadores-coletores, vem sendo estudada por arqueólogos desde o final do século XIX. No entanto, a partir da década de 1980, com as pesquisas conduzidas por Kern no litoral norte do Rio Grande do Sul essa proposta de relacionar ocupações pré-históricas com as transformações ambientais auxiliou na compreensão da fixação de grupos de pescadores coletores no litoral norte do Estado, como afirmou Wagner (2009, p. 35-36):

No Rio Grande do Sul, as únicas tentativas de relacionar as transformações ambientais e as oscilações dos níveis marinhos são creditadas a Kern (1982, 1984, 1985, 1994, 1997) e Kern; La Salvia; Naue (1985). [...] Kern sugere que as ocupações iniciais do sítio tenham se dado entre o final do Ótimo Climático e cerca de 3.000 A.P., momento em que um recrudescimento das baixas temperaturas teria deslocado a linha de costa para leste isolando o sítio em meio à planície arenosa.

Sendo assim, a primeira ocupação de pescadores no litoral norte do Estado, que já na década de 1980, afirmava-se que girava entorno dos 3.000 A.P, acabou por se confirmar nos estudos de Rogge e Schmitz (2006) e Wagner (2009), onde as datações mantiveram-se dentro da margem proposta por Kern (1982), entre 3.600 – 1.100 A.P

Pouco se sabe sobre o “desaparecimento” dessas populações de pescadores-coletores (WAGNER, 2009), Kern (1994) afirma que, possivelmente, a chegada dos grupos ceramistas (Guaranis e Jês) ocasionou um grande impacto nessas populações pescadoras. Até o presente momento, não há informações suficientes nos registros arqueológicos que sejam suficientes para responder a essa questão.



Figura 1. Sambaqui do Recreio no litoral norte do RS. Foto Wagner (2009)

2.2 OS PRIMEIROS RELATOS DO LITORAL (SÉCULO XVII E XVIII)

A partir do descobrimento do Brasil, em 1500, o litoral passou a receber uma série de viagens de reconhecimento do território. Uma das mais conhecidas expedições de reconhecimento do litoral foi empreendida por Martim Afonso de Souza em 1531. Percorrendo a costa sul – brasileira, identificou os principais acidentes geográficos ao longo do litoral gaúcho, como por exemplo, o rio Mampituba, o rio Tramandaí e a barra da Lagoa dos Patos. Segundo Soares e Purper (1985), após essa primeira expedição, foi mais de meio século de abandono completo do litoral gaúcho. No entanto, deve-se destacar que neste primeiro período, a ocupação do litoral se caracteriza pela presença de grupos indígenas, como por exemplo, os Guaranis e os Jês. Através dos vestígios arqueológicos presentes nos sítios, é possível afirmar que também praticavam a pesca na região.

Conforme propôs César (1981), as crônicas de viagem podem ser divididas, no Rio Grande do Sul, em quatro categorias⁴ em ordem cronológica. São elas: o indígena e a catequese, de 1605 a 1663; as tentativas de povoamento, de 1698 a 1725; a fundação do Rio Grande de São Pedro, em 1737; e por fim, terra de ninguém a terra de muitos, de 1737 a 1801.

O primeiro período iniciou com a expedição jesuítica de Jerônimo Rodrigues em 1605, que conforme César (1981), foi o primeiro contato dos portugueses com os indígenas do litoral do Rio Grande do Sul. A expedição tinha por objetivo iniciar uma missão para catequese dos índios da região, no entanto, a missão não obteve resultado significativo, sendo abandonada após alguns meses. Durante o período em que ficou no litoral, o jesuíta fez muitas observações sobre o comportamento dos indígenas de região, sobretudo os hábitos alimentares e o modo como viviam:

Nenhum comer comem por gosto, senão por encher a barriga. E assim todos tem dentes danados por comer tudo quentíssimo e cheio de areia. Não comem mingau, nem pimentas, nem juquifaia, nem sal, com estarem junto do mar, e se lhe dão do reino, comem-no. [...] E é o peixe de cá ordinariamente tão magro que se o lançarem a uma pedra pegara. (CÉSAR, 198[RODRIGUES, 1605-07], p.25)

A segunda crônica de destaque é de Pedro Simão de Vasconcelos, que percorrendo o litoral da Cananéia até Maldonado (Uruguai), descreveu os acidentes geográficos ao longo de sua jornada, citando o rio Martim Afonso, posteriormente conhecido como rio Tramandaí, e a população indígena que habitava a região, os Carijós. Sendo assim, esse primeiro período foi marcado pelo reconhecimento da costa sul rio-grandense, portanto, as crônicas dessa época estão permeadas de descrições do território e das populações da região.

O segundo período, chamado de tentativas de povoamento, estende-se de 1698 a 1725 (CÉSAR 1981), é caracterizado por uma exploração maior do território. Existe uma preocupação dos cronistas de encontrar recursos naturais e rotas terrestres até o Rio da Prata. Dentre os autores do período destaca-se Domingos Filgueira (1703), que tinha como objetivo na sua crônica indicar a melhor forma de viajar por terra da Colônia do Sacramento até Laguna. O que é recorrente na sua crônica é a indicação dos rios Tramandaí e Mampituba como obstáculos naturais a passagem dos viajantes:

⁴ É importante destacar que a proposta do autor encontra-se dentro do período de 1605 a 1801, portanto, existe uma série de crônicas de viagem que não estão dentro dessa proposta de periodização, como por exemplo, Saint-Hilaire, Arsène Isabelle, Nicolau Dreys, etc.

Passando o Rio Grande se seguirá jornada sempre pela praia até chegar ao rio a que chamam Taramandabum (Tramandaí), o qual se passa a vau com água pela cinta em maré vazia, e pelo mesmo se vai continuando o caminho até chegar ao rio Iboipitiuhi (Mampituba); que com maré vazia se passa também a vau com água pela cinta;. (CÉSAR, 1981[FILGUEIRA, 1703], p. 58-59)

Não há evidências de grupos de pescadores estabelecidos no litoral norte do Rio Grande do Sul durante o período. O que é possível notar é que após o “desaparecimento” dos indígenas da região, sendo escravizados por bandeirantes, ou fugindo deles para o interior, não há relatos de pescadores fixados na região, contribuindo para o abandono dessa região neste período.

O terceiro período é marcado pela fundação do Rio Grande de São Pedro, através do relato de Cristovão Pereira de Abreu, que segundo ele:

Como aqui não há farinha, nem pão, nem outro gênero de legume mais que a carne se extrai muita o que podia suprir a muita abundância de peixe que há nesse Rio (Rio Grande) se houvesse meios de o pescar pelo o que mando a Laguna comprar uma rede, mas sempre se faz preciso alguma providência de forma principalmente quando chegar a gente, porque o peixe não sofre tanto a falta dela como a carne. (CÉSAR, 1981[ABREU, 1737], p. 96)

Fica evidente, através do relato, que a pesca não era um meio de sobrevivência apreciado pelos moradores do litoral do Rio Grande de São Pedro. O fato dos habitantes da região não explorarem esse recurso indica uma desvalorização da carne do peixe, assim como a inexistência de artefatos, como as redes, contribuindo para a não utilização desse recurso abundante na região.

O quarto período se inicia após a fundação do Rio Grande de São Pedro, sendo conhecido como “terra de ninguém a terra muitos” (CÉSAR, 1981). A característica principal desse período é a consolidação do povoamento na região, portanto, a possibilidade de fixação de grupos de pescadores ao longo do litoral gaúcho passa a ser maior a partir desse período. O litoral começa a ser mais explorado por terra, sendo um caminho para as tropas e viajantes que tinham como destino a região do Prata:

O caminho da Costa do Mar é pelas praias, onde a areia molhada, aplanada com as ondas, se une e endurece tanto, como o mais duro terreno, por serem muito finas e próprias para isso. Nos três rios Araranguá, Mampituba e Tramandí, estão guardas para averiguar as passagens e passaportes e se os gêneros ou couros tem pagos os direitos. No Tramandí se paga a passagem dos 3 rios. (CESÁR, 1981[ROSCIO, 1781], p. 162-163)

Mesmo com início da exploração contínua do litoral gaúcho não se verifica a presença de pescadores nessa região, indicando que a pesca ainda não representava um meio de vida importante para os exploradores, mesmo se tratando dos soldados presentes nas guarnições dos rios, não há relatos de consumo da carne de peixe, evidenciando a ausência da pesca na região.

Com isso, pode-se afirmar que desde o primeiro período a pesca não representou um modo de subsistência importante para a manutenção das pessoas que circulavam pela região ou até mesmo moravam nela. A pesca passou a ser mais difundida no litoral a partir do século XIX com a ocupação permanente do território rio-grandense, tornando o litoral um dos principais caminhos de acesso ao Rio Grande de São Pedro.

2.3 OS RELATOS DE VIAGEM DO SÉCULO XIX E O SURGIMENTO DOS GRUPOS DE PESCADORES NO LITORAL GAÚCHO

A partir do século XIX, inúmeros relatos de viagem foram feitos sobre o litoral do Rio Grande do Sul. Através desses relatos é possível retirar informações importantes sobre o desenvolvimento da pesca no litoral gaúcho, assim como identificar os primeiros grupos de pescadores e os locais onde se estabeleceram. Entre esses relatos de viagem, destacam-se: Auguste de Saint-Hilaire, que passou pelo litoral norte do Rio Grande do Sul em 1820; Arsène Isabelle (1833-34), que fez algumas observações sobre a pesca em Rio Grande e São José do Norte; Nicolau Dreys (1839) que durante sua passagem em Rio Grande também fez observações sobre o recurso pesqueiro abundante e a sua não utilização. Já no século XX, destacam-se os relatos de Edgard Roquette-Pinto, que contribui para uma compreensão do contexto lagunar do litoral norte no início do século, assim como o trabalho de Fernandes Bastos em 1935 abordando a mesma região. Sendo assim, através desses autores é possível remontar a história da pesca, assim como o seu desenvolvimento no litoral norte do Rio Grande do Sul.

O primeiro relato fundamental para compreender o desenvolvimento da pesca no litoral norte do Rio Grande do Sul é o de Saint-Hilaire (1987[1820]). Percorrendo toda a extensão do litoral norte, o autor descreveu aspectos, como por exemplo, o meio ambiente litorâneo, bem como os locais onde havia abundância de peixe; os pescadores de Tramandaí e seus utensílios de pesca, assim como suas residências e seus hábitos. Ao longo de sua viagem, Saint-Hilaire descreve o litoral como um local inóspito e monótono, pois a paisagem em determinados locais é sempre a mesma, “areia branca a perder de vista”. Entretanto, deve-se

destacar que nessa época já existia uma ocupação da região, é bem verdade que pequena, caracterizada pelas sesmarias distribuídas pelo Rei, como por exemplo, a estância do meio e o sítio do Inácio, que encontravam-se entre Torres e Tramandaí. Ao chegar a Tramandaí, Saint-Hilaire (1987[1820], p. 16-17) descreveu a região da seguinte forma:

O aspecto da região que percorremos hoje é o mesmo de sempre; o terreno plano e arenoso continua a apresentar pastagens entremeadas de capões e cobertas de uma erva espessa e amarelada. De vez em quando, percebemos, através da mata, trechos do lago, mas depois do Sítio do Inácio, as montanhas se distanciam e tomam a direção sudoeste.

Através do relato é possível afirmar que a viagem foi feita através da estrada da laguna, uma das principais rotas dos tropeiros durante o século XVIII (SANTOS, 2005), pois a idéia de que se trata de um lago que percorre todo o litoral foi equivocada na época. Atualmente sabe-se da existência de uma série de lagoas que são interligadas por canais de ligação que deságuam no mar através do canal de Tramandaí (VILLWOCK; TOMAZELLI, 1995). Outra questão importante que se pode observar é o sítio do Inácio, pois dentro dessa área encontra-se, atualmente, a Barra do João Pedro.

Além disso, a descrição das moradias e dos utensílios de pesca, encontrados na sua passagem por Tramandaí, indicam um local importante para o desenvolvimento da pesca no litoral norte do Rio Grande do Sul:

Chegamos até o Rio Tramandaí, mas como fosse muito tarde, somente amanhã atravessaremos. Achamos, à margem desse rio, uma espécie de choupana, coberta de caniços, onde se amontoam umas doze pessoas, e junto a qual existe um pequeno galpão que serve de abrigo a canoa; [...] (SAINT-HILAIRE, 1987[1820], p. 17)

Ao longo do relato do autor, é possível observar que Tramandaí representava uma área de pesca importante para os moradores da região, pois o peixe encontrava-se em grande quantidade, devida a ligação da lagoa com o mar, que possibilitava a entrada de espécies como a tainha e principalmente o bagre. Outro aspecto que indica a relevância de Tramandaí para a pesca é o deslocamento sazonal de pessoas para pescar na área. Saint Hilaire (1987[1820], p. 18-19) destaca isso em uma passagem de seu relato:

[...] Dos homens que ontem conheci, só um morava efetivamente ali; os outros são amigos e compadres que voltam de uma festa nas vizinhanças. Passam o dia todo se aquecendo, cozinhando e comendo peixes. [...] Disse-me o meu guia que possuía outra casa, com plantações, mas que vem aqui de tempo a tempo, devido à abundância da pesca.

Esse deslocamento sazonal de pescadores para região, possivelmente, represente o primeiro núcleo de pescadores de maior relevância no litoral norte do Rio Grande do Sul. Ao longo das crônicas, vistas anteriormente, é possível observar que a região de Tramandaí já era tomada como um local estratégico para a fixação de um núcleo populacional. Portanto a ocupação sazonal dos pescadores viabilizou uma permanência na região a partir do final do século XVIII (SOARES; PURPER, 1985).

Na década seguinte, mais precisamente em 1833-34, Arsène Isabelle, um viajante francês, percorreu o Rio Grande do Sul descrevendo os costumes e as paisagens da região (BISONHIM, 2011). É importante destacar, que este não passou pelo litoral norte, mas fez algumas observações sobre Rio Grande e São José do Norte, onde se pode observar a desvalorização do pescado como alimento e, conseqüentemente, a não utilização dos recursos pesqueiros que eram abundantes na região. Durante seu período de permanência nesses locais, Arsène Isabelle em nenhum momento fez menção a pescadores, considerando-se a importância que Rio Grande possui atualmente, pois trata-se de um dos maiores pólos pesqueiros do Brasil, indicando que a formação desse pólo é posterior aos grupos de pescadores de Tramandaí.

Outro registro importante na obra de Arsène Isabelle é a menção que este faz a outras regiões com presença abundante de peixe, como por exemplo, o rio Ibicuí, na região oeste do estado. No entanto, não há registro a presença de grupos de pescadores nessa região.

Passados alguns anos da viagem de Isabelle, Nicolau Dreys, comerciante francês que passou pelo Rio Grande do Sul em 1839, registrou algumas observações que fez ao longo de sua viagem, como por exemplo, o desprezo do povo rio-grandense pela carne do peixe, a existência de pescadores nas regiões de Mostardas, no litoral central, e no rio Camaquã, assim como o registro de algumas espécies que observou nessas regiões.

É possível observar que o relato de Dreys (1990[1839]) inicia com uma consideração sobre o hábito do povo rio-grandense e seu desprezo pelo peixe:

As águas doces ou salgadas do Rio Grande abundam em peixe, e todavia, os habitantes parecem fazer pouco uso deles; vimos muitas vezes, depois do vento sul soprar com violência, a praia de Mangueira, na entrada de Rio Grande, ficar coberta de miraguaias, lançadas em terra pelas ondas, sem que a ninguém lembrasse mandá-las apanhar, nem sequer para os escravos. Geralmente, o habitante do Rio Grande não é ictiófago. (DREYS, 1990[1839], p. 59)

De modo geral, pode-se observar que a exploração dos recursos pesqueiros não se dirige ao consumo alimentar, sequer para complementar a dieta da população local. Em outra passagem de seu texto, o autor descreve a utilização das ovas da tainha, assim como o peixe seco, que é embrulhado e exportado para outras regiões fora da província. Portanto, existe uma produção pesqueira voltada para o mercado externo. E isso não foi registrado na passagem de Isabelle em Rio Grande anos antes. Essa diferença entre as duas fontes pode gerar distorções na busca de uma origem dos grupos de pescadores no litoral, portanto, é necessário considerar essa questão do enfoque de cada autor, analisando outras obras publicadas na mesma época.

Outro aspecto presente no relato de Dreys é a descrição das espécies mais abundantes na região:

Depois da miraguaia, um dos peixes que mais ordinariamente se oferecia à nossa vista é o bagre, igualmente desprezado; verdade é que, não obstante, existem ou têm existido na província algumas pescarias, a saber: uma de miraguaias, na lagoa de Mostardas; uma do mesmo peixe e bagres, na embocadura do Camaquã, na lagoa dos Patos, e uma de camarões, na praia do Rio Grande, dependente da vila de São José do Norte; na barra mesma do Rio Grande pescavam-se anualmente algumas tainhas, para extraírem-lhe as ovas [...] (DREYS, 1990[1839], p. 59)

Pode-se observar, como visto anteriormente, que o pescado não tem como destino a alimentação da população local, mas sim o mercado de outras províncias. Entretanto, o que se destaca nessa passagem é a referência que o autor faz a outros locais onde existem grupos de pescadores, como por exemplo, a lagoa de Mostardas, a embocadura do rio Camaquã e a praia de Rio Grande. Portanto, o que se pode notar é novamente é uma diferença da fonte anterior, pois na descrição de Isabelle não há referência a grupos de pescadores pela província. Essa diferença pode ser derivada de vários fatores, como por exemplo, diferentes regiões visitadas, o enfoque que cada autor dá a suas descrições, o tempo de permanência em cada região, a época em que passou em cada localidade, etc.. Pode-se afirmar também que existe uma indefinição das origens dos grupos de pescadores no litoral do Rio Grande do Sul, as fontes, vistas até então, indicam que Tramandaí, assim como a região de Rio Grande, representam duas áreas que concentram as maiores possibilidades de desenvolvimento de grupos pesqueiros no litoral gaúcho.

2.4 A CHEGADA DOS VERANISTAS, O SURGIMENTO DOS BALNEÁRIOS E O DESENVOLVIMENTO DA PESCA COMERCIAL NO SÉCULO XX.

A partir do início do século XX, a pesca no litoral norte do Rio Grande do Sul entra em um período de crescimento e afirmação. Diferente dos relatos vistos anteriormente, onde se pode notar uma sazonalidade da pesca na região de Tramandaí (SAINT-HILAIRE, 1987[1820]), os relatos do início do século XX indicam a existência de um grupo de pescadores fixos na região. A exploração do recurso pesqueiro era feita de forma intensiva ao longo do ano, e o que se pode notar é a predominância do bagre, sem dúvidas a espécie mais abundante na região de Tramandaí (SOARES, 2008).

Nesse período, é possível observar, através do relato de Edgard Roquette-Pinto, esse novo contexto de crescimento e afirmação dos pescadores no litoral norte, principalmente na região de Tramandaí. Passando pela região em 1906, o autor fez uma série de observações importantes, como por exemplo, a descrição da pesca de cerco do bagre, o comércio de produtos entre as colônias de agricultores da encosta da serra com os pescadores, a ausência de grupos de pescadores ao longo das lagoas e canais do litoral e a formação de alguns balneários litorâneos, importantes para o desenvolvimento de uma pesca comercial intensa.

Como visto anteriormente, a pesca de cerco do bagre foi à principal prática de pesca aplicada em Tramandaí. Roquette-Pinto (1962[1906], p.22-23) descreveu essa prática de forma minuciosa, atento aos detalhes e aos conhecimentos aplicados pelos pescadores nessa pesca:

A emenda é uma companhia de 15 pescadores. [...] Formam nela quatro canoas; duas canoas de bater, com dois homens cada um, e duas canoas de rede, com cinco. Um capataz, homem prático em conhecer os cardumes pelas ondulações da superfície d'água, dirige a emenda. Na pescaria as canoas vão silenciosamente; quando o capataz faz o sinal de cardume, abrindo os braços, as portadoras da rede abrem-na também, cada uma indo para o seu lado, estendendo-a, assim em círculo. As outras canoas começam, então, a enxotar o peixe, batendo os homens com os remos de encontro aos bordos, num grande ruído.

Essa descrição precisa de como se fazia a pesca do bagre na época é importante para compreender a organização do trabalho dos pescadores. Ainda segundo o autor, essa “emenda” era composta por um chefe, que era o dono do material de pesca e responsável pela exportação do peixe seco para outras regiões. Portanto, iniciava-se nessa época uma indústria da pesca no litoral norte.

Outro aspecto destacado pelo autor é o processamento do peixe. Toda essa etapa descrita é voltada para o peixe de exportação, pois não há referências do peixe voltado para o consumo dos próprios pescadores. O relato do autor nesse aspecto é novamente minucioso:

Recolhida a rede são os bagres decapitados pelos pescadores e levados ao tendal, onde bandos de raparigas o escalam a salgam, entre risadas e cantigas. O bucho, bexiga natatória, é entregue aos pequenos, tradicionalmente chamados de guris no Rio Grande do Sul. Nem sempre o aproveitam. Posto a secar o bagre fica lembrando o bacalhau, que o Brasil tanto importa. É comprimido em grandes e primitivas prensas de madeira e enfardado depois. [...] em cada fardo são exportados 75 quilos de bagre; [...] muitas vezes é vendido como se fora bacalhau para o estrangeiro. (ROQUETTE-PINTO, 1962[1906], p. 23)

Após esse processamento do peixe, o autor descreve o descarte das carcaças e observa um fenômeno interessante, que é descrito como a formação de um sítio arqueológico, devido à grande aglomeração de cabeças de bagre que se amontoavam em uma ilha, próxima a entrada do rio Imbé, que atualmente é conhecido como rio Tramandaí:

Na entrada do rio Imbé há uma pequena ilha, onde existe um monte de cabeças de bagre rejeitadas pelos pescadores. Muitas são esqueletos já; as últimas, porém, aí depositadas, exalam um fétido cheiro que se pode imaginar. [...] A ilha cresce; será futuramente um enorme Kjökkenmödding⁵. (ROQUETTE-PINTO, 1962[1906], p. 25)

Depois de todo esse processo, como visto anteriormente, a maioria do pescado segue para Porto Alegre, sendo seu destino a exportação. No entanto, uma parte desse pescado também é trocado com os moradores da encosta da serra por outros produtos da terra, como por exemplo, milho, mandioca e feijão. Esse comércio desenvolveu-se ao seu máximo durante a década de 1960, onde a navegação lacustre era intensa no litoral norte do Rio Grande do Sul (SOARES, 2008).

Ao longo de sua viagem pelas lagoas do litoral norte, passando pelos canais e rios que ligam as lagoas, Roquette-Pinto não relatou a existência de nenhum grupo de pescadores instalados ao longo de seu caminho. Sendo assim, deve-se considerar também a possibilidade de grupos sazonais de pescadores na região, seguindo o modelo descrito por Saint-Hilaire no século XIX, aonde os pescadores, em determinadas épocas do ano, deslocavam-se para a região de Tramandaí para aproveitar a abundância de peixe. A partir dessa hipótese,

⁵ O termo é de origem dinamarquesa, e remete aos sítios arqueológicos com “restos de cozinha”, caracterizando um local de atividade humana.

considera-se que na época da passagem de Roquette-Pinto pelo litoral norte ainda não existiam grupos de pescadores fixados ao longo das lagoas e canais.

Outro relato que contribui com essa idéia de inexistência de grupos de pescadores na região lacustre é o de Fernandes Bastos (1935). Ao longo de sua viagem, passando pela localidade conhecida como Cornélios, o autor não fez nenhuma referência a pescadores na região. Atualmente, a comunidade de Cornélios possui um núcleo considerável de pescadores⁶, e esta atende o mercado de Capão Novo, Arroio Teixeira e Terra de Areia.

2.4.1 O desenvolvimento dos balneários marítimos e a chegada dos veranistas

A partir do final do século XIX, iniciou-se no Brasil o fenômeno da vilegiatura marítima, que consiste de um modo geral, em práticas voltadas ao cuidado da saúde corporal através de banhos de mar e de sol (SCHOSSLER, 2010). Essas novas práticas passaram a vigorar, no Rio Grande do Sul na mesma época, deslocando, durante o verão, diversas pessoas para as estações balneárias do litoral norte. No entanto, sabe-se através dos diversos relatos vistos anteriormente, que o litoral norte era uma região inóspita e de difícil acesso, onde a sobrevivência era dificultada pela ausência de solos férteis e muitas vezes pela falta de água potável, como descreveu Roquette-Pinto (1962[1906], p. 18) em sua passagem por Cidreira, rumo a Tramandaí:

Na praia de Cidreira não se vê a menor vegetação. Diante do mar, aí sempre muito batido, no imenso areal, erguem-se umas 20 choupanas de madeira, cobertas de palha, onde, nos meses de verão, algumas pessoas de Porto Alegre vem habitar, trazendo consigo o indispensável a vida. [...] A cobertura dos tetos meio levantada pelo vento, as portas desconjuntadas, batendo livremente, davam ao lugarejo, onde nem água potável existe, o mais desolador aspecto.

Nesta época, onde não havia meios de sobrevivência no litoral, com exceção de Tramandaí e Torres, os veranistas deslocavam-se juntamente com todas as provisões necessárias para a sua permanência na praia. Schossler (2010) denominou essa época como “fase heróica” da vilegiatura marítima, pois além da falta de recursos, existia uma dificuldade muito grande de deslocamento para essas regiões. As estradas eram péssimas, e em alguns casos nem existiam, alguns relatos da época confirmam a dificuldade que os veranistas encontravam para se deslocar até o litoral, assim como a descrição de Soares (2008, p. 35):

⁶ Inclusive o pescador Inácio Fraga morou durante alguns anos na localidade.

Inicialmente viajavam em carretas de bois. Mais tarde em carroções puxados por parselhas de cavalos. Organizavam-se em caravanas por causa das dificuldades da viagem. Não havia estradas. Apenas caminhos. Viajavam acompanhados de guias que conheciam a região. De Porto Alegre e do vale dos Sinos até Tramandaí, levavam uns oito dias de viagem. [...] A viagem era uma verdadeira aventura. Até onças encontravam pelo caminho. Precisavam trazer de tudo. [...] Havia carretas de carga, exclusivamente para transportar os mantimentos e todas as tralhas necessárias.

Esse deslocamento se agrava para os balneários de Torres, que na época eram frequentados pelos moradores da região serrana do Rio Grande do Sul (SCHOSSLER, 2010). A viagem tornava-se mais perigosa, pois os caminhos da serra até o litoral eram picadas muitas vezes próximas a desfiladeiros muito altos, dificultando o deslocamento das famílias, que desciam ao litoral com todos seus suprimentos em carretas puxadas a boi. Segue abaixo o relato de uma viagem dado a Festugato (1994, p. 18-19):

Tinha lugares que era quase de em pé. Se descia com muita dificuldade. [...] Havia lugares tão apertados que não permitiam a passagem de dois animais. E eram precipícios que não se enxergava o fundo. Na travessia do rio Tainhas⁷ tínhamos que dar uma volta imensa porque havia dois panelões fundos.

Portanto, essa fase “heróica” dos primeiros veranistas no litoral norte ficou marcada pelas dificuldades de acesso a essa região. Na medida em que o número de pessoas que se deslocavam para o litoral começou a crescer, foi necessário o desenvolvimento de uma infraestrutura capaz de receber esses veranistas e possibilitar os viveres mínimos para a permanência no local. O desenvolvimento dos balneários coincide com o surgimento dos hotéis e pousadas. É possível observar que ao longo da origem de cada balneário existe um estabelecimento de pouso, seja ele hotel ou pousada, que viabilizou a permanência de veranistas na região, como por exemplo, o Hotel Sperb (ver figura 2.⁸) em Tramandaí, o Hotel Bonfílio em Capão da Canoa e o Hotel Picoral em Torres. Soares e Purper (1985, p. 60) destacam a importância dos hotéis no início do século XX:

Em 1898, estabelece-se aqui, o Sr. Jorge Enéias Sperb, inaugurando o Hotel Sperb, construído de madeira e coberto de palha. Nesse mesmo ano, instala-se o sistema de diligências, puxadas a cavalo que traziam e levavam os hóspedes (veranistas) entre Porto Alegre e Tramandaí. É preciso atrair o

⁷ Este rio encontra-se entre São Francisco de Paula e Itati, atualmente é conhecido como Rio do Pinto.

⁸http://fotosantigas.prati.com.br/FotosAntigas/Cidades/Tramandaí_Hotel_Sperb_hóspedes_início_sécXX.htm

turista, por isto, além de oferecerem as diligências para a viagem, levam-nos de carreta para tomar o banho de mar.



Figura 2. Hóspedes em frente ao Hotel Sperb no início do século XX. Fonte fotosantigas.prati.com.br

Da mesma forma como ocorrido em Tramandaí, Capão da Canoa, conhecida inicialmente como Arroio da Pescaria, também teve um hotel no início de sua formação, o Hotel Bonfílio, com uma estrutura simples, recebia alguns veranistas vindos da serra e de Porto Alegre. Logo após foi criado o Hotel Pedro Nunes, que possuía uma estrutura mais elaborada para receber os veranistas, contando já com telhas de barro e com diligências periódicas que traziam suprimentos da encosta da serra, como por exemplo, milho, mandioca, bananas, etc. (SANTOS, 2005).

O caso de Torres segue o mesmo exemplo, com a chegada cada vez maior de veranistas, os hotéis começaram a surgir para suprir a demanda de pessoas que se deslocavam para o litoral durante o verão.

No início do século XX, a praia de Torres também foi contemplada com um empreendimento hoteleiro, do filho de imigrantes José Antônio Picoral.[...] Em dezembro de 1915, o *Balneário Picoral* foi inaugurado. Para o acesso a Torres foram providenciadas diligências que partiam de Tramandaí. Em suas primeiras publicidades na imprensa gaúcha, o hotel informava sobre o serviço de diligências, abertura da temporada de veraneio e serviço de cama e mesa. (SCHOSSLER, 2010, p. 160)

É importante destacar que o desenvolvimento dos hotéis conduziu a uma série de mudanças no litoral norte. O desenvolvimento de empregos, o consumo de bens materiais, até

mesmo a criação de restaurantes que, futuramente, garantiria o surgimento de uma pesca voltada ao consumo dos veranistas. Contudo, é necessário destacar, o novo papel que os empreendimentos hoteleiros vão assumir nos balneários, segundo Schossler (2010), esses hotéis vão desempenhar um papel político para a formação das cidades no litoral, assim como contribuíram para o desenvolvimento do comércio e o aumento do consumo de pescado.

Passada essa primeira fase “heróica” de deslocamento para o litoral, a partir da década de 1910, algumas mudanças começaram a ocorrer no litoral norte do Rio Grande do Sul. A primeira delas é surgimento de novos meios de transporte para a praia. Esses novos meios facilitaram o deslocamento até os balneários, evitando as viagens exaustivas, assim como possibilitou o escoamento dos produtos da encosta da serra até os balneários e Porto Alegre.

O desenvolvimento da navegação lacustre sem dúvidas acelerou o processo de crescimento dos balneários marítimos. A partir da década de 1910, iniciaram-se uma série de obras hidráulicas que tinham por objetivo a passagem de embarcações maiores pelos canais e lagoas do litoral norte. É importante destacar, como faz Silva (1985), que a navegação lacustre já é uma prática antiga no litoral norte, pelo menos desde o início do século XIX, alguns moradores da encosta da serra utilizavam os canais e lagoas como transporte para suas mercadorias. No entanto, era uma navegação de embarcações pequenas e movidas a vela e remo:

A falta de comunicações entravava o progresso da região, pois condições geográficas, climáticas e populacionais existiam. [...] Por volta de 1847, já se tinham notícias de que usavam a via lacustre, singrando-se as lagoas situadas ao pé da Serra Geral até a lagoa da Pinguela. Dali, em carretas puxadas por cinco a seis juntas de bois, atravessavam os extensos campos de Conceição do Arroio, Santo Antonio da Patrulha, chegando, finalmente, em Porto Alegre. (SILVA, 1985, p. 44)

No entanto, a autora destaca que eram recorrentes as reclamações sobre os preços altíssimos cobrados pelos carreteiros e barqueiros que levavam as mercadorias até os locais estabelecidos. Outro ponto que dificultava a navegação, além dos preços, era a ausência de obras hidráulicas que viabilizassem o acesso de embarcações maiores na região. A autora destaca as dificuldades encontradas para a navegação no final do século XIX:

Em Conceição do Arroio, canoas e pequenos barcos a vela singravam uma lagoa e outra até onde era possível. O junco e os baixios dificultavam a passagem pelos canais. Arrecadavam os produtos cultivados nas redondezas, pela via lacustre, para depois, transportá-los em carretas até a capital. [...] Nos primeiros tempos, mais importavam que exportavam, trazendo aos seus

lares os produtos que faltava. Enfim, uma navegação lacustre precária, a nível particular, conforme suas necessidades. (SILVA, 1985, p. 54)

Sendo assim, as obras hidráulicas começaram a ser implantadas na década de 1910, com os estudos topográficos nos canais e nas lagoas. Os estudos continuaram até o final da década de 1920, diversos aspectos foram estudados, como por exemplo, o regime de ventos do litoral, a topografia das lagoas e dos canais (ver figura 3.), foram realizadas sondagens geológicas, com o objetivo de conduzir os canais de modo que facilitassem sua abertura, enfim, foram diversos pesquisadores que foram levados a região.



Figura 3. Acampamento de estudos topográficos 1918/1920. Fonte Silva (1985, p. 72)

As melhorias na navegação possibilitaram uma redução no tempo de viagem, no caso dos veranistas e também o transporte de um volume maior de mercadorias. No entanto, existiram investimentos em outros meios de transporte, as estradas, como por exemplo, a atual RS-030, que costeia o pé da serra, fazendo a ligação entre Porto Alegre, Santo Antonio da Patrulha, Conceição do Arroio e Tramandaí.

Uma das obras hidráulicas de maior destaque na época, e que modificou a paisagem do litoral foi a fixação da barra de Tramandaí (ver figura 4.) . A obra contou com o apoio do governador do Estado Borges de Medeiros, que juntamente com o intendente de Conceição do Arroio, Manoel Estevão Fernandes Bastos, iniciou em 1913 as obras na barra. Silva (1985, p. 75-76) destacou a importância das obras e seus efeitos no litoral norte:

É importantíssima a fixação dessa barra, não só para a vida dos pescadores, que ficam sem trabalho, quando não entram peixes de água salgada, como

também os proprietários de campos, até o sul da lagoa Itapeva, por perderem o escoadouro das águas das enchentes que lhes matam grande parte da criação durante o inverno. [...] Hoje se considera importante a construção dos moles de Tramandaí, favorecendo o escoamento das águas, entrada de embarcações de considerável calado e, principalmente, servindo de quebra-mar, imagine-se sua importância, naquela época, em termos de dinâmica de embarcações, de facilidades que dela resultariam.

Portanto, pode-se afirmar que as obras em Tramandaí possibilitaram o desenvolvimento das obras seguintes, ao longo das lagoas e canais. Além disso, proporcionou uma melhoria de vida dos pescadores da região, pois como visto acima, a entrada dos peixes de água salgada passou a ser contínua ao longo de todo o ano, aumentando a produção do pescado. Sendo assim, nessas duas primeiras décadas do século XX, a navegação lacustre foi pensada como uma alternativa para o desenvolvimento do litoral norte, através das obras hidráulicas que começaram a ser implantadas nessa época. Após o desenvolvimento de alguns portos ao longo das lagoas e canais, iniciou-se um fluxo intenso de embarcações de maior porte, até mesmo embarcações motorizadas, que faziam a rota comercial entre Conceição do Arroio e Torres.



Figura 4. Fotografia da abertura da barra e construção dos moles em Tramandaí. Fonte Soares (2008, p. 312)

A partir de 1926, após a inauguração de diversos portos nas lagoas do litoral norte, foi criada uma rota comercial composta de um caminho lacustre, de Torres a Conceição do Arroio, um caminho terrestre, de Conceição do Arroio a Palmares do Sul, seguindo

novamente de barco até Porto Alegre. As obras, referidas anteriormente, possibilitaram o desenvolvimento dessa rota comercial, favorecendo os habitantes dos balneários, da encosta da serra e os veranistas. Conforme Silva (1985), os últimos foram beneficiados pela grande circulação de gêneros alimentares, que possibilitou uma permanência mais longa nos balneários, assim como facilitou o deslocamento destes, pois já não era preciso levar os alimentos necessários para a permanência no litoral, portanto, as viagens eram mais rápidas. Ainda segundo a autora, os veranistas utilizavam preferencialmente o caminho terrestre, sendo o caminho lacustre predominantemente utilizado para o transporte de produtos.

O desenvolvimento dos portos foi rápido durante esse período, pois em menos de uma década se formaram mais de oito, destacando-se: o porto da lacustre, situado em Conceição do Arroio, que recebia todos os produtos vindos de Palmares, assim como de todos os outros portos, pois fazia a transição entre transporte lacustre e ferroviário; o porto da Cachoeira, localizado em Maquiné, que conforme a autora, era o mais promissor, pois nessa região se produzia muitos alimentos, como o arroz, feijão, café, milho, etc.; e finalmente, o porto de Três Forquilhas, que também transportava os gêneros vistos anteriormente. As rotas comerciais nas lagoas, assim como as terrestres, encontravam-se todas direcionadas a Porto Alegre, como é possível observar na figura abaixo. Esses portos trouxeram o desenvolvimento para as regiões mais afastadas do litoral norte, bem como contribuíram para o crescimento da atividade pesqueira na região. Pode-se afirmar que o crescimento dessa atividade está vinculado ao aumento do comércio de peixe com outras regiões, o que também contribuiu para a transformação das práticas de pesca, como por exemplo, a pesca de espécies de alto valor de mercado, a especialização de alguns pescadores voltados à pesca de exportação, como é o caso do bagre, a própria comercialização do peixe, que anteriormente servia quase que completamente para a subsistência⁹, etc.

⁹ Em algumas conversas com os pescadores da Barra do João Pedro, muitos destacaram que seus pais e avós já faziam a viagem até Tramandaí para vender peixe.

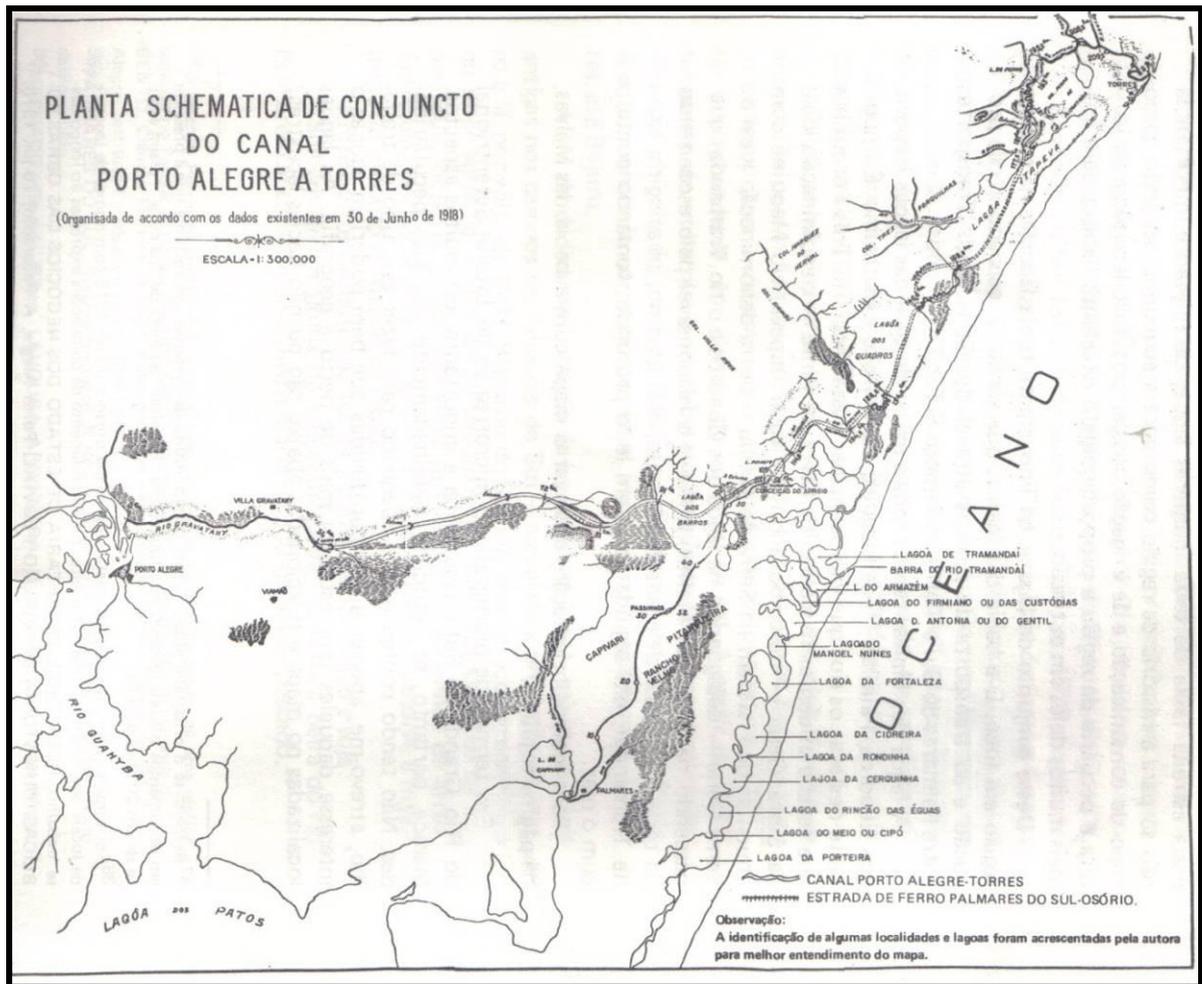


Figura 5. Planta das lagoas, canais e obras hidrovíarias previstas no projeto do Estado. Fonte: Silva (1985, p.28)

Segundo Muri (1992, v.3), o porto da Lacustre sem dúvidas trouxe o progresso ao litoral norte. Além do aumento do transporte de pessoas, houve um crescimento incalculável de produtos que circulavam e passavam por esse porto:

[...] e pelos anos 40, com o desenvolvimento das praias balneárias, muitos barcos seguiam direto para Tramandaí e Capão, a esta, pela Barra do João Pedro. [...] Com toda essa produção tirada das colônias ribeirinhas, mais a presença de mercadorias importadas via Palmares, a prosperidade se generalizou, podendo-se notá-la pelo número de pensões que se abriram como resultado do intenso comércio que então se estabeleceu. (MURI, 1992, v.3, p. 75)

Destaca-se ainda, a construção da linha férrea, ligando Palmares do Sul a Conceição do Arroio, em novembro de 1922 que, como visto anteriormente, faz parte da rota comercial Palmares do Sul – Porto Alegre. A utilização dessa linha possibilitou um aumento da quantidade de produtos que se dirigiam a Porto Alegre, no entanto, para que isso fosse

possível era necessária a utilização de embarcações de maior porte, portanto, existia a necessidade de manter a dragagem dos canais sempre em andamento, pois isso possibilitava a passagem de embarcações com maior calado.

Em época de safras, mais exportavam do que importavam de Palmares do Sul para a Capital. [...] Para que toda essa engrenagem pudesse manter-se organizada, estando sempre disponível todo o equipamento da navegação, estrada de ferro e, novamente, navegação, foi necessária a limpeza constante dos canais obstruídos por juntos e toda a espécie de materiais, reforma de embarcações e dragagens assim como a manutenção de pontes, da linha de ferro, trocando os dormentes e cuidando para que a areia não tomasse conta dos trilhos periodicamente. (SILVA, 1985, p. 91)

De modo geral, a manutenção desse sistema de comércio, que se estabeleceu entre o litoral norte e Porto Alegre, facilitou o acesso dos veranistas ao litoral, bem como viabilizou um maior tempo de permanência destes na praia. Na medida em que existe uma melhoria dos meios de transporte o litoral passa a se tornar uma região acessível aos deslocamentos sazonais dos produtos comercializados e das pessoas que o freqüentam durante o verão.

Ainda durante a década de 1920, é possível observar um acontecimento interessante, a introdução de pintados na Lagoa dos Barros. Segundo Muri (1995, v. 4) alguns trabalhadores da linha férrea trouxeram de Palmares do Sul exemplares de pintados em grandes latas cheias d'água.

Mas quem, depois de 1925, pescasse na dita lagoa, que antigamente se chamava “Lagoa Formosa”, iria puxar no seu anzol um peixe novo naquelas águas: era o “pintado”, e tal se deveu ao trabalho do maquinista Marcelino e seus companheiros da locomotiva, cujos trilhos por ali passavam; [...] O propósito dos ferroviários era jogá-los na Lagoa dos Barros, para que se multiplicassem. E assim eles fizeram, na volta do trem para Conceição, repetindo o trabalho por várias vezes. [...] Foi por existir nossa ferrovia que hoje temos “pintados” na Lagoa dos Barros. (MURI, 1995, p. 14-15)

Portanto, é possível observar que a introdução de uma nova espécie no litoral norte é uma prática de pesca que pode ser datada, pelo menos no caso do pintado. No entanto, em diversos diálogos com os pescadores do João Pedro, eles afirmaram que não existem pintados em sua área de pesca, e isso se deve ao isolamento da Lagoa dos Barros em relação ao restante do complexo lagunar do litoral norte.

Na década de 1930, diversas melhorias nas estradas começaram a ser implementadas, como por exemplo, a conclusão da RS-030, referida anteriormente, viabilizou o acesso de veículos maiores a Tramandaí. No entanto, essa não foi a única obra rodoviária feita para a

melhoria do acesso ao litoral norte, Schossler (2010, p.147-148) afirma que existiram outras obras rodoviárias importantes que foram executadas no litoral:

A criação de esteiras e a modernização dos meios de condução trouxeram aos veranistas e empresários do ramo hoteleiro e industrial uma satisfação temporária. No entanto, as reclamações sobre as estradas, que cansavam os veranistas, era a principal causa das lamentações. [...] As esteiras pareciam ser uma solução imediata para sanar o problema da entrada e saída das praias que ainda não possuíam este serviço. Para isso, por volta de 1932, foi contratada uma empresa para construir um perímetro de 27.000 metros de esteiras a partir de Osório.

A construção dessas esteiras, conforme afirma Schossler (2010), não foi concluída, da previsão vista acima, apenas quatrocentos metros foram feitos. Entretanto, outras obras foram conduzidas, como por exemplo, a retirada de dunas, que obstruíram a passagem das carretas, pontes, que facilitavam à passagem sobre os arroios que se encontravam próximos as estradas, bem como a drenagem de muitos banhados que se encontravam próximos a elas. Após a aplicação dessas obras, mais precisamente na década de 1940, era possível observar os impactos que elas causaram no litoral norte. Diversas empresas de transporte surgiram e começaram a manter linhas de condução de passageiros frequentes para o litoral durante a estação do verão. Na medida em que crescia o número de pessoas que procuravam esse meio de transporte, novas empresas foram surgindo, conforme essa demanda ia crescendo. É possível observar até mesmo o investimento das empresas em propagandas nos jornais, divulgando as conduções para o litoral, bem como os pacotes turísticos que eram oferecidos por algumas empresas:

Outras empresas de condução coletiva às praias também apareciam em publicidades do jornal. Muitas delas já anunciavam pacotes com hospedagens em hotéis e passagem de ida e volta para Porto Alegre, como a empresa *F. Silvilli & Cia*, que oferecia pacotes de 15 e 30 dias. A empresa *Carris*, também operava linhas para a praia de Tramandaí, e em parceria com os hotéis da cidade balnear, levava, de bondes, os banhistas do hotel ao banho. (SCHOSSLER, 2010, p. 151)

O surgimento de diversas empresas de condução auxiliou no deslocamento cada vez maior de pessoas para o litoral. Deve-se destacar que mesmo com a existência da estrada até Tramandaí, muitas empresas faziam o transporte até outras praias pela beira da praia (SANTOS, 2005). No caso das praias mais ao norte, como por exemplo, Capão da Canoa e Torres, as estradas chegaram ao final da década de 1960, com a conclusão das obras da BR-101. Na medida em que aumenta o consumo de pescado, devido ao crescimento de veranistas

no litoral, as práticas de pesca também iam se transformando, cada vez mais se voltando para uma pesca comercial de escala familiar. É possível observar isso nos diálogos com os pescadores, pois sempre fazem referência a uma pesca mais voltada ao consumo familiar, com raras exceções lembram de um fluxo intenso de venda de peixe, como por exemplo, o bagre seco, que era sabidamente exportado em larga escala para outras regiões.

Neste mesmo período, onde se desenvolveram diversas empresas de condução, Capão da Canoa encontrava-se em pleno desenvolvimento, da mesma forma que Cidreira, Tramandaí e Torres. Esse balneário possui uma importância muito grande para o desenvolvimento da comunidade de pescadores da Barra do João Pedro, pois é o principal centro de consumo de pescado da região, absorvendo, atualmente, quase toda a produção dos pescadores. É possível observar em fotografias da época, a existência de pequenas casas de madeira próximas a balsa que havia na região (ver figura 6.)

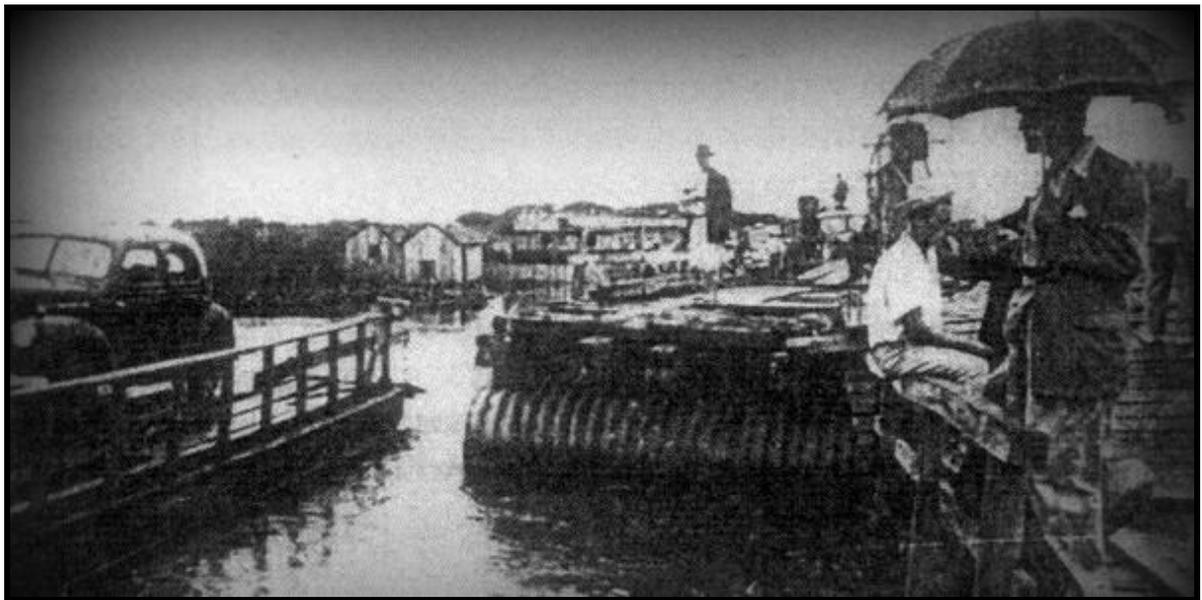


Figura 6. Barra do João Pedro e a balsa de travessia, ao fundo as casas de pescadores. Fonte Silva (2005, p. 63)

A partir desse momento, juntamente com o surgimento das empresas de condução, surgiu à primeira empresa de loteamento de terra do litoral norte, a Empresa Territorial Capão da Canoa Ltda, que comprou uma grande extensão de terras na região, do mar até a lagoa dos Quadros. Isso se deve ao aumento de veranistas que começaram a frequentar Capão da Canoa, e após o loteamento das terras, diversos chalés de madeira começaram a surgir, indicando uma nova ocupação no litoral, os veranistas passaram a adquirir seus próprios imóveis (SANTOS, 2005).

O aumento de veranistas trouxe o aumento das construções de chalés de madeira. Muita gente duvidava das construções em alvenaria (de tijolos) devido ao solo arenoso. A Empresa Territorial iniciou a construção de cinco casas de alvenaria, sendo uma geminada. [...] Os loteamentos eram feitos baseados em uma planta urbana. (SANTOS, 2005, p. 84-86)

Ainda segundo a autora, após a venda dos loteamentos foi criada a Construtora Capão da Canoa Ltda., que no final da década de 1940, foi responsável pela construção do primeiro prédio do litoral, o edifício Aymoré, até mesmo a primeira calçada de paralelepípedos na Rua Pindorama (SANTOS, 2005). Com o aumento populacional, ocasionado por todos os fatores vistos anteriormente, novas necessidades surgiam para a manutenção dos veranistas, e até mesmo dos moradores no litoral, que era principalmente o abastecimento de água potável (ver figura 7.¹⁰). Nesse período, segundo a autora, iniciou-se um processo de crescimento da cidade que não seria mais revertido, ao mesmo tempo, consolidava-se um mercado consumidor que garantiria a sobrevivência dos pescadores no inverno, portanto, novamente é possível observar essa relação de dependência dos pescadores diante do restante da população litorânea. Neste período, a Barra do João Pedro começou seu crescimento ligado a Capão da Canoa, acompanhando as transformações que ocorriam na região. Essas transformações podem ser observadas na atualidade, como por exemplo, as práticas de pesca sazonais¹¹, que no inverno estão voltadas a uma pesca para o consumo de moradores do litoral, e no verão aos veranistas, que consomem outros tipos de pescado¹².

¹⁰ <http://www.rotaacoriana.com.br/blog.php?blog=346&i=48&c=0>

¹¹ Existem outros fatores que colaboram para as transformações nas práticas de pesca, como por exemplo, as mudanças climáticas, que serão trabalhadas no capítulo 4.

¹² Através das observações de campo, é possível afirmar que os moradores do litoral têm preferência por peixes de menor valor de mercado, como por exemplo, o bagre, o jundiá e o cará; Já os veranistas, têm preferência pelos filés de violinha, traíra e jundiá.



Figura 7. Caixa d'água de Capão da Canoa em 1949. Fonte rotaacoriana.com.br

Segundo Santos (2005), o abastecimento de água era feito por bombas movidas a energia eólica, semelhantes à cataventos, que bombeavam a água da lagoa dos Quadros até a caixa d'água. Esta ainda permanece de pé, em frente à prefeitura de Capão da Canoa. Já na década de 1950, iniciaram as obras da ponte sobre a Barra do João Pedro, pois o aumento do fluxo de viajantes obrigou as autoridades a substituir a balsa precária sobre tonéis.

A partir dessas melhorias implementadas no litoral, desde o início do século XX até os dias de hoje, os balneários litorâneos passaram a ter um crescimento constante até a atualidade. É importante observar que o costume de freqüentar a praia, durante o verão, continuou a ser uma prática muito difundida entre os gaúchos. Na medida em que ocorria esse crescimento da população no litoral, o consumo de produtos da região também cresceu, como por exemplo, o peixe, que possivelmente impulsionou a fixação das comunidades de pescadores em regiões próximas aos núcleos urbanos. Segundo algumas informações obtidas em conversas com os pescadores da Barra do João Pedro, quase toda a sua produção é destinada ao mercado consumidor de Capão da Canoa, desde hotéis, restaurantes, quiosques na beira do mar, etc. Sendo assim, é possível afirmar que o desenvolvimento das comunidades está intimamente ligado ao crescimento dos balneários litorâneos e com a chegada dos

veranistas. E isso se revela um fato interessante, pois no caso dos quiosques a beira mar, o peixe consumido não é de origem marinha, mas sim das lagoas, o que contribui para a hipótese acima referida.

As relações que se estabelecem entre Capão da Canoa e Barra do João Pedro podem ser compreendidas através das transformações pelas quais o litoral passou ao longo do último século. Na medida em que era possível pescar, com um retorno financeiro maior, os pescadores começaram a explorar novas espécies de peixes e criar novos cortes de carne, direcionando sua produção para o consumo dos veranistas, pois se deve considerar que o peixe, assim como o camarão, é um produto muito apreciado por estes. Segundo alguns pescadores, quando perguntados que peixe eles costumavam consumir antes do mercado da pesca crescer no litoral norte, é unanimidade a tainha, o jundiá, a traíra e principalmente o bagre. Ainda segundo eles, essa última espécie é uma das mais apreciadas pelos pescadores. O que se pode notar é que os veranistas têm preferência pelos filés, portanto, de uns anos para cá, os pescadores passaram a pescar, em grande volume, a violinha e a traíra, pois destas espécies saem os filés mais vendidos no litoral (DIÁRIO DE CAMPO, 23/02/2011).

Com isso, pode-se afirmar que o crescimento e afirmação da comunidade de pescadores da Barra do João Pedro encontra-se ligado ao crescimento de Capão da Canoa e ao aumento do fluxo de veranistas durante a temporada de banho. Deve-se acrescentar a isso, como visto anteriormente, a introdução de novas práticas de pesca, como por exemplo, a pesca de violinha, impulsionada pelo consumo dos veranistas quando vão para o litoral. Portanto, é possível afirmar também que a chegada de novos parâmetros de consumo influenciou nas práticas de pesca desses pescadores.

3 A ETNOARQUEOLOGIA E A ARQUEOLOGIA ESPACIAL COMO ABORDAGEM ÀS PRÁTICAS DE PESCA NA BARRA DO JOÃO PEDRO

3.1 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ETNOARQUEOLOGIA

Nos últimos 60 anos, os arqueólogos passaram a utilizar com maior frequência os dados etnográficos para a formulação de hipóteses e modelos arqueológicos (KENT, 1984). A origem destes dados, ou a coleta dos mesmos, caracteriza-se por um método arqueológico empregado pelo etnoarqueólogo. No entanto, sabe-se que no início do século XX os dados etnográficos, empregados por arqueólogos, tinham sua origem em estudos realizados por antropólogos. Um exemplo é Jesse Fewkes (1900), que no final do século XIX utilizou pela primeira vez o termo etnoarqueólogo em seu estudo sobre as migrações dos nativos americanos (DAVID; KRAMER, 2001). Na década de 1930, Donald Thomson (1939) desenvolveu um estudo sobre o fator sazonal na cultura humana, que é classificado como a primeira pesquisa etnoarqueológica dentro do conceito moderno de etnoarqueologia, que de forma geral, é o estudo de populações contemporâneas através de uma abordagem arqueológica (DAVID; KRAMER, 2001). A partir de então, segundo David e Kramer, a emergência formal da etnoarqueologia, como uma subdisciplina da antropologia, passou a ser mais bem definida com o aparecimento, em 1956, de um trabalho de Maxine Kleindienst e Patty Jo Watson intitulado "Arqueologia da ação: o inventário arqueológico de uma comunidade viva". Esta foi uma chamada para o arqueólogo levar para o campo a sua própria orientação teórica e recolher as informações necessárias junto a comunidades vivas. Deve-se incluir também os dados sobre a função de artefato e variação tipológica, técnicas de abate, subsistência, estrutura social.

É importante destacar que se adotou a periodização proposta por David e Kramer de divisão das correntes teóricas da etnoarqueologia. Portanto, como visto anteriormente, retomar-se-á alguns trabalhos relevantes que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

3.1.1 Período inicial

O período inicial da etnoarqueologia foi caracterizado pelas relações desta com a arqueologia. Durante os anos de 1960, com o surgimento de diversas correntes teóricas na

antropologia, coincide com a maior difusão da etnoarqueologia entre os arqueólogos. A temática mais debatida nessa época era sobre a utilização da analogia para a interpretação arqueológica (STILES, 1977). Robert Ascher (1961) em seu artigo “analogy in archaeological interpretation” amplia esse debate, buscando as relações entre as abordagens arqueológicas, etnológicas, etnográficas e históricas para o estudo do passado. Na mesma década, Karl Heider (1961) realizou um estudo junto a nativos da Indonésia, buscando sistemas de trocas, assentamentos, e, segundo David e Kramer (2001) “O artigo de Heider refletiu os pressupostos arqueológicos da época. [...] trabalhando etnoarqueologicamente com líticos, assentamentos, abandonos de casas, etc.”. Esse estudo tem reflexos até hoje na etnoarqueologia, as pesquisas de “household archaeology” de Kent (1993) e Wilk (1991) são exemplos disso.

A etnoarqueologia teve um início lento nessa primeira década, grande parte das pesquisas realizadas concentrou-se na Mesoamérica e nas Antilhas, sendo a maioria desses trabalhos caracterizados por estudos cerâmicos (DAVID; KRAMER, 2001). Segundo David e Kramer (2001), o trabalho de Raymond Thompson (1958) sobre a produção da cerâmica Maia, e o trabalho de George Foster (1965) sobre a produção da cerâmica no México, caracterizam a preocupação desta época em buscar os motivos pelos quais essas populações produziam cerâmica.

Sendo assim, este período inicial caracterizou-se por uma nova compreensão da etnoarqueologia, passando de um estudo limitado a etnografia para a aplicação de metodologias e perguntas de interesse arqueológico. Portanto, este período marca o surgimento da etnoarqueologia como um campo de atuação do arqueólogo.

3.1.2 A nova etnoarqueologia

A partir da década de 1960, iniciou-se, na arqueologia norte americana, uma nova tendência teórica e metodológica na arqueologia, a *new archaeology*, ou nova arqueologia. A produção teórica da década de 1950, mais precisamente de Leslie White e Julian Steward, encaminhou uma série de mudanças que conduziram do paradigma anterior – histórico-cultural – para as novas tendências da *new archaeology*. Esses novos conceitos foram difundidos entre as novas gerações de arqueólogos, tendo como principal destaque Lewis Binford. Segundo Trigger (2011), Binford se envolveu em uma série de polêmicas nas quais tentou demonstrar as vantagens da Nova Arqueologia sobre os enfoques tradicionais. A rápida

adoção da Nova Arqueologia pelos jovens arqueólogos refletiu as predisposições atuantes na década de 1950.

Destacando-se na nova arqueologia, Binford (1962) define que a arqueologia deve ser compreendida como uma ciência ligada à antropologia, sendo o objetivo desta compreender as semelhanças ou as diferenças no comportamento cultural. Dentro deste objetivo, os dados arqueológicos serviriam para o estudo das mudanças em um amplo espaço de tempo. Essas mudanças, dentro dos sistemas culturais, são interpretadas como respostas adaptativas às alterações do meio ambiente, ou relacionada a competições com vizinhos. Sobre isso, Binford (1962, p. 218, tradução nossa) afirmou que:

Podemos observar, em certos organismos, constantes adaptativas e limitações semelhantes, em dados tipos de meio ambiente. Entretanto, essas limitações, bem como o potencial do meio ambiente, devem ser vistas sempre como uma variável que intervém no sistema ecológico humano, ou seja, na cultura.

A partir dessa idéia, os “novos arqueólogos” passaram a desenvolver pesquisas correlacionando comportamento, cultura material e meio ambiente, buscando as mais variadas soluções para compreender as mudanças culturais. Com essas novas idéias, nota-se também uma nova expansão do campo de atuação do arqueólogo, segundo Trigger (2011, p. 294-295) “a idéia de que os arqueólogos poderiam estudar qualquer problema que os etnógrafos estudem, e por períodos de tempo ainda maiores, conquistou o apoio de muitos jovens arqueólogos...”.

Essa aproximação com a antropologia, e o desenvolvimento dessas correlações entre comportamento, cultura material e meio ambiente, favoreceu o desenvolvimento da etnoarqueologia, segundo Trigger (2011, p. 296):

Binford argumentou que, a fim de estabelecer tais correlações, os arqueólogos devem ser treinados como etnólogos. Somente estudando situações vivas, em que comportamentos e idéias podem ser observados em conjunção com a cultura material, seria possível estabelecer correlações úteis para inferir do registro arqueológico, de modo confiável, comportamento social e ideologia.

Contudo, Binford (1962) alertou sobre a utilização dessas correlações, afirmando que o objetivo delas não era criar um determinismo ambiental, mas conduzir a um sistema de variáveis que influenciam na mudança ou na permanência de uma cultura. Binford (1962) acreditava que existia certa regularidade no comportamento humano. Esta regularidade

poderia ser estudada em grupos recentes, para compreender, em grupos pré-históricos, a formação do registro arqueológico. Sendo esta uma das preocupações da nova arqueologia, buscar a compreensão da dinâmica da vida dos homens, que fica registrada de forma estática na cultura material (BINFORD, 1983).

A partir de todos esses fatores, inaugurou-se um novo olhar sobre a etnoarqueologia. Este período processualista da etnoarqueologia caracterizou-se pelos estudos que priorizavam as correlações vistas anteriormente: comportamento, cultura material e meio ambiente. Dentre os diversos estudos que foram realizados na época – e foram muitos, pois segundo David e Kramer (2001), houve um grande salto no número de estudos etnoarqueológicos (Ver tabela 2) – destacam-se, segundo David e Kramer (2001), os estudos de Binford (1978^a, 1978^b), Gould (1978, 1980) e Kent (1984, 1991).

Os estudos realizados com os esquimós Nunamiut, no final dos anos de 1960, concederam uma posição de destaque para a etnoarqueologia. Através de um trabalho etnográfico profundo de observação das atividades, e compreensão da distribuição espacial dos objetos e dos sítios, Binford buscou a dinâmica dos comportamentos desses grupos e da formação do registro arqueológico. Essa busca pela dinâmica do registro arqueológico através do estudo de populações vivas ficou conhecida como teoria de médio alcance. Segundo Binford:

Investigações pormenorizadas sobre a relação entre o modo como os sítios eram utilizados e a organização adaptativa do sistema como um todo nunca haviam, porém, sido feitas. Do mesmo modo, também não havia estudos sobre as modificações no papel desempenhado pela tecnologia em resposta às circunstâncias concretas de cada sítio. Foi, em grande medida, para explorar esses problemas que fui para o Alasca observar os esquimós Nunamiut. Durante a investigação etno-arqueológica que aí levei a cabo procurei obter, a partir de uma perspectiva arqueológica, uma visão dinâmica do padrão de povoamento ao longo do ciclo sazonal de deslocamentos. (BINFORD, 1983, p. 138)

Inicialmente, Binford centrou seus esforços em compreender como os esquimós se deslocavam ao longo de um território, observando principalmente os caçadores. Os deslocamentos destes eram caracterizados por diversos fatores ligados a caça, mas Binford destaca um princípio que influencia diretamente a exploração do meio ambiente: a sazonalidade, ou ciclo sazonal. Outro aspecto importante para o deslocamento do grupo é o esgotamento dos recursos naturais, que força a busca por novos territórios e recursos.

[...] o que fazem é explorar uma série de áreas separadas, ocupando cada uma delas até o ambiente um ponto de ruptura. Com efeito, acontece frequentemente que, após alguns anos de exploração, a lenha ou os recursos animais de um determinado território se aproximem de um estado de esgotamento. Nessa altura, quando o retorno obtido deixa de compensar o investimento feito na busca das subsistências, o que acontece é que o grupo pura e simplesmente se muda para outro território completamente diferente, onde os recursos tiveram, entretanto tempo para se renovar. (BINFORD, 1983, p. 143)

Através disso, Binford pôde explicar a existência de diversos acampamentos de caça, a imensidão do território dos Nunamiut e até mesmo algumas áreas de armazenagem de carne seca. De um modo geral, os complexos de sítios pesquisados por Binford demonstraram a importância do estudo das populações recentes, principalmente considerando a contribuição dessa pesquisa para a compreensão da formação dos sítios arqueológicos de caçadores-coletores.

Passando para uma área mais restrita, Binford buscou as ações das pessoas dentro do espaço, ou do sítio arqueológico. Na tentativa de compreender como as atividades se desenvolviam e como ficavam registradas materialmente nos sítios arqueológicos. Os artefatos encontrados dentro de um sítio arqueológico demonstram que ali, outrora, foram desenvolvidas atividades humanas e, através dessa idéia, Binford afirmou que:

O estudo da estruturação dos sítios – isto é, a distribuição espacial dos artefatos, das estruturas e da fauna das estações arqueológicas – foi um dos desafios que resolvi aceitar quando comecei minha investigação etnoarqueológica. As minhas experiências etnográficas tinham-me dado a impressão de haver agrupamentos de variáveis que, dependendo da situação, determinavam em larga medida a forma como nos diferentes locais era organizado o comportamento. (BINFORD, 1983, p. 180)

A idéia de que o etnoarqueólogo pode, através de observação de um grupo, registrar as ações dinâmicas dos indivíduos no espaço e na cultura material, passou a ser mais difundida a partir do trabalho de Binford (1978a, 1978b, 1983). De modo geral, a observação etnográfica e a distribuição espacial dos objetos no sítio, possibilitam a compreensão de comportamentos característicos observados e as suas conseqüências no registro arqueológico. Binford (1978b, p. 330) propõe justamente isso, em seu trabalho sobre os acampamentos de caça dos esquimós:

O objetivo deste trabalho é descrever a relação entre os comportamentos característicos observados em acampamentos de caça e as conseqüências estruturais desses comportamentos nos registros arqueológicos.[...] Os acampamentos de caça oferecem uma situação interessante em relação aos pressupostos comumente feitos por arqueólogos em torno da relação entre os

atributos de localização do sítio, o conteúdo do sítio e entre o padrão interno de disposição de artefatos e atividades. (BINFORD, 1978b, p. 330, tradução nossa)

Através disso, Binford (1978b) buscou a compreensão da disposição dos objetos dentro de uma área mais limitada, um acampamento de caça. Mesmo que não seja explícita, parece que a idéia de Binford foi observar todas as esferas de atuação dos esquimós, em todos os espaços possíveis, a fim de entender a dinâmica da formação do registro arqueológico dentro das áreas de atividades, que segundo Binford (1983), são lugares, instalações ou superfícies em que ocorrem atividades tecnológicas, sociais, ou rituais, logo, uma área de atividade necessita de uma ação antrópica para formá-la.

Partindo dessa proposta de compreensão da formação do registro arqueológico, Binford propõe a teoria de médio alcance, que segundo Dias (2000), trata-se do acumulo de dados de pesquisa de médio alcance, voltada a explicar as causas da variabilidade dos conjuntos artefatuais. Ainda segundo a autora, as pesquisas de médio alcance conduzidas por Binford centraram-se na variabilidade dos registros arqueológicos de grupos de caçadores-coletores. Sendo assim, Binford buscou através da etnoarqueologia os sistemas dinâmicos para construir uma teoria de médio alcance do registro arqueológico.

A partir dos trabalhos de Binford, a etnoarqueologia passou a ser um tema amplamente debatido na arqueologia, no entanto, deve-se fazer destaque aos trabalhos de Richard Gould, que iniciou suas pesquisas na década de 1960 junto a grupos aborígenes no deserto australiano. Dentre suas diversas contribuições, destacam-se os seus trabalhos sobre a analogia, onde, de um modo geral, buscou uma nova compreensão da etnoarqueologia, na tentativa de questionar a analogia e os modelos etnográficos aplicados até então.

Segundo Gould (1978, 1980), existem alguns fatores que contribuíram para a aplicação de modelos etnográficos e analogias na década de 1960-70, um deles é o princípio uniformitarista, que de modo geral, consiste na idéia de que os seres humanos possuem comportamentos estáveis, que dificilmente são alterados. Este princípio encontra-se dentro das diretrizes teóricas da *new archaeology*, portanto, permeou grande parte dos trabalhos produzidos na época.

Uma das noções mais sedutoras sobre o uso da analogia etnográfica é a idéia de que o princípio uniformitarista, pedra angular das ciências físicas e naturais, é aplicável para o estudo do comportamento humano passado. Ao defender o que chamou de nova arqueologia, Ascher indicou aos arqueólogos que procurassem analogias em culturas que manipulam ambientes semelhantes de formas semelhantes. (GOULD, 1980, p. 32, tradução nossa)

Esta idéia de que o comportamento humano se mantém estável ao longo do tempo foi duramente criticada por Gould (1978, 1980). Segundo o autor, os etnoarqueólogos deveriam preocupar-se como e quando surgem determinados comportamentos, com o objetivo de documentá-los e trabalhar sobre esses registros.

Gould (1980, p. 34) sugere a existência de dois tipos de analogia, a “descontínua” e a “contínua”. A primeira é a analogia proposta Ascher (1961), que consiste em modelos culturais separados em tempo e/ou espaço. O segundo tipo, chamada de analogia “contínua” também é baseada em estudos etnográficos, no entanto, o objetivo não é “prever o passado” (GOULD 1980, p.35) e sim possuir dados possíveis de comparação com os padrões do passado. Gould ainda destaca outra abordagem, chamada de “contrastiva”, sendo esta um modo de trabalho diferenciado da proposta de analogia:

Esta abordagem geral pode ser convenientemente chamada de contrastiva, ao contrário do método analógico em etnoarqueologia. O método contrastivo supera as principais dificuldades metodológicas discutidas anteriormente. Evita as suposições sobre a aplicação das leis uniformistas do comportamento humano. Usando o sistema cultural como base para comparação, ela chama a atenção para os processos de interação entre os subsistemas e não a qualquer tipo de efeito ou causa unilinear. O modelo contrastivo é muito útil para identificar e explicar eventos únicos, uma vez que para lidar com regularidades no comportamento humano passado isso não se faz necessário.(GOULD, 1978, p. 253-254, tradução nossa)

Esta abordagem, segundo o autor, marcou o trabalho de Binford (1978a) com os esquimós. Através de uma etnografia detalhada de grupos caçadores modernos, Binford buscou padrões de mobilidade e os comparou com vestígios de sítios pré-históricos, ou seja, através das diferenças encontradas, explicar fenômenos que ocorrem dentro desses grupos em espaços semelhantes. Dentro desta abordagem contrastiva, Gould (1980) destaca a importância de o etnoarqueólogo observar os grupos humanos dentro de ecossistemas particulares, na tentativa de compreender como estes grupos adaptaram seu modo de vida a região em estudo.

Sendo assim, Gould (1978, 1980) contribui para uma melhor compreensão do trabalho etnoarqueológico. Através de seu posicionamento contrário a idéia uniformitarista do comportamento humano, indicando, através do método contrastivo de Binford, novas diretrizes para pensar o trabalho etnoarqueológico e a analogia.

Dentre os diversos estudos, publicados até a década de 1980, Kent (1987) propõe uma subdivisão das orientações teóricas e metodológicas aplicadas. A primeira destacada foi à

arqueologia antropológica caracterizada, de um modo geral, como uma perspectiva uniformitarista que busca a compreensão de grupos arqueológicos através da analogia direta com grupos do presente. Segundo Kent (1987, p. 34), “[...] esses dois aspectos caracterizam a arqueologia antropológica – história cultural e analogia etnográfica – são eles que a distinguem da etnoarqueologia.” A segunda subdivisão destacada foi a “etnografia orientada arqueologicamente”¹³ que se caracterizou pela utilização dos dados etnográficos para a analogia e interpretação dos dados arqueológicos. Segundo a autora:

O objetivo de etnografias arqueológicas é fornecer material etnográfico potencialmente útil para análogos, sendo estas auxiliares na identificação de descrições arqueológicas,[...] esta abordagem etnográfica utiliza analogia para justificar a sua existência. Etnografias arqueológicas são usadas para extrapolar dados históricos ou contemporâneos para a compreensão dos registros arqueológicos. (KENT, 1987, p. 35, tradução nossa)

Um exemplo de estudo etnográfico orientado arqueologicamente foi o trabalho de Rathje (1978) citado anteriormente, inclusive Kent (1987) destaca que o este foi o primeiro a utilizar a expressão etnografia arqueológica. A terceira e última subdivisão foi a etnoarqueologia, esta se distingue das outras, pois possui objetivos diferentes. Conforme a autora:

Os objetivos da etnoarqueologia são: formular e testar métodos arqueologicamente orientados (e / ou), hipóteses, modelos e teorias com dados etnográficos. O ideal seria iniciar o estudo com uma investigação de interesse arqueológico, utilizando os dados etnográficos para a formulação de testes, hipóteses, modelos e teorias sobre esses interesses, e depois retornar ao registro arqueológico para implementar a compreensão obtida a partir dos dados etnográficos. (KENT, 1987, p. 37, tradução nossa)

Desse modo, os trabalhos de Binford (1978a, 1978b, 1983), Gould (1980), Kent (1984) foram considerados como pesquisas etnoarqueológicas. A autora ainda destaca que um trabalho etnoarqueológico não é definido pela presença de analogia, pois a etnoarqueologia é caracterizada por um método e uma teoria que busca a compreensão de temáticas arqueológicas através de estudos com sociedades contemporâneas, sendo a formação dos registros arqueológicos uma de suas principais áreas de interesse (KENT, 1987).

Em 1973, William Rathje (1978) iniciou o “projeto do lixo, uma etnografia arqueológica” na cidade de Tucson no Estado do Arizona. Este projeto tinha como objetivo

¹³ Archaeologically oriented ethnography. Segundo a autora também é conhecida como etnografia arqueológica, archaeological ethnography.

geral a busca dos padrões de descarte das unidades domésticas da cidade. Para isso, utilizou-se dois tipos de dados: o dado arqueológico, caracterizado pelo lixo descartado pelas famílias; e o dado etnográfico das entrevistas de pesquisa, onde buscou-se registrar os motivos que levavam ao descarte dos objetos. Na introdução do projeto, Rathje (1978) propôs uma reflexão importante sobre a etnoarqueologia e o fazer do etnoarqueólogo:

[...] É claro que para muitos problemas a perspectiva material-comportamental seria em grande parte ineficaz. Eu me proponho, no entanto, que os etnoarqueólogos não se limitem a coleta de dados que são relevantes apenas para a reconstrução do passado. Eles podem aplicar sua perspectiva material-comportamental para o estudo dos processos em curso nos sistemas modernos. (RATHJE, 1978, p. 50, tradução nossa)

Dentro dessa afirmação, caberia dizer que a etnoarqueologia, proposta por Rathje, não se caracteriza diretamente pela existência de uma analogia com o passado ou pela criação de um modelo etnográfico, mas sim pela compreensão dos comportamentos nas sociedades, sejam elas modernas ou primitivas. Segundo o autor, o desinteresse dos etnógrafos em trabalhar com as análises comportamentais e da cultura material, possibilitou aos arqueólogos essa nova área de atuação, a etnoarqueologia.

As unidades domésticas foram o principal foco de pesquisa do projeto. Sendo esta caracterizada por uma residência com um container individual de lixo (RATHJE, 1978). A partir dessa definição, a coleta dos dados materiais iniciou em 1973, terminando apenas em 1975 com o impressionante número de 1085 unidades domésticas analisadas. O material foi classificado, inicialmente, em 150 categorias diferentes, sendo as de destaque: comida, remédios, higiene pessoal e doméstica, objetos de diversão e objetos de educação. A análise do material, segundo o autor, caracterizou-se por um viés quantitativo.

Outro aspecto deste projeto foi à aplicação de entrevistas¹⁴ com os indivíduos da unidade familiar. A entrevista, caracterizada pelo autor como um fazer etnográfico, tinha uma grande importância para a pesquisa, pois segundo ele:

[...] Assim, o Projeto do Lixo parece um meio ideal para estabelecer relações entre dados da entrevista e os resultados empíricos de comportamento. A comparação dos dados obtidos por entrevista com os dados de pesquisa do lixo, podem identificar as áreas que são sujeitas a distorções nos procedimentos de entrevista, e isso, conseqüentemente, pode levar a

¹⁴ Deve-se destacar que para este trabalho foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas. Estas se caracterizavam por algumas perguntas aplicadas em meio as diversas conversas realizadas com os pescadores, o objetivo disso era criar certa naturalidade nos diálogos, contribuindo com informações relevantes para a pesquisa.

refinamentos úteis nas técnicas de entrevista. (RATHJE, 1978, p. 59-60, tradução nossa)

Essas relações entre entrevista e dados materiais, em alguns casos, geravam distorções, como por exemplo, as latas de cerveja. Foram encontradas algumas latas nos lixos, mas nas entrevistas os moradores da residência negavam que bebiam. Segundo o autor, podem ser vários os motivos que levaram a esta distorção, dentre eles o acesso a grandes quantidades de cerveja levava alguns moradores a negligenciar o número total, até mesmo por não ter um controle sobre a quantidade. Uma segunda interpretação, diz que o surgimento da reciclagem das latas contribuiu para que elas não aparecessem no registro material com maior frequência, acentuando as distorções entre registro material e entrevistas.

Segundo Rathje (1978) o estudo de sociedades contemporâneas contribui para que a etnoarqueologia refine suas técnicas e sua compreensão do passado. Sendo assim, a aplicação de uma “etnografia arqueológica” baseada em técnicas de entrevista poderia trazer bons resultados para a compreensão dos comportamentos recentes e do passado.

Com os estudos de Gordon Willey sobre padrão de assentamentos no novo mundo, a partir da década de 1950, a temática da utilização do espaço começou a ser amplamente abordada na arqueologia (KENT, 1984). Diversos trabalhos foram publicados, tais como os de Binford (1978a, 1978b, 1983), Clarke (1977), Hodder (1990), etc. O estudo da utilização do espaço e das áreas de atividades possibilitou uma melhor compreensão dos processos de formação do registro arqueológico, portanto, tornaram-se desde então, presentes dentro da arqueologia.

A partir da década de 1980, Susan Kent (1984, 1987, 1991) iniciou seus trabalhos sobre espacialidade e etnoarqueologia, contribuindo para a expansão das temáticas de pesquisa e para a adaptação de novas metodologias de trabalho etnoarqueológico. Além dessas contribuições, Kent (1984, 1987) buscou preencher algumas lacunas dentro dos estudos das áreas de atividades, conceito desenvolvido por Binford e que foi profundamente explorado nas pesquisas etnoarqueológicas realizadas por Kent (1984).

O conceito de área de atividade, como visto anteriormente, foi criado por Binford (1978a, 1983), no entanto, nas pesquisas de Kent (1984, 1987) não parece existir uma modificação profunda na idéia inicial do conceito: “a área de atividade termo é usado aqui para descrever o locus no qual um evento humano ocorreu.”. Partindo dessa definição, Kent (1984, p.1, tradução nossa) indicou qual o objetivo principal da aplicação desse conceito:

Minha pesquisa foi especificamente desenhada para testar as suposições feitas por arqueólogos que tentaram delinear áreas de atividade. Estas suposições incluem, geralmente, a idéia de que áreas de atividade podem ser discernidas em uma escavação arqueológica pelo conteúdo e padronização dos artefatos e da fauna que ali permaneceram [...].

Para conduzir esse objetivo, Kent (1984) desenvolveu três hipóteses de trabalho e buscou testá-las. São elas: (1) áreas de atividades podem ser discernidas pelo seu conteúdo e padrão espacial dos artefatos e dos restos faunísticos; (2) a maioria das áreas de atividades são de sexos específicos; (3) grande parte das áreas de atividades são monofuncionais. Para testar essas hipóteses, Kent (1984) desenvolveu um trabalho etnográfico junto a três populações distintas, os Navajos (indígenas norte americanos), os “Euro americanos” (população estadunidense) e os Hispano americanos (principalmente latinos que moram nos EUA). A autora destacou que “... os etnógrafos, tradicionalmente, não têm coletado dados necessários para avaliar a teoria e o método arqueológico” (KENT, 1984, p. 2), portanto, foi necessário que a aplicação da etnografia estivesse devidamente ajustada a uma metodologia e teoria arqueológica.

O estudo etnoarqueológico aplicado por Kent (1984) foi caracterizado por duas coletas de dados distintas, a pesquisa etnográfica e a arqueológica. A primeira consistiu na observação participante e em entrevistas informais. De modo geral, a pesquisa etnográfica tem o objetivo de observar os comportamentos que se desenvolvem em determinados espaços (KENT, 1984). A pesquisa arqueológica desenvolveu-se em sítios históricos Navajos e também nas observações participantes, pois os croquis das residências e os desenhos dos artefatos seguiram orientações arqueológicas (ver figura 8.). Os dados obtidos com a etnografia juntamente com os da escavação possibilitaram a aplicação do método “contrastivo” (conceito definido em GOULD, 1978, 1980).

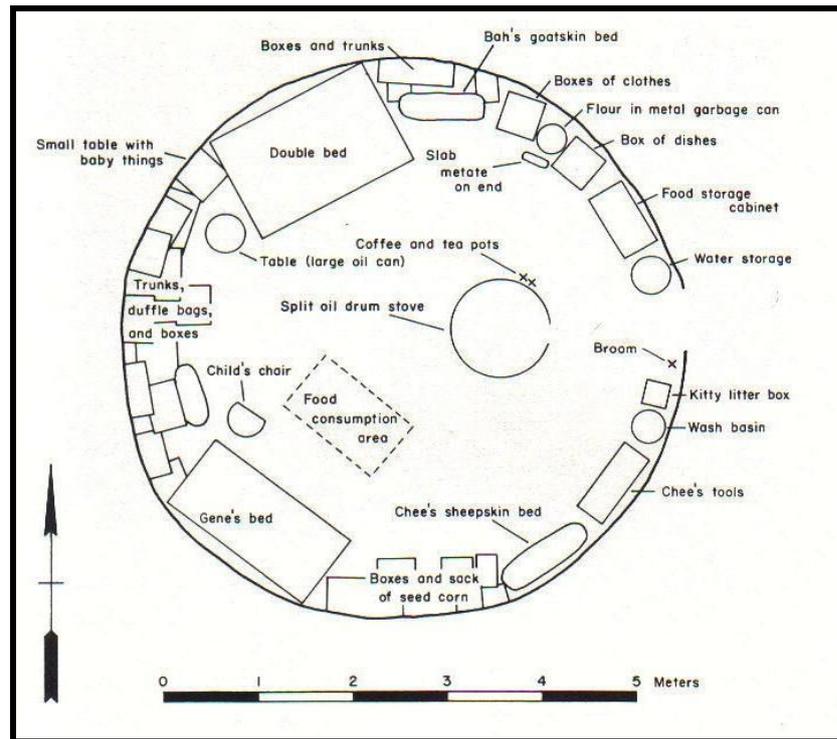


Figura 8. “A cabana das ovelhas” com suas áreas de atividades. (KENT, 1984, p. 57)

Dentro da teoria arqueológica processualista existe um modelo de inter-relação entre cultura material, comportamento e cultura (KENT, 1984), conceitos que se encontram dentro da produção etnoarqueológica do período da *new archaeology*. A cultura foi compreendida como um sistema de significados e símbolos, já o comportamento foi definido como as ações sociais interpretadas dentro de um sistema de significados e a cultura material como um produto resultante do comportamento, originando artefatos, ou em alguns casos, restos faunísticos e botânicos. Segundo Kent a autora:

Estes conceitos podem ser separados apenas analiticamente a fim de examinar as partes do todo. Tenho desenvolvido um modelo que considera não apenas os aspectos comportamentais do uso de áreas de atividade, mas as dimensões da cultura material e da cultura também. (KENT, 1984, p. 12, tradução nossa)

Com isso, Kent (1984) propõe um modelo de observação arqueológica, relacionando os três conceitos e diferenciando a observação arqueológica da etnográfica, caracterizando a etnoarqueologia como uma área de estudo arqueológica, e não apenas como uma etnografia.

Outra questão de destaque é a afirmação que a autora faz sobre os estudos limitados a perspectiva quantitativa, segundo ela:

[...]Porque não é possível reduzir todos os aspectos de uma cultura, de um grupo ou comportamento para termos quantitativos, é necessário comparar um grupo com os outros, a fim de buscar um lugar dentro de um contexto geral. Por exemplo, um antropólogo não pode medir a força ou a rigidez da divisão do trabalho de um único grupo por si só. Em vez disso, o grupo deve ser comparado aos outros para ver que a divisão do trabalho no grupo A, por exemplo, é mais forte ou mais rigorosa do que no grupo B, mas é menor do que no grupo C. (KENT, 1984, p. 14, tradução nossa)

Sendo assim, a perspectiva quantitativa não deve ser aplicada de forma exclusiva na cultura e no comportamento. Os dois conceitos necessitam de outras abordagens a fim de desenvolvê-los, uma proposta é o método comparativo proposto acima. Esse método, destacado por Kent (1984), foi anteriormente discutido como método “contrastivo” e ganhou destaque com os trabalhos de Gould (1978, 1980).

As pesquisas de Kent não se limitaram apenas ao estudo das áreas de atividades. Em seu trabalho sobre “As relações entre estratégias de mobilidade e estrutura de sítio”, a autora buscou compreender, através de uma perspectiva ecológica, como as estratégias de mobilidade de caçadores-coletores modernos influenciam as estruturas internas dos sítios arqueológicos. Dentre os fatores ecológicos que a autora cita, destacam-se dois, são eles: as estratégias de subsistência e as diferenças sazonais e climáticas. Segundo a autora, estes se encontram presentes na mobilidade dos caçadores-coletores no território e na escolha por novos locais de caça e coleta ainda segundo Kent (1991), existem dois tipos de estratégia de mobilidade, uma chamada de mobilidade atual, que se caracteriza pelo período de ocupação de um sítio, ou seja, desde sua ocupação até seu abandono, e a mobilidade antecipada, destacada como:

Um modelo de organização espacial intra-sítio foi desenvolvido com foco na mobilidade antecipada - período de tempo que as pessoas esperam para ocupar um sítio. [...] descobrimos que a mobilidade antecipada foi fator de maior influência - isto é, mais importante do que o período real da ocupação local, campo de orientação de subsistência, estação de habitação, o número de ocupantes, ou a filiação étnica. Além disso, o estudo indica que a mobilidade antecipada muitas vezes foi responsável por uma porcentagem maior da variabilidade da estrutura do local que estratégias de subsistência. (KENT, 1991, p. 35, tradução nossa)

Portanto, a mobilidade antecipada influencia na composição e na formação das áreas de atividades, por exemplo, a disposição das cabanas, o número de áreas de armazenagem, o tamanho do sítio, a composição das áreas de descarte, etc. Sendo assim, o período de tempo que se deseja ficar em um acampamento de caça determina a constituição desde, para um

período mais curto de permanência cabanas provisórias, com um menor número de áreas de armazenagem, ou o contrário, caso o período de permanência desejado seja maior (KENT, 1991).

As pesquisas desenvolvidas por Kent na década de 1980 contribuíram para uma melhor compreensão do trabalho etnoarqueológico de espacialidade, mesmo sabendo que Binford foi o precursor da abordagem espacial na etnoarqueologia. Além disso, Kent (1984, 1987, 1991) priorizou a utilização de teorias arqueológicas em seus trabalhos, reforçando, como visto anteriormente, que a etnoarqueologia caracteriza-se pela utilização de um método e teoria arqueológica, e que de certa forma o trabalho de campo, mesmo tratando-se de uma etnografia, orienta-se através de metodologias e teorias arqueológicas.

Durante o período da nova arqueologia a etnoarqueologia obteve avanços teóricos e metodológicos importantes. A aplicação de metodologias arqueológicas nos trabalhos etnográficos resultou em diversos estudos sobre mobilidade, espacialidade, formação de registro arqueológico, etc., contribuindo consideravelmente para a compreensão dos grupos estudados e também para a formação do registro arqueológico. Além disso, os debates conduzidos por Gould (1978, 1980) e posteriormente por Kent (1984, 1987) auxiliaram na formação de um conceito consistente de etnoarqueologia, desvinculando deste a idéia de que é necessário ao trabalho etnoarqueológico uma analogia com populações do passado. Com isso, a etnoarqueologia pode afirmar-se como um campo de estudo ocupado por arqueólogos, buscando respostas para as mais diversas questões de interesse arqueológico.

3.1.3 A etnoarqueologia pós-processualista

Em meados da década de 1980, com os trabalhos de Ian Hodder, foi dado o pontapé inicial para a corrente pós-processualista ou contextual, sendo esta uma reação a corrente processualista. Segundo Hodder (1988) o enfoque pós-processual veio suprir uma ausência na interpretação do registro arqueológico, os significados das manifestações culturais que ficavam registrados nos artefatos. Sendo assim, a corrente pós-processualista ou contextual contribuiu para a abertura de mais horizontes de pesquisas, e segundo Trigger:

Embora Ian Hodder tenha participado de, e também inspirado muitas correntes mencionadas acima, sua abordagem contextual da arqueologia situa-se à parte de todas elas em vários aspectos; hoje, aliás, seu paradigma é reconhecido como a principal contestação e o rival mais importante da arqueologia processual. Uma tese básica do contextualismo é a afirmação de Hodder, etnograficamente muito bem documentada, de que a cultura

material não é mero reflexo da adaptação ecológica ou da organização sócio-política; também constitui um elemento ativo nas relações entre grupos, elemento que tanto pode ser usado para disfarçar relações sociais como para as refletir. (TRIGGER, 2011, p.343)

A abordagem pós-processualista, segundo Hodder (1995), passou a incorporar em seus trabalhos as dimensões históricas e culturais dos grupos estudados. O anti-historicismo da corrente processualista eliminou da arqueologia a possibilidade de dialogar com as ciências históricas e com as ciências sociais, levando a arqueologia a isolar-se com a antropologia. A corrente pós-processualista retomou o diálogo com as ciências históricas e sociais, e buscou na antropologia estrutural um aporte para a aplicação de suas novas idéias:

A idéia de que após o desenvolvimento dos processos históricos e adaptativos se escondem estruturas e códigos de presença e ausência não se encaixa facilmente com o empirismo e o positivismo que dominaram a arqueologia desde suas origens. Neste sentido, a arqueologia pós-processual, na medida em que incorpora o estruturalismo e o marxismo, constituiu uma ruptura mais radical que a anterior. [...] temos também constatado, em todos os âmbitos da arqueologia, uma crescente consciência de que é necessário ter presente o contexto histórico concreto ao aplicar teorias gerais. (HODDER, 1988, p. 172-173, tradução nossa)

Outros autores importantes como André Leroi-Gourhan, com seus trabalhos na década de 1960 sobre as representações de animais em cavernas da Europa do paleolítico superior, também estimularam a busca por novas temáticas de pesquisa, voltadas para a busca de significados nas manifestações culturais e na cultura material. Assim como, os estudos arqueológicos baseados em fontes etno-históricas, sendo estes caracterizados como abordagem histórica direta (TRIGGER, 2011). Contudo, essa nova experiência de trabalhar com outro tipo de documentação foi alvo de críticas dos arqueólogos processualistas, segundo Hodder (1991), estes possuíam uma resistência em trabalhar com outras fontes além da cultura material, entretanto, o objetivo do trabalho com outras fontes é complementar a leitura da cultura material e não colocá-la em segundo plano, como afirmavam os processualistas. No entanto, conforme David e Kramer (2001), não existem diferenças epistemológicas de maior intensidade na aplicação das duas teorias, segundo os autores, uma das principais questões que coloca em choque as duas escolas é a abordagem naturalista e a anti-naturalista:

A abordagem naturalista segue o modelo das ciências naturais. As análises caracterizam-se por focar o comportamento e seus efeitos práticos no mundo, por uma ênfase na verificação de hipóteses e não em sua descoberta, na confirmação direta através da experiência, e pelo uso preferencial de

abordagens quantitativas e inferência estatística. Enquanto uma visão anterior de que a explicação consiste em agrupar padrões de dados sob leis de cobertura hoje é vista como excessivamente determinista, ainda existe uma preocupação com a obtenção de resultados que possam ser utilizados em comparações interculturais e para generalizar o processo cultural. [...] Estudos antinaturalistas enfatizam abordagens indutivas e qualitativas do estudo do significado vistos em termos tanto formalistas quanto cognitivos. A mente é, portanto, expressa tanto na cultura material quanto na ação social ou mito, e é matéria apropriada para a investigação arqueológica. (DAVID; KRAMER, 2001, p. 20, tradução nossa)

A partir dessas idéias, a etnoarqueologia pós-processual passou a trabalhar de uma forma diferente, com novas metodologias e teorias, utilizando um enfoque compatível com as novas tendências. Segundo David e Kramer (2001), os trabalhos de Hodder iniciaram a aplicação dessas novas metodologias e teorias, destacando a importância dos trabalhos etnoarqueológicos para a arqueologia, pois mesmo com novas abordagens, estes estudos continuaram figurando nas universidades e crescendo cada vez mais (ver a tabela 3.)

Como visto anteriormente, a abordagem pós-processualista não modificou drasticamente a etnoarqueologia. As principais mudanças ocorreram na perspectiva teórica, onde se buscou a compreensão do significado das manifestações culturais dos grupos estudados. Segundo David e Kramer (2001) o trabalho de Hodder intitulado “Symbols in action” provocou uma mudança gradual na etnoarqueologia, questionando a falta de alguns fundamentos de interpretação, a inexistência de um conceito arqueológico da cultura e da teoria da interação de estilos, que considerou que o grau de semelhança estilística entre dois componentes ou conjuntos.

Este trabalho avançou a etnoarqueologia, mas dificilmente resultou em uma transformação imediata do campo. O processualismo continuou a ser uma grande força - e alguns artigos "pré-processualistas" continuam a aparecer. Sendo assim, os trabalhos etnoarqueológicos de Hodder devem ser destacados pela sua importância para a formação de novos pesquisadores pós-processualistas em etnoarqueologia.

Em seu trabalho intitulado “O significado do descarte: cinzas e espaço doméstico em Baringo” de 1987, Hodder buscou através da etnoarqueologia a compreensão do descarte e da organização dos assentamentos Ilchamus no Quênia. Para isso, o autor iniciou uma pesquisa etnográfica e etnohistórica para obter informações importantes sobre esse grupo, não se limitando a impressões iniciais, pois segundo Hodder (1988) o pesquisador deve ter um amplo domínio do grupo estudado, para que suas observações não se limitem apenas a comportamentos. Portanto, a etnoarqueologia não deve ser enxergada como a solução dos problemas do passado, mas sim como uma ferramenta de compreensão do presente:

O que argumenta-se aqui é que não pode haver nenhuma teoria geral e nenhum método universal de medição e interpretação de resíduos de atividade, exceto em relação aos processos de deposição física e não-humana. Assim, não podemos olhar para etnoarqueologia para fornecer as respostas, as chaves para destravar o passado. Estudos etnoarqueológicos são de interesse em seu próprio direito, mas eles não podem contribuir diretamente para a nossa compreensão do passado, desde o significado de organização do assentamento e o descarte só pode ser derivado a partir do contexto (presente ou passado) em que uso de assentamentos e o descarte de artefatos ocorre. (HODDER, 1987, p. 424, tradução nossa)

Portanto, a aplicação do princípio uniformitarista da escola processual foi completamente abandonado no trabalho de Hodder (1987), pois o objetivo da etnoarqueologia pós-processualista é obter a compreensão dos significados das manifestações culturais de sociedades do presente, logo fazer interpretações sobre o passado retira do contexto o significado das manifestações do grupo estudado.

Hodder (1987) destacou que o descarte deve ser compreendido em seu contexto, ou seja, o entendimento do descarte das cinzas é possível através das discussões ou questionamentos que o pesquisador coloca em campo, examinando outras atividades de produção de cinzas, não apenas a fogueira de cocção de alimento, mas também as fogueiras rituais, as fogueiras de aquecimento, etc. Essa insistência na compreensão das culturas dentro de um contexto, como visto anteriormente, reflete uma preocupação com as “leis gerais” aplicadas por alguns estudos processualistas, no entanto, Hodder destaca:

...é possível evitar uma visão da sociedade formada por respostas comportamentais, ao mesmo tempo que é permitido ao comportamento humano ser adaptativo de forma criativa e ativa. O termo “contexto” busca capturar e juntar os dois lados da moeda: adaptação material e imaginário cultural. A palavra, utilizada neste no artigo, refere-se tanto a estrutura do significado dentro do qual os indivíduos agem, quanto às improvisações situacionais que formam a vida cotidiana. (HODDER, 1987, p. 425, tradução nossa)

Em seu outro capítulo intitulado “Um exemplo etnohistórico: Reconsideração da etnoarqueologia e da teoria de médio alcance” Hodder (1988) propõe outro modo de trabalho, agregando ao estudo etnoarqueológico uma pesquisa etnohistórica profunda. A crítica do trabalho é voltada a teoria de médio alcance, que como visto anteriormente, é caracterizada como um instrumento que busca relações dinâmicas do registro arqueológico em sociedades vivas. Hodder (1988) afirmou que a teoria de médio alcance não pode existir independente de

um contexto cultural, ou seja, não há como “medir” a dinâmica de uma cultura extinta através de uma viva, são contextos culturais completamente diferentes.

Para comprovar a importância da etnohistória para a etnoarqueologia, Hodder (1988) buscou no contexto dos Ilchamus uma maneira de demonstrá-la. Os Ilchamus são um grupo de pastores de gado do centro-leste a África, mais especificamente do Quênia. Este grupo destacou-se pela decoração em seus recipientes de leite, e segundo Hodder (1988), essa decoração possui relações com o recipiente, com o leite e com a mulher. De um modo geral, existe um significado simbólico e social para a decoração dos recipientes, pois uma decoração bem feita representa uma mãe dedicada, logo esta será bem aceita no grupo de mulheres da comunidade, um significado de status (HODDER, 1988). O leite é fundamental para a alimentação das crianças, estas são importantes para aumentar o tamanho do clã, e com isso existe a necessidade de aumento do rebanho de gado (HODDER, 1988). No entanto, Hodder destaca que:

Espero reforçar minha argumentação demonstrando que o controle prático do leite e das crianças tem provocado conseqüências históricas. No entanto, neste momento é perigoso outorgar uma carga simbólica e social demasiada a estes recipientes. (HODDER, 1988, p.125, tradução nossa)

Se for perigoso afirmar que o conteúdo simbólico e social determina a decoração dos recipientes, Hodder (1988) buscou explicações históricas para isso, na tentativa de explicar um fator que ocorre com os Ilchamus contemporâneos. Segundo o autor, através de uma leitura histórica pode-se explicar o estado de uma função atual:

Poderíamos seguir assim e remontarmos ad infinitum através do tempo, tentando descobrir associações históricas e explicar um estado em função dos anteriores. Parte do enfoque que desejaria implantar nesse livro se origina na idéia de que a história cultural desde o “interior” é uma parte necessária da explicação arqueológica. (HODDER, 1988, p. 127, tradução nossa)

As mudanças históricas, assim como as contextuais, influenciam diretamente sobre a produção da cultura material e do modo de vida das populações. O objetivo de Hodder foi introduzir uma leitura histórica que permitiu uma compreensão dos processos (HODDER, 1988) agindo dentro de uma cultura ao longo do tempo. Sendo assim, a crítica a teoria de médio alcance foram oportunas, pois a relação cultural universal entre o estático e o dinâmico não são compreendidas historicamente dentro de seus contextos (HODDER, 1988).

Com isso, a escola pós-processualista contribuiu para a abertura da etnoarqueologia para outro olhar sobre a fonte, buscando sistemas de significados, mudanças sociais, mudanças culturais. As novas perspectivas adotadas advindas das ciências sociais e históricas possibilitaram uma renovação da etnoarqueologia, como destacou Hodder:

Voltando aos métodos da etnoarqueologia, estes deveriam implicar o estudo desde o interior, a participação e a análise histórica. Nada é perceptível ou reconhecível em seu momento presente: devemos sempre nos referir ao passado e ao processo de formação do presente. A etnoarqueologia deve aproximar-se mais da antropologia, da etnografia e da etnohistória, incorporando em maior medida os métodos dessas disciplinas paralelas. (HODDER, 1988, p. 132, tradução nossa)

A compreensão das mudanças teóricas e metodológicas na etnoarqueologia é importante para o domínio dos conceitos aplicados ao longo do tempo. A formação e desenvolvimento da etnoarqueologia está ligada a formação das escolas teóricas arqueológicas e antropológicas, não há como remontar seu processo de formação sem o conhecimento da produção teórica aplicada em cada uma das escolas. Portanto, as transformações ocorridas ao longo do século XX, desde o período inicial, passando pelo processualismo e pelo pós-processualismo contribuíram para a etnoarqueologia aplicada nos dias atuais. Sendo assim, pode-se concluir que a formação e a afirmação da etnoarqueologia como um campo de estudo arqueológico passa pelas transformações ocorridas na arqueologia ao longo do século passado.

4 AS RELAÇÕES ENTRE PRÁTICAS DE PESCA E ÁREAS DE ATIVIDADE ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA ETNOARQUEOLÓGICA.

4.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANTROPOLOGIA DA PESCA

A partir da década de 1960, os trabalhos etnográficos com pescadores passaram a ser uma pauta fixa na antropologia brasileira (DIEGUES, 2004). O crescente número de trabalhos com pescadores de regiões costeiras ainda é uma temática difundida entre os antropólogos, no entanto, as áreas de pesquisa encontram-se restritas ao litoral do Sudeste, Nordeste e Região Amazônica. Pouco se conhece sobre o modo de vida dos pescadores do Rio Grande do Sul, entretanto, deve-se destacar os trabalhos concluídos recentemente, como por exemplo, as etnografias de Gianpaolo Adomilli (2002, 2007), realizadas com pescadores da Lagoa do Peixe e São José do Norte respectivamente. A pesquisa acadêmica no Rio Grande do Sul parece mais voltada a questões econômicas, destacando, de modo geral, o sistema produtivo dos pescadores e suas conseqüências no seu modo de vida. Pode-se destacar os trabalhos de Garcez e Sánchez-Botero (2005), Pasquotto (2005) e Cotrim (2007, 2008).

As práticas de pesca consistem na aplicação de um conhecimento tradicional em atividades pesqueiras, sendo estas dos mais variados tipos, como por exemplo, limpeza do peixe, localização de pesqueiros, despesca, descarte das vísceras, localização de cardumes, manufatura de redes, etc. Algumas dessas práticas ficam materializadas no espaço e outras não, como por exemplo, os pesqueiros, que não são concretos, mas são locais onde se desenvolve uma das práticas de pesca.

A partir disso, se faz necessária a compreensão do conceito de conhecimento tradicional. Sendo um dos pesquisadores de maior relevância para a antropologia da pesca, Diegues (2004, p. 196) afirma que:

[...] conhecimento tradicional na pesca é entendido como um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida. No caso das comunidades costeiras, ele é constituído por um conjunto de conceitos e imagens produzidos e usados pelos pescadores artesanais em sua relação com o meio ambiente aquático (marinho, lacustre e fluvial) e com a própria sociedade.

De modo geral, o conceito desenvolvido por Diegues (2004) não separa conhecimento tradicional de práticas de pesca. Ambos encontram-se inter-relacionados, pois sem um deles a pesca não se concretiza (DIEGUES, 2004). A partir disso, o autor destaca uma série de questões importantes sobre a transmissão desse conhecimento tradicional, segundo ele, a transmissão desse conhecimento é sempre feita de maneira informal, onde os “aprendizes” observam o “mestre”¹⁵. Ainda segundo o autor, são raras as vezes que são dadas instruções verbais.

Outro aspecto importante levantado por Diegues (2004) é a tradição e os pescadores artesanais. Segundo o autor, a tradição e o conhecimento tradicional, estão vinculados a uma pesca artesanal, diferente do que possa se imaginar, nem todos os pescadores são iguais. Sobre a pesca artesanal o autor afirma que:

A principal característica dessa forma de organização é a produção do valor de troca em maior ou menor intensidade; isto é, o produto final, o pescado, é realizado tendo-se em vista a sua venda. [...] O trabalho tem em geral características familiares (nuclear ou extensa), a tecnologia empregada se caracteriza pelo baixo poder de predação e o nicho ecológico é restrito. O processo produtivo gira em torno de instrumentos de produção (redes, espinhéis, canoas, etc.) apropriados familiar ou individualmente. (DIEGUES, 2004, p. 133)

Sendo assim, a tradição e o conhecimento tradicional encontram-se ligados a pesca artesanal, ou pesca de pequena produção mercantil, como cita o autor. Portanto, a pesca industrial não utiliza o conhecimento tradicional como base para sua atividade, por exemplo, o papel do mestre dentro da pesca industrial passa a ser modificado, pois a introdução de equipamentos como ecossondas, sonares e GPS, realizam o papel de localização de cardumes e pesqueiros.

Ainda dentro das práticas de pesca, e conseqüentemente do conhecimento tradicional, existem dois aspectos importantes para a compreensão do modo de vida dos pescadores: a marcação e o território, ambos trabalhados por Maldonado (1986, 1994):

A marcação é uma prática social e produtiva que engloba duas ordens de fenômeno. Enquanto técnica, enquanto náutica, é da ordem da territorialidade, sendo o elemento mais importante para a produção e para o bom resultado das jornadas de pesca. O outro nível, o simbólico, é a medida em que a marcação está imbricada na construção social da mestranga, tendo

¹⁵ O termo vem de mestranga, que segundo Diegues (2000, p.76) é um conjunto de qualidades, conhecimentos e práticas que marcam a figura do pescador que tem autoridade no bote.

portanto a ver com processos hierárquicos e morais. A ambos os níveis, enquanto ação prática e enquanto ação simbólica, marcando roteiros e lugares de abundancia de peixe por pontos nem sempre visíveis [...] a marcação é, como já sabemos, universal à prática pesqueira [...]. (MALDONADO, 1994, p. 103)

A marcação, como visto acima, caracteriza-se por dois níveis distintos, a ação prática e a ação simbólica. Os dois níveis são mais perceptíveis na figura do mestre (MALDONADO, 1994), pois estes são capazes de criar novos caminhos diante dos obstáculos que a natureza oferece. Portanto, a mestrança não se caracteriza apenas pelo comando do bote¹⁶, mas também pela aplicação de conhecimentos adquiridos ao longo da vida do mestre. A autora reconhece na figura do mestre um condutor do bote, sendo assim, todas as decisões devem passar pelo mestre.

Considerado um elemento recorrente e fundamental para o modo de vida dos pescadores, a marcação coloca-se como um aspecto primordial para a existência da territorialidade. Sendo assim, cada grupo constrói seu território de um modo diferente, pois as características do meio ambiente explorado, juntamente com os ensinamentos passados de geração para geração, são fatores que influenciam a marcação. Maldonado (1994, p. 105) destaca que:

No mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São *lugares* conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados a sua tradição. Na mesma medida em que é um recurso ou um espaço de subsistência, o território encompassa também a noção de *lugar*, mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar. Sob este aspecto, podemos dizer que território é conhecimento [...].

Mesmo se tratando de um conceito que é aplicado a sociedades pesqueiras marinhas, utilizar-se-á aqui da mesma forma, tendo em vista que os pescadores da Barra do João Pedro utilizam apenas o ambiente lagunar para suas pescarias. A partir disso, pode-se concluir que a utilização do espaço de subsistência não se limita apenas a abundância de pescado, mas também a familiaridade que cada grupo possui com determinados ambientes dentro deste amplo espaço. Portanto, o saber da navegação e a arte de pescar são construções sociais que se desenvolvem dentro de um espaço prático (MALDONADO, 2000).

¹⁶ Termo utilizado por alguns antropólogos para designar uma embarcação de pesca juntamente com sua tripulação.

Outra característica importante, apontada pela autora, é a indivisão do espaço marinho. A impossibilidade de uma divisão rígida dos espaços de pesca permite uma utilização dos mais diversos recursos pesqueiros ao longo do espaço. Um ponto que contribui para essa indivisão é a mobilidade desses recursos pesqueiros, de modo que se torna complicado estabelecer limites de pesca, tendo em vista o deslocamento dos cardumes de peixes e até mesmo a sazonalidade de algumas espécies. Como afirma a autora:

A condição de patrimônio comum do mar, implica na sua indivisibilidade sistemática e a ausência de apropriação formal e contínua do meio. Em termos produtivos, isso está subsumido às condições em que ocorrem os ciclos biológicos das espécies marinhas e a imensidão do meio. [...] Os recursos que o pescador explora são móveis, sendo complicado delinear, manter e defender fronteiras e territórios, não havendo equivalência com os sistemas de terra. No entanto, com finalidades produtivas, os pescadores dividem o espaço marítimo em “mares”, “zonas de pesca”, “pesqueiros”, “pedras”, lugares de abundância cujas rotas e localizações são objetos de segredo. (MALDONADO, 2000, p. 61-62)

Portanto, a marcação de territórios muitas vezes é dificultada por esses fatores. Entretanto, a delimitação de áreas de pesca, ou pesqueiros, pode se dar por fatores externos ao ambiente marinho, como por exemplo, o alinhamento da embarcação com uma montanha ou ilha. E por fatores internos ao ambiente marinho, como por exemplo, as pedras no fundo d'água, bóias, etc.

Ainda sobre a marcação, Diegues (2000, p.71) destaca que:

A marcação sintetiza um conjunto de conhecimentos de navegação, de localização de um ponto no mar, sem ajuda de bússola e outros instrumentos náuticos e de saberes sobre os diversos tipos de fundos marinhos (lodo, areia, cascalho) e das espécies que ali vivem. Existe pois, uma diversidade de pedras e de peixes que aí vivem e portanto, o bom mestre deve conhecer mais de um desses pontos para mostrar competência. Nesse sentido, o mestre competente produz um *mapa mental* com os diversos pontos de pesca e tanto mais competente um mestre quanto mais diversificado, detalhado e preciso for seu mapa.

Sendo assim, a marcação caracteriza-se como uma qualidade inerente ao mestre. A identificação de pontos de pesca, assim como as demais atividades do pescador, compõe o espectro de saberes necessários à mestrança. Tanto Maldonado (1994, 2000) quanto Diegues (2000) destacam que a marcação é uma das qualidades mais importantes para manter o status do mestre como tal, pois uma pescaria bem sucedida depende de uma boa escolha do mestre.

A partir da pesquisa de Begossi (2004) sobre as áreas de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal¹⁷ pode-se ter uma melhor compreensão sobre essas definições que perpassam quase toda a antropologia da pesca no Brasil. Sendo assim, a aplicação desses conceitos é fundamental para compreender o modo de vida dos pescadores artesanais. Segundo a autora:

Os pescadores artesanais, tanto de águas doce como marinhos, não procuram suas presas ao acaso, mas as buscam em locais específicos do rio ou do mar. Em termos ecológicos, tal comportamento não surpreende, visto que na natureza os organismos também não estão distribuídos uniformemente, mas sim em manchas. Essas manchas são constituídas de recursos agregados que ocorrem em uma determinada área. Transferindo esse raciocínio para a pesca, podemos supor que o pescado é em geral encontrado agregado, em manchas, nos rios e nos mares. Ou seja, o que os pescadores denominam como pesqueiro são na realidade manchas de pescado, ou locais onde determinadas espécies são encontradas. (BEGOSSI, 2004, p. 223)

A partir disso, nota-se que o “pesqueiro” faz parte de um conhecimento tradicional que é inerente aos pescadores, tanto de água doce quanto de água salgada, pois se trata de uma prática primordial para o desenvolvimento da pesca. Esses pesqueiros podem se constituir de diversas formas, como por exemplo, lajes de pedra, onde se encontram peixes como a anchova, águas mais paradas e com vegetação, onde se encontram as traíras, etc. Considerando a particularidade de cada pesqueiro, diferentes técnicas são utilizadas para a captura de determinadas espécies, portanto, a técnica coincide com o tipo de pesqueiro (fundo rochoso, de lama, areia, etc.) e com a espécie a ser capturada (BEGOSSI, 2004).

Contudo, é necessário destacar que a “área de pesca”, assim como “pontos de pesca” possui uma conotação diferenciada dos pesqueiros, pois segundo a autora:

[...] podem ser consideradas áreas de pesca o espaço aquático usado na pesca por diversos indivíduos ou por uma comunidade. Pontos de pesca são os locais específicos, ou microáreas onde é realizada a pescaria. Os pesqueiros são como os pontos de pesca, a diferença é que possuem alguma forma de apropriação, regra de uso ou conflito [...]. (BEGOSSI, 2004, p. 225-226)

É importante observar que apesar das definições da autora, é necessário considerar como os próprios pescadores da Barra do João Pedro definem os seus locais de pesca, pois a aplicação de um conceito de forma equivocada pode desvirtuar os resultados da pesquisa,

¹⁷ A autora dedicou um capítulo para o estudo desses pontos, sendo este intitulado: Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal.

tendo em vista que os trabalhos da autora foram realizados no litoral do sudeste, um contexto diferente do litoral norte do Rio Grande do Sul.

Outro conceito debatido dentro da antropologia da pesca é a sazonalidade. Mourão (2003[1971]) dedicou-se, na década de 1960-70, a compreensão do modo de vida dos pescadores do litoral sul de São Paulo, porém, destinou algumas páginas de seu trabalho para entender os impactos da sazonalidade na pesca dessa região. Destacando a região da Cananéia como um dos principais locais onde pesca e agricultura são atividades que se intercalam ao longo do ano:

O calendário em Cananéia é, aparentemente, um pouco mais carregado em virtude das pescarias do tempo quente. Terminada a fase do plantio, iniciam-se as pescarias que se prolongam até a época das colheitas, vindo após estas a tainha. [...] embora esta (a agricultura), no período das colheitas, ocupasse mais as mulheres. (MOURÃO, 2003[1971], p. 126)

No entanto, é necessário destacar que os pescadores estudados pelo autor encontravam-se em um modo de vida diferenciado dos pescadores artesanais que se conhece atualmente. Tratam-se dos caiçaras, que de modo geral, são populações que tem sua subsistência ligada à pesca, e em menor escala, a coleta de moluscos, e o plantio de pequenas lavouras. Portanto, não são iguais aos pescadores artesanais recentes, que utilizam o peixe como um produto a ser comercializado. Assim, os impactos da sazonalidade nesses grupos caiçaras demonstram um deslocamento da atividade pesqueira para a agricultura ou coleta de palmáceas (MOURÃO, 2003[1971]). No entanto, o autor afirma que:

A pesca tende a especializar a população ribeirinha no sistema lagunar de Cananéia e, à medida que se desenvolve a comercialização e a tecnologia, o caiçara torna-se cada vez mais um pescador, distanciando-se da agricultura de subsistência. Com a decadência da agricultura, registra-se o abandono de velhas práticas [...]. (MOURÃO, 2003[1971], p. 127)

Outra questão que contribuiu para a modificação desse modo de vida caiçara para um modo de vida ligada a pesca tradicional foi à introdução de novas tecnologias, como visto acima, pois a utilização do motor para deslocamento das canoas possibilitou aos pescadores percorrer maiores distâncias em menor tempo, viabilizando a pesca no ano inteiro. A tecnologia ajudou, de certa forma, a inibir alguns reflexos da sazonalidade, pois o pescador aumentava sua área de pesca e diversificava sua pesca, não dependendo apenas de algumas

espécies, como por exemplo, a tainha, a anchova, ou até mesmo a pesca do camarão, que a partir da década de 1960 começou a ser mais difundida na região (MOURÃO, 2003[1971]).

4.1.2 Aspectos práticos da etnografia da pesca

Dentro dos trabalhos de Adomilli (2002, 2007) destaca-se um ponto importante para a construção do trabalho etnográfico, a inserção do etnógrafo em campo. Apesar de se tratar de uma pesquisa exaustiva e que exige uma dedicação muito grande do etnógrafo, é necessário que ao iniciar o trabalho exista uma atenção com essa relação recíproca que irá se estabelecer pelo período da pesquisa. O motivo pelo qual é necessário ficar atento a inserção no grupo é destacado pelo autor:

[...] No entanto, embora aparentemente tivessem aceito, de imediato, a inserção no grupo local como pesquisador, ao mesmo tempo houve, no início, uma grande desconfiança em relação ao trabalho que pretendia desenvolver. Tendo em vista o papel de pesquisador, era inevitável que fosse identificado com outros pesquisadores de órgãos estaduais e federais que freqüentavam o Parque. (ADOMILLI, 2002, p. 23)

Essa desconfiança dos pescadores com relação aos pesquisadores não é verificada apenas no primeiro encontro, é necessário estabelecer com os pescadores uma relação de sinceridade sobre os objetivos da pesquisa, pois certamente ao longo de alguns encontros estarão mais abertos aos questionamentos e a observação intensa dos pesquisadores em campo. O que agravou a situação de desconfiança, na pesquisa de Adomilli (2002), foi a situação em que se encontravam os pescadores, pois estes estavam em um conflito com os órgãos ambientais e com a direção do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, os motivos envolviam a seca da lagoa em épocas de estiagem e a pesca predatória de algumas espécies.

Em sua tese de doutorado (ADOMILLI, 2007) o mesmo problema da inserção no grupo de pescadores se repete, no entanto, trata-se de uma comunidade de pescadores dentro de São José do Norte, e que de certo modo demonstrou-se menos desconfiada em relação à pesquisa:

No início, percebia que, ao mesmo tempo em que se ocupavam com seus afazeres, os pescadores observavam, com um olhar de esguelha, minha presença curiosa e às vezes inconveniente. Contudo, essa mistura de curiosidade e desconfiança dissipou-se logo, devido a forma muito particular de aproximação por parte deles, em perguntas como “vai sair no jornal?” Geralmente era alguma voz alta que ecoava de algum barco ancorado [...] As brincadeiras e a curiosidade que se sucedia acerca do pesquisador e da

pesquisa animavam os diálogos e se mostravam como um modo particular de sondagem. (ADOMILLI, 2007, p. 36-37)

Outra questão importante, que o autor destaca neste mesmo capítulo é a dificuldade de compreender algumas expressões aplicadas pelos pescadores, o que ele chamou de “linguagem da pesca”. O interessante de observar nisso é a particularidade e, de certo modo, o regionalismo de certas expressões, pois mesmo o pesquisador possuindo uma experiência com grupos de pescadores ele enfrentou dificuldades para compreender alguns diálogos:

Já nesse primeiro encontro, a situação de alteridade fazia-se presente, apesar da relativa familiaridade com o tema, na referência a um universo em que expressões novas chamavam minha atenção, configurando uma “linguagem da pesca”, no sentido em que mencionavam lugares e situações de pescarias, assim como nome de apetrechos, aparelhos e artes próprias da atividade, indícios que levavam a pensar questões acerca da territorialidade produtiva destes grupos e suas práticas de trabalho. (ADOMILLI, 2007, p. 36)

Sendo assim, estudar esses grupos significa adentrar em uma realidade completamente distinta de outras, pois cada comunidade possui suas práticas de pesca, seu conhecimento tradicional e sua linguagem. Portanto, estudos minuciosos sobre o modo de vida desses pescadores são necessários para a compreensão dessas particularidades e das semelhanças entre eles. A partir disso, se baseia este trabalho, na possibilidade de compreender uma esfera da vida dos pescadores da Barra do João Pedro, as práticas de pesca e seus reflexos na formação das áreas de atividade.

4.2 A FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS ÁREAS DE ATIVIDADES

Como visto no capítulo anterior, as áreas de atividades são locais onde um evento humano ocorreu (KENT, 1984). Sendo assim, determinada prática de pesca realizada em um local dá origem a uma área de atividade. Contudo, pouco se conhece da formação dessas áreas de atividades nas populações pesqueiras, tendo em vista que os trabalhos etnográficos descrevem apenas a atividade, desconsiderando muitas vezes os objetos e as áreas onde essas atividades se desenvolvem. A partir disso, a utilização de metodologias arqueológicas, como por exemplo, a espacialização de objetos, juntamente com uma etnografia detalhada das atividades possibilita uma compreensão da formação às áreas de atividades assim como do registro arqueológico, tendo em vista que algumas áreas estudadas possuem uma ocupação antiga.

A partir da divisão espacial proposta por Clarke (1977), realizou-se o estudo por etapas, considerando cada nível de espaço. O nível micro são as estruturas internas dos sítios, portanto são as áreas de atividades, como por exemplo, área de limpeza do peixe, área de descarte, área de armazenagem, etc.. O nível semi-micro, que são os sítios arqueológicos, caracterizando-se pela existência de várias estruturas internas, por exemplo, o galpão de pesca, o barraco e os pesqueiros, que possuem as áreas de atividades dentro de seu contexto. E por fim, o nível macro que é composto por um espaço mais amplo, sendo ele formado pelas áreas de exploração de recursos juntamente com os sítios arqueológicos, portanto, aqui se considera o nível macro como a área de atuação dos pescadores ao longo do litoral norte, englobando os dois níveis anteriores.

Sendo assim, o estudo será organizado da seguinte forma: o galpão de pesca, o barraco e os pesqueiros, de modo que esses espaços semi-micro sejam apresentados destacando as suas estruturas internas, bem como as explicações dadas pelos pescadores sobre esses locais.

4.2.1 O galpão de pesca

Localizado ao lado da casa do pescador Inácio (ver anexo B), o galpão de pesca é um local de grande importância para estes pescadores, pois ali se desenvolvem diversas práticas de pesca, como por exemplo, a limpeza do peixe, a armazenagem das tralhas de pesca, a venda do peixe, etc. cada uma dessas práticas caracterizadas por seus objetos distribuídos ao longo do espaço. Outra informação relevante, fornecida pelo pescador Inácio, é a longa ocupação desse local, são mais de vinte anos de utilização deste espaço, caracterizando sua importância para esses pescadores. Entretanto, deve-se destacar que com construções diferentes ao longo do tempo. Atualmente o galpão (ver figura 9.) encontra-se castigado pelas cheias que iniciam em abril/maio e terminam em meados de setembro. Sendo ele feito de madeira e com piso de concreto, na medida em que as águas avançam e se formam algumas ondas, vindas dos barcos que passam próximo, o choque destas vai quebrando o piso e afrouxando as madeiras, bem como a contribuição dos ventos, que são constantes no litoral do Rio Grande do Sul, tornam arriscada a permanência neste local.



Figura 9. Visão parcial do galpão de pesca, à esquerda o canal de navegação aberto pelos pescadores. Foto Gustavo Wagner.

Uma característica que merece destaque é o uso coletivo deste local. Diversas vezes observou-se que os familiares do pescador Inácio, como por exemplo, seus irmãos, frequentavam o local e utilizavam alguns utensílios (ver anexo C), como facas, pedras de afiar, luvas, etc. Entretanto, a utilização coletiva, mesmo se tratando de familiares, sempre se faz mediante consulta do pescador Inácio, com exceção de seu irmão André Fraga, que inclusive é seu vizinho.

Como visto anteriormente, são diversas atividades, ou práticas de pesca, que se desenvolvem no galpão de pesca. Pode-se afirmar, mediante a observação profunda realizada em campo, que a principal prática de pesca desenvolvida no galpão é a limpeza do peixe. Após a chegar da pescaria, a primeira coisa a ser feita é a despesca (ver anexo D) das redes ou espinhéis, e a partir disso, inicia-se a limpeza do peixe, pois segundo o pescador Inácio, quanto mais rápido o peixe for limpo e congelado, mais fresca fica sua carne. Portanto, a limpeza exige certa experiência do pescador, e isso pode ser observado na sistemática aplicada para limpeza de todo o pescado. No total são sete etapas, aplicando-se uma etapa em todos os peixes, e após passa-se para a segunda em todo o pescado, e assim consecutivamente.

1. A primeira etapa é a retirada das escamas, que se caracteriza pela sua rapidez de execução. O pescador coloca a faca em um ângulo de 45° sobre a lateral do peixe, fazendo um movimento forte no sentido cauda-cabeça.

2. A segunda etapa se caracteriza pelo corte das nadadeiras e dos esporões com uma faca, pois segundo o pescador Inácio, facilita a execução das etapas seguinte, evitando acidentes e ferimentos. O instrumento utilizado pode ser uma faca ou um alicate de cortar dependendo da espécie de peixe.
3. Esta etapa é marcada pela retirada das tripas. Através de um corte no sentido cauda-cabeça o pescador retira pela parte inferior do peixe as tripas, sendo elas colocadas em uma caixa de plástico, juntamente com o restante das etapas anteriores, para o descarte.
4. Nesta etapa o peixe, já limpo, é colocado de molho dentro de uma caixa de plástico com água, pois segundo o pescador Inácio, isso ajuda a retirar o gosto de barro do peixe, assim como retira o sangue que ficou das tripas.
5. Esta etapa escova-se o couro do peixe, o objetivo disso é retirar a coloração escura da superfície externa do peixe, tornando ela mais branca, de modo que todo o peixe fique com uma coloração uniforme. Para isso, utiliza-se um esfregão de aço. É importante destacar que para alguns peixes, como por exemplo, a tainha, o cará, o bagre e o jundiá, a limpeza encerra-se nesta etapa, pois não se retira o filé destas espécies.
6. “Filetiar” ou filetar o peixe é a penúltima etapa e que exige uma habilidade especial do pescador. O objetivo dessa etapa é deixar apenas a carne do peixe, sem nenhum osso. O procedimento se caracteriza por um corte horizontal no sentido cabeça-cauda, separando a carne do restante dos ossos (ver figura 10.).
7. A última etapa é “lanhar” o filé. Esta se caracteriza por cortes longitudinais na carne, de modo que não sejam profundos, para não retirar a consistência da carne. O objetivo desta etapa é cortar os espinhos restantes. Segundo o pescador Inácio, essa etapa também auxilia na cocção do peixe.



Figura 10. Pescador Inácio retirando o filé de uma traíra na área de limpeza de peixe. Foto do autor.

Um dos poucos peixes que não passa por esse processo de limpeza é a violinha, muito apreciada pelos veranistas por seu filé saboroso, ela necessita de um processo diferenciado, que aproveite melhor sua carne, pois geralmente a espécie não ultrapassa os 25 cm. Para tanto, a sistemática se torna mais simples, é feito um corte na barriga do peixe e com uma colher de chá retira-se a carne existente dentro do peixe, restando apenas a carcaça (ver figura 11.).



Figura 11. À esquerda as carcaças da violinha. À direita o filé, que é comercializado para os veranistas, assim como para peixarias e donos de restaurantes. Fotos do Autor.

Nas observações realizadas durante a limpeza do peixe, destaca-se uma referência a um dos artefatos mais utilizados pelos pescadores:

Uma questão importante observada foi que durante toda a limpeza do peixe os homens não largam a faca, com exceção da quinta etapa. Esse instrumento faz parte do conjunto de artefatos mais utilizados pelos pescadores. São facas mais estreitas que as de churrasco, alcançando no máximo 4 cm na extremidade mais larga. (DIÁRIO DE CAMPO, 19/10/2011)

Esse instrumento, juntamente com o esfregão de aço, a caixa de plástico e o alicate de corte, podem indicar a existência de uma área de limpeza de peixe (ver figura 12.). No entanto, esses artefatos encontram-se presentes em outras práticas de pesca, como por exemplo, na armazenagem de artefatos, no caso das caixas e no corte de cordas para as facas. É importante destacar que a definição de uma área de atividade, neste caso, será mediante a presença de artefatos que caracterizam as práticas de pesca ali realizadas, juntamente com a observação dessas práticas, portanto, uma área de atividade é composta por artefatos característicos, às vezes multifuncionais, e práticas de pesca.

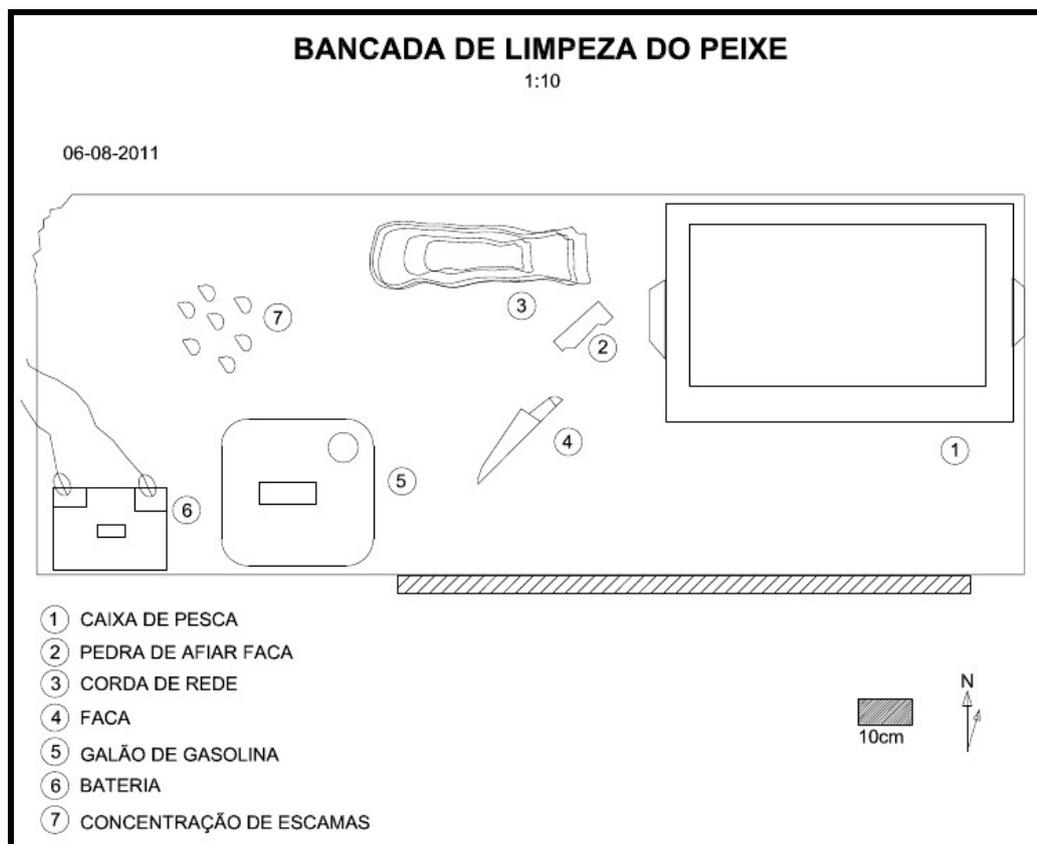


Figura 12. Uma área de atividade característica do galpão, a área de limpeza.

Pode-se notar, através do croqui, que existem artefatos, como por exemplo, a bateria e o galão de gasolina que não estão relacionados com a limpeza do peixe, o que dificultaria uma

afirmação precisa sobre essa área de atividade apenas pelos seus artefatos. Outra questão que pode ser levantada é a ausência de alguns artefatos, como por exemplo, o esfregão de aço, que caracteriza uma das etapas de limpeza. Sendo assim, verificou-se a impossibilidade de uma afirmação precisa sobre as áreas de atividades apenas pelos artefatos, pois além da multifuncionalidade de alguns, existem ausências e alguns artefatos que não estão relacionados com a limpeza do peixe. A higienização do local também contribui para a dificuldade em estabelecer a área de atividade apenas pelos seus artefatos, pois após terminar a limpeza, o pescador lava todo o local e reorganiza seus artefatos, realocando eles em diferentes lugares. Portanto, a observação da prática, juntamente com alguns artefatos característicos possibilitou a identificação dessa área de atividade.

O descarte das vísceras, assim como dos esporões e das escamas, é realizado em outra área. A retirada desses restos de dentro do galpão auxilia na manutenção da higiene do local e evita a proliferação de insetos. Para isso, o descarte é feito no meio do rio (ver figura 13.), no entanto existe outra explicação dada pelos pescadores: “Quando a gente larga as tripas no rio estamos alimentando os lambaris. Depois eles vão ser a nossa isca no espinhel.” (DIÁRIO DE CAMPO, 21/02/11). Existe uma consciência de que o descarte dos restos orgânicos no rio reabilita a vida e possibilita pescarias futuras. Isso reflete um conhecimento profundo de suas práticas de pesca, pois o peixe pescado é mais do que uma moeda de troca (DIEGUES, 2004), é a possibilidade de sobrevivência desses pescadores no presente e no futuro.



Figura 13. Pescador Inácio fazendo o descarte das vísceras dos peixes. Foto do Autor.

Portanto, a área de descarte das vísceras não se caracteriza por evidências materiais, pois após o descarte os peixes se alimentam desses restos orgânicos. Essa é uma área que só pode ser registrada através da observação da prática, sendo difícil a delimitação precisa dessa área de atividade.

A área de limpeza do peixe, como visto anteriormente, possui uma dinâmica diferenciada, pois após a execução da prática de pesca ela é higienizada e fica sem registros materiais da atividade. Portanto, essa área se define por uma alteração da distribuição dos artefatos sempre depois que a prática se desenvolve. Sendo assim, pode-se afirmar que a própria prática de pesca altera a área de atividade, dando a ela características diferenciadas de uma área de limpeza de peixe.

A segunda área de atividade que se destaca dentro do galpão é a área de armazenagem (ver figura 14.). Nelas encontram-se os artefatos utilizados em diversas práticas de pesca, como por exemplo, garrafas, utilizadas muitas vezes como bóias de sinalização para as redes, embalagens de óleo 2 tempos para motor de popa, alicates, facas, luvas, etc.. Essa área caracteriza-se como um local de armazenagem devido à concentração de artefatos de diferentes utilidades, e evidentemente, através da observação das práticas. Dentro do período de observação em campo, em nenhuma das vezes este local foi utilizado para outro fim senão a armazenagem.



Figura 14. Detalhe da área de armazenagem de artefatos, chamada de bancada de utensílios. Foto do autor.

Esta área de atividade possui uma dinâmica intensa, na medida em que se desenhava o croqui, os pescadores entravam e retiravam artefatos, colocavam outros no lugar, os deslocavam dentro da mesma área. Quando se faz necessária a utilização de um artefato para a execução de alguma prática de pesca, o pescador remove o artefato dessa área, deslocando até o local onde ele realiza determinada atividade. O exemplo que mais se observou em campo foi o deslocamento de facas e alicates para a área de limpeza do peixe, que fica ao lado da área de armazenagem. Entretanto, quando o pescador finaliza a atividade esse material retorna para a área de armazenagem, mas muitas vezes fora do local em que estava antes. Portanto, a compreensão de uma área de atividade passa pela outra, as relações de trocas de artefatos (ver figura 15.) que se estabelecem entre a área de limpeza do peixe e a área de armazenagem são caracterizadas por práticas de pesca que se desenvolvem dentro do galpão, de modo geral, todas essas relações e afirmações feitas sobre essas duas áreas possuem características particulares ligadas ao conhecimento tradicional desses pescadores.

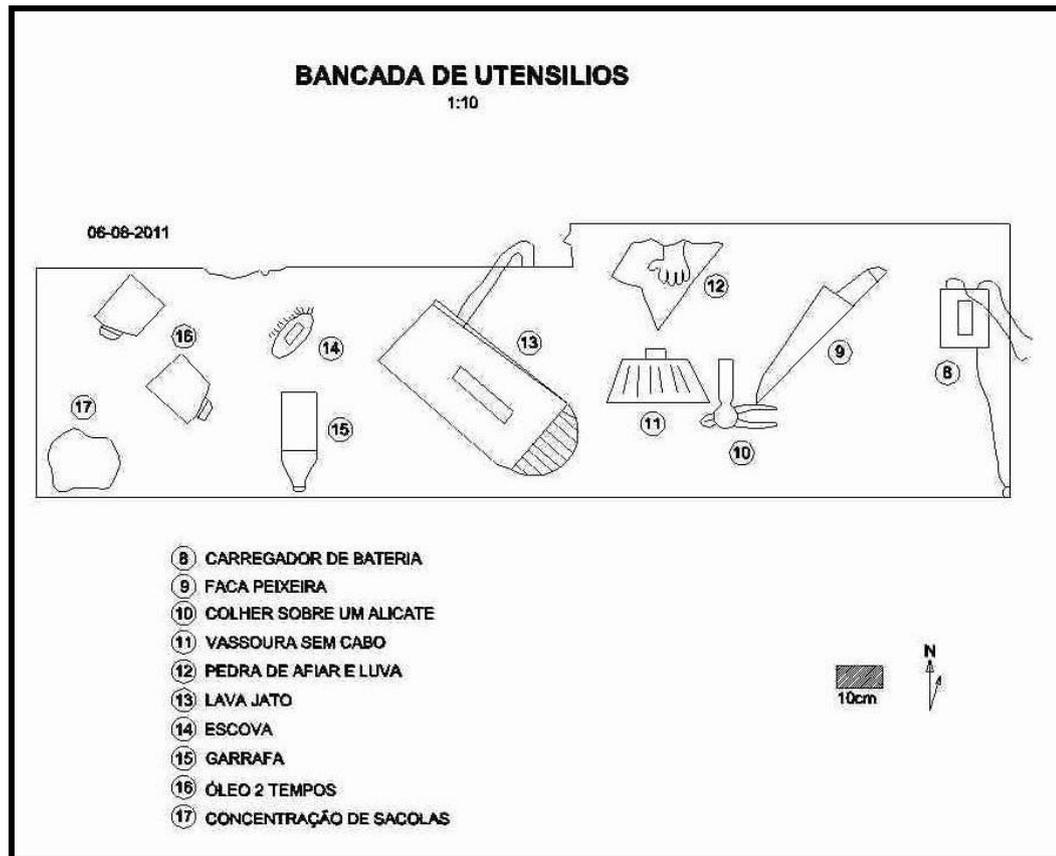


Figura 15. Croqui da área de armazenagem, também chamado de bancada de utensílios.

Através do croqui, pode-se observar também, que existem artefatos estranhos a um primeiro olhar, pois não revelam muito sobre a sua utilidade em uma prática de pesca, como por exemplo, o lava jato, o carregador de bateria, as sacolas e a vassoura. No entanto, cada um deles desempenha uma função dentro das práticas de pesca desses pescadores. No caso do lava jato, ele é utilizado para a limpeza do local, após a o término da limpeza do peixe; o carregador de bateria é utilizado para a bateria de arranque da canoa do pescador Inácio, bem como para as baterias que servem para a iluminação do barraco; já as sacolas, servem para carregar outros artefatos, como por exemplo, o óleo do motor de popa ou até mesmo malhas de redes; e por fim, a vassoura, que juntamente com a escova, são utilizadas para a higienização da área de limpeza do peixe antes e após o término do processo.

Com isso, pode-se afirmar que a prática de armazenagem não possui um padrão de organização dos utensílios. Através da observação da prática verifica-se que essa “ausência” de organização é reflexo da organização das áreas de atividade próximas, como por exemplo, a área de limpeza de peixe. Sendo assim, a área de armazenagem faz a manutenção das práticas que se desenvolvem no galpão, possibilitando a higienização da área de limpeza do peixe, assim como a organização da área de pesagem.

A terceira e última área de atividade que se destaca dentro do galpão é a área de pesagem e empacotamento dos peixes. Nessa área o peixe passa por sua última fase de processamento antes do congelamento ou venda. Após a realização da limpeza do peixe, inicia-se o empacotamento e pesagem, geralmente, são pacotes com um quilo de filé, de traíra ou violinha, ou pacotes com dois quilos de peixe inteiro, dentre eles destacam-se o bagre, a tainha, o cará e o jundiá.

Os artefatos encontrados nesta área (ver figura 16.) incluem além da balança digital, os sacos plásticos, que servem para empacotar os peixes; algumas escamas, que se encontram concentradas em um local, indicando uma limpeza da bancada; uma vassoura, que possivelmente serviu para limpar a área; e o saco de pregos, que neste caso encontra-se descontextualizado dentro das práticas de pesca desenvolvidas na área. Durante o período de observação buscou-se informações sobre o saco de pregos, no entanto, nem mesmo o pescador Inácio soube explicar o porquê desses pregos nesta área. Sendo assim, um artefato que destoa do restante do conjunto artefactual, presente em uma área de atividade, pode indicar uma ação que não está vinculada a prática realizada nesta área, ou talvez, a uma ação de um indivíduo que não foi identificado, de modo geral, se não há a informação etnográfica não há como solucionar este caso.

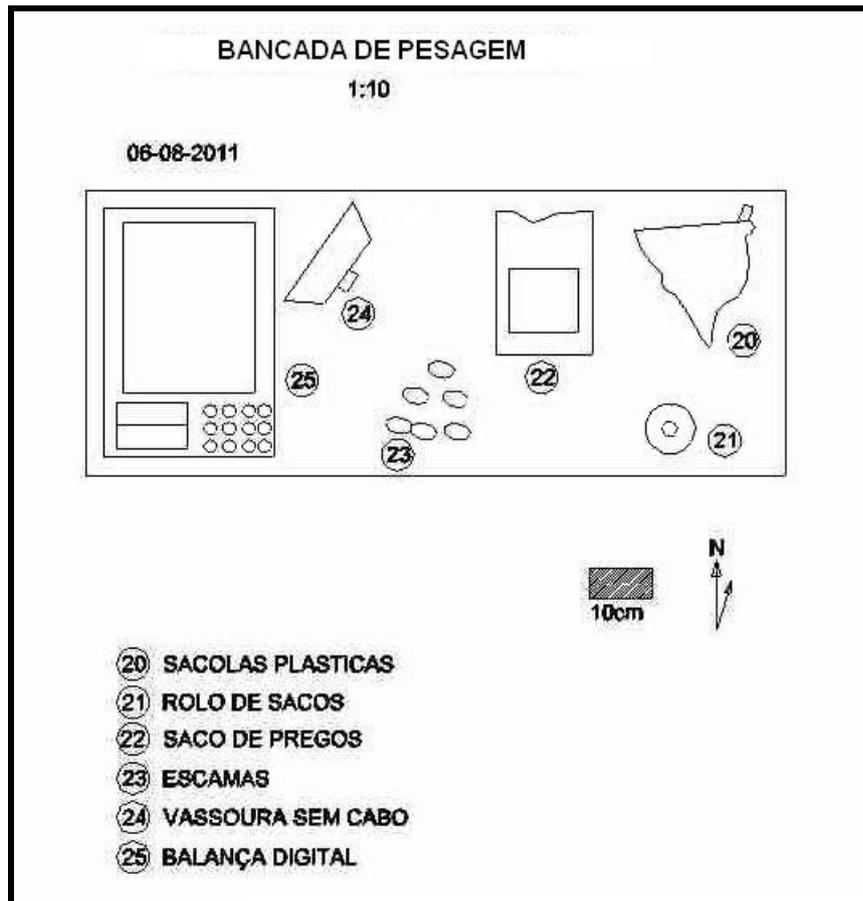


Figura 16. Croqui da área de pesagem e empacotamento.

No entanto, essa área também se caracteriza por outra prática, a comercialização do pescado. Durante algumas vezes em campo, observou-se a venda do peixe fresco para alguns clientes, e nesta área de pesagem a negociação se firmava, pois após a pesagem, a balança fornecia o valor total do peixe, assim o cliente pagava o pescador neste mesmo local. Sendo uma prática difundida entre os pescadores brasileiros (DIEGUES, 2004), a comercialização do pescado é responsável pela manutenção das despesas domésticas, entretanto, os pescadores também consomem o pescado, em pelo menos uma das quatro refeições diárias o peixe esteve presente.

De modo geral, essa área de atividade mostrou-se menos dinâmica que as outras. Os artefatos presentes nela tenderam a permanecer estáticos, não houve modificação significativa desse conjunto artefactual, pois a retirada de sacos para embalagem é feita com o rolo de sacos fixo sobre a mesa, assim como a pesagem, que não exige o deslocamento da balança. A única modificação mais visível foi quando o pescador Inácio resolveu limpar a área após a pesagem, passando a vassoura para juntar as escamas.



Figura 17. Fotografia da área de pesagem e empacotamento retirada após a realização da prática. Foto do autor.

Através da fotografia, pode-se notar que houve pouca modificação após o uso da área, não foram acrescentados artefatos, no entanto, percebe-se que o saco de pregos já não está mais ali. Sendo assim, pode-se afirmar que essa área de atividade possui um conjunto artefactual mais rígido, imóvel ao longo deste espaço, indicando uma forma de organização específica para a execução da prática de pesagem e empacotamento.

Portanto, o galpão de pesca caracteriza-se pelo processamento do pescado, assim como pelo armazenamento de artefatos necessários as práticas de pesca desses pescadores. A sistemática de limpeza do peixe desencadeia uma série de práticas que se desenvolvem em determinados espaços, desse modo, existe uma organização do espaço para tornar essa atividade mais simples e rápida, não misturando etapas de limpeza. Sendo assim, as três áreas de atividades, a de limpeza, a de armazenamento e a de pesagem, encontram-se inter-relacionadas por um objetivo final, que é o processamento final do pescado para a sua venda ou consumo.

4.2.2 O barraco

O barraco localiza-se afastado da comunidade de pescadores, caracterizando-se como um local de pesca e pernoite sazonal, utilizado no inverno, época em que o peixe diminui consideravelmente na região. A estrutura montada pelos pescadores é recente, segundo o pescador Inácio, até o ano de 2006 acampava-se com barracas no local (ver anexo E), após o ano referido começaram a construção dessa estrutura fixa. Uma característica interessante é que este local é utilizado de forma coletiva pelos pescadores de toda a comunidade, muitos destes pescadores freqüentam esse local durante o inverno pescando durante dois dias e retornando a sua casa no terceiro, para evitar que o pescado estrague. O acesso a esse local só pode ser feito de barco, pois o barraco localiza-se (ver figura 18.) sobre uma pequena ilha no início do rio Tramandaí.



Figura 18. À esquerda a rota de 11 km de barco da comunidade até o barraco. À direita uma imagem do barraco. Fonte: Google Earth, 04/01/2010

Outro aspecto muito importante do barraco é a sua longa ocupação, pois segundo o pescador Inácio, o seu pai já utilizava este local como um ponto de pesca e pernoite no inverno há no mínimo 50 anos, portanto trata-se de uma localidade de grande importância para os pescadores. Durante algumas conversas, o pescador Inácio revelou que na época em que seu pai pescava nesse local, ele utilizava uma estrutura de taquara com uma cobertura vegetal, provavelmente folha de bananeira, para pernoitar no local. Na geração do pescador Inácio, passou-se a utilizar uma estrutura circular, feita de taquara, com uma cobertura de lona, segundo ele, a estrutura lembrava uma oca indígena. Após isso, começaram a utilizar as barracas iglu, que além de proteger dos insetos, eram fáceis de montar e desmontar. No ano de 2006, montaram a estrutura fixa no mesmo local onde antes realizavam os acampamentos, e que permanece até hoje (DIÁRIO DE CAMPO, 03/08/2011). A explicação para essa longa

ocupação deste local está relacionada a uma série de fatores, dentre eles se destacam: a abundância de peixes que há nas proximidades, a localização privilegiada da área, pois durante as cheias é um dos poucos locais que fica fora d'água, e o longo período de ocupação do local, que de certa forma já faz parte dos conhecimentos tradicionais e das práticas de pesca desses pescadores.

Dentro dessas histórias, contadas pelos pescadores, sobre suas idas e vindas do barraco, pode-se destacar ainda as embarcações utilizadas antes de introdução dos motores de centro e de popa, as “canoas de um pau só” (ver anexo F), que segundo o pescador Inácio, eram muito comuns a 30-40 anos atrás (DIÁRIO DE CAMPO, 03/08/2011). Também existiam as embarcações a vela, muito comuns na região das lagoas do litoral norte. Segundo um pescador¹⁸, essas embarcações eram utilizadas para cobrir distâncias maiores, como por exemplo, Tramandaí, que possuía um mercado flutuante até a década de 1960 (SOARES; PURPER, 1985). Os pescadores utilizavam o barco a vela, onde carregavam seus produtos, não só peixe, mas também banana, mandioca, milho, etc. Esse sistema de comércio, favorecido pela ligação das lagoas através de canais, como visto no primeiro capítulo, viabilizou o desenvolvimento das cidades, e conseqüentemente, os pescadores tiveram de permanecer mais tempo pescando para suprir a chegada dos novos moradores, assim como dos veranistas. Portanto, pode-se afirmar que a utilização do barraco é uma prática de pesca de longa trajetória histórica.

Outro aspecto observado em campo foi a sazonalidade da utilização do barraco. Como visto anteriormente, ele só é utilizado no inverno, quando há uma diminuição do pescado nas áreas mais próximas a comunidade. Entretanto, este local também não é utilizado de forma intensa durante o inverno, pois durante o período de observação, foi registrada apenas uma viagem até o local. Segundo os pescadores, a viagem até o barraco depende de dois fatores, são eles: as condições climáticas e a fartura de peixes nas proximidades da comunidade. Diversas vezes observou-se, durante a segunda campanha, a fúria dos ventos sobre as lagoas, principalmente a dos Quadros, formando ondas e até mesmo pequenas trombas d'água, em conversa com o pescador André, ele revelou que algumas ondas podem chegar até um metro de altura nos locais onde o vento circula (DIÁRIO DE CAMPO, 07/08/2011). O segundo fator é a fartura de peixes nas proximidades da comunidade, que segundo os pescadores, evita a cansativa viagem até o barraco. Um fator que contribui para a fartura de peixe em áreas mais próximas é o vento sul, conhecido por eles como minuano, ele represa as águas

¹⁸ O nome deste pescador foi ocultado por pedido dele.

formando mais banhados, sendo estes os locais onde os pescadores pescam durante o inverno (ver anexo G). Entretanto, é importante destacar que a atuação desse vento é vantajosa apenas nesta estação, pois durante o verão, segundo o pescador Inácio, o vento nordeste é o que traz melhores resultados para a pesca.

O trabalho de desenho das áreas de atividades do barraco (ver figura 19.) foi conduzido em fevereiro, devido à impossibilidade dos pescadores levarem uma equipe até o local durante a época das cheias. Nessa campanha o objetivo foi, como no galpão, identificar as áreas de atividades e buscar as práticas de pesca que as formaram. Para buscar essas práticas de pesca, complementando as informações sobre os registros das áreas de atividades, contou-se com o auxílio do pescador Inácio e de seu filho, o pescador Yuri, pois ambos haviam freqüentado o local na temporada passada, assim como nesta. Esta campanha foi conduzida juntamente com uma escavação arqueológica, que a equipe do Laboratório de Arqueologia da PUCRS realizava em um sítio nas redondezas do João Pedro. Contando com o auxílio de alguns colegas¹⁹, pode-se desenhar uma área mais ampla, não apenas o interior do barraco, mas todo seu entorno, registrando algumas áreas de atividades que não se encontram no seu interior.



Figura 19. As atividades realizadas em campo. Foto do Autor.

Foram encontradas diversas áreas de atividade, todas indicam um local de ocupação sazonal, assim como um local de pouso. Pode-se destacar, das áreas no interior do barraco, a área de armazenagem de alimentos e utensílios de alimentação, uma área de fogueira, para o aquecimento do local e a área de descanso, caracterizada pelo colchão que ali estava. As áreas externas são caracterizadas por certa “desorganização” dos artefatos, pois eles encontram-se distribuídos de forma aleatória no espaço, com exceção, das áreas de cocção e consumo de

¹⁹ Dr. Gustavo Wagner, Marcus Wittmann, Filipi Pompeu, Andrei Scapin e Guilherme Fonseca.

alimentos, que possuem artefatos como chaleiras, grelhas, ossos de costela bovina, etc., e também a área de plantação, que é delimitada por suas bananeiras.

As áreas de atividade do interior do barraco, como visto anteriormente, são as de armazenagem de utensílios de cozinha, de fogueira ou aquecimento e de descanso. A primeira caracteriza-se pelos artefatos para a alimentação (ver figura 20.), tais como colheres, pratos, sacos de alimentos, potes de plástico, etc.. Devido o período de abandono, imaginou-se que não restariam alimentos dentro desta área, no entanto, foram encontradas frutas, assim como pó de café, que segundo o pescador Inácio, foi deixado da temporada passada. Dentro dessa mesma área, encontraram-se alguns artefatos necessários para a manutenção da permanência no barraco, tais como velas, sabão em barra, para a limpeza dos pratos e dos talheres, isqueiro, para acender o fogo e as velas, etc.. O que essa área indica ser é uma espécie de dispensa, onde os pescadores guardam as coisas necessárias a sua permanência no local, segundo o pescador Inácio, eles fizeram esse local distante do chão, pois queriam evitar formigas e ratos, que são freqüentes na região, devido à mata que circunda o barraco.

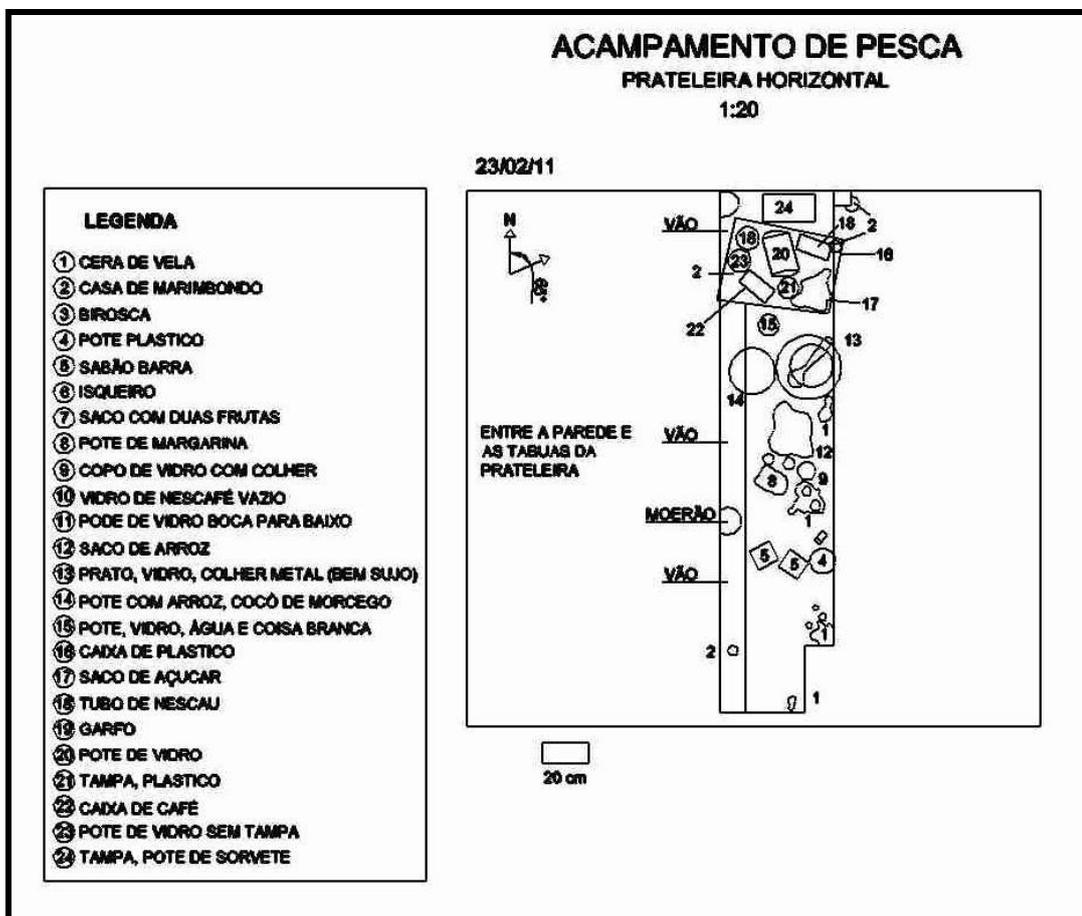


Figura 20. Croqui da área de armazenagem do barraco, ou acampamento de pesca, como foi chamado na época.

Em uma conversa posterior com o pescador Yuri (DIÁRIO DE CAMPO, 02/08/2011), ele revelou que:

Tudo o que vocês viram que tinha lá no verão nós jogamos fora. Queimamos os colchões, jogamos fora as panelas, nos desfizemos de tudo. A sujeira tinha tomado conta das coisas que ficaram lá. Agora estamos levando e trazendo de volta tudo o que precisamos, pois além dos ratos, outros pescadores sujam tudo. Tivemos que voltar porque a água tomou conta de tudo, não tinha como a gente ficar lá. Ficamos dois dias e tivemos pouco resultado. O pior de tudo foi voltar contra o vento, ele está vindo do norte, as ondas ficam muito fortes na lagoa das Malvas, tivemos que voltar pelo meio do banhado.

Segundo o pescador Inácio, esse ciclo de limpeza do local se repete em todos os invernos, os primeiros a se deslocar para o barraco limpam e jogam as coisas fora, levando novos suprimentos para a permanência no local. Portanto, todos os artefatos observados no verão, senão todos, a grande maioria, foi descartado para a reutilização do local.



Figura 21. À esquerda um saco de cebolas. À direita uma concentração de objetos de cozinha. Foto do Autor.

Outra justificativa, apontada pelos pescadores para o descarte dos artefatos da temporada passada, é a utilização do barraco por outras pessoas, como por exemplo, os pescadores amadores, que aproveitam a sombra do local para fazer churrasco no verão. Mesmo se tratando de um local isolado, observou-se a passagem de lanchas, que segundo o pescador Inácio, são de veranistas, que muitas vezes são pescadores amadores. Sendo assim, o barraco também é utilizado, como um local de descanso, por outros pescadores com práticas de pesca completamente diferentes dos pescadores artesanais da Barra do João Pedro.

Sendo assim, verifica-se, novamente, que essa área de armazenagem possui a função de organizar os artefatos importantes para as práticas desenvolvidas no local, tais como a alimentação e repouso. Os utensílios de cozinha são fundamentais para a permanência dos pescadores no barraco, portanto, encontram-se em grande quantidade nessa área.

A segunda área do interior do barraco é a área da fogueira (ver figura 22.), que se localiza no corredor de acesso aos colchões. Ao chegar no local é possível compreender o motivo pelo qual os pescadores fazem uma fogueira dentro do barraco, ele não possui porta, e sua janela não possui vidro. Durante o inverno, é necessário esquentar de alguma forma o local, tendo em vista que o vento que circula ali é muito forte. Segundo o pescador Inácio, essa fogueira não serve apenas para esquentar, mas também para manter longe os mosquitos, morcegos e cobras, que são muito comuns nesse local.



Figura 22. À esquerda a localização da fogueira interna (em amarelo). À direita a fogueira no detalhe. Foto do Autor.

O registro dessa fogueira possui um papel importante na compreensão das áreas de atividades desses pescadores, pois reforça a idéia de que o fogo também é utilizado para esquentar e afugentar outros animais, e não apenas para preparar os alimentos. Outra questão observada é a presença de poucos artefatos relacionados com a alimentação (ver figura 23.). Os pescadores não revelaram se utilizaram essa fogueira para processar algum tipo de alimento, no entanto, os vestígios materiais não indicam essa atividade. Os artefatos próximos a fogueira parecem indicar um descarte, como se fossem jogados ao fogo para queimar, no entanto deve-se considerar a ação do vento sobre alguns objetos, como por exemplo, o envelope de medicamento ou o saco plástico.

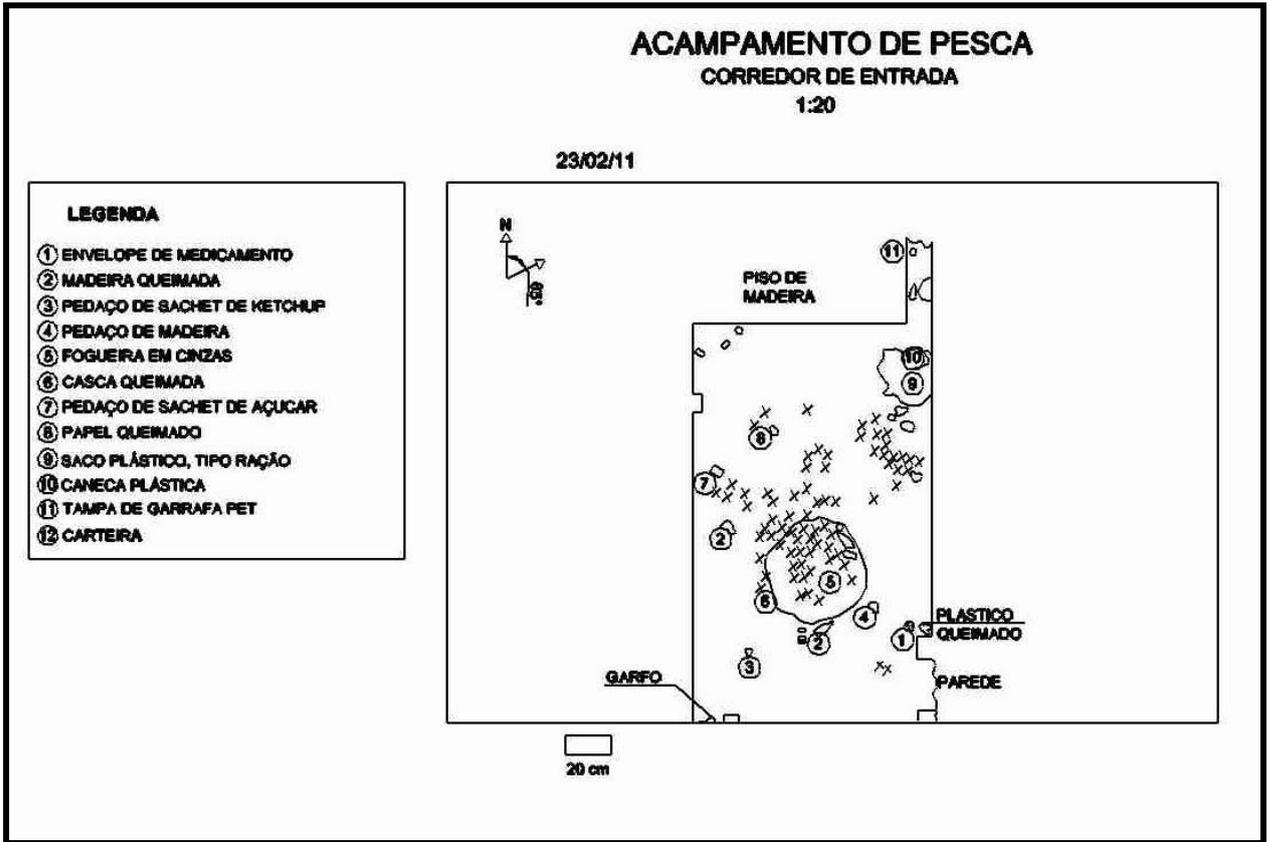


Figura 23. Croqui do barraco.

É interessante observar que existem duas concentrações de carvão, uma no centro, mais próxima das camas, que ficavam à esquerda do croqui, e outra concentração mais ao lado da parede. Segundo o pescador Inácio, essa concentração provavelmente era para esquentar alguém que estivesse próximo ao piso de madeira. Essa hipótese seria possível, pois as paredes do barraco são feitas de telhas de zinco, portanto, não existiria a possibilidade de pegar fogo.

A terceira e última área de atividade é a área de descanso, que como visto anteriormente, caracteriza-se pela presença de colchões e roupas de cama. Não foi encontrado nenhum outro artefato neste local. Segundo o pescador Yuri, essa área é utilizada apenas para dormir, por isso preocuparam-se em construir um piso de madeira, para os colchões não ficassem em contato direto com o piso de chão batido.

Passando para as áreas de atividade externas ao barraco, a primeira que se destaca é a área de cocção e consumo de alimentos²⁰ (ver figuras 24. e 25.), caracterizada por uma fogueira, seus artefatos característicos, como por exemplo, uma grelha, ossos de gado, espetos

²⁰ Apenas por limitações técnicas, os croquis encontram-se separados, lembrando que o primeiro liga-se por sua direita com o segundo croqui.

de churrasco, etc., e por uma estrutura para amenizar os efeitos do vento e da chuva, sendo esta composta por duas telhas de zinco, uma na parte superior e outra bloqueando o vento nordeste. Outra característica dessa área é a presença de duas mesas e duas cadeiras, indicando um local de consumo do alimento, pois se tratam de áreas próximas e complementares. Essa hipótese foi confirmada pelo pescador Inácio, pois segundo ele, as refeições sempre eram feitas preferencialmente fora do barraco, evitando a proliferação de insetos ou até mesmo ratos dentro do local. A exceção para isso eram os dias de frio intenso ou chuva, quando os pescadores preparavam e comiam suas refeições dentro do barraco, privilegiando pratos como o arroz com lingüiça e o peixe frito, pois eram possíveis de preparar no fogareiro a gás, evitando o uso das fogueiras (DIÁRIO DE CAMPO, 02/08/2011). Portanto, a área de cocção de alimentos também é composta por uma área de consumo destes, não parece existir uma divisão muito clara entre as duas áreas, pois uma das mesas encontra-se muito próxima da fogueira. Sendo assim, trata-se de duas áreas complementares, onde as relações que se estabelecem entre elas são possíveis de se observar através da cultura material presente nelas.

Entretanto, existe uma série de artefatos que não estão dentro desse contexto de cocção e consumo do alimento, como por exemplo, a cama de campanha, a carteira de cigarros, a fita plástica, etc. que se parecem mais com um descarte. Os pescadores não souberam afirmar o motivo destes artefatos se encontrarem ali, no entanto apontaram o vento como um fator para o deslocamento destes.

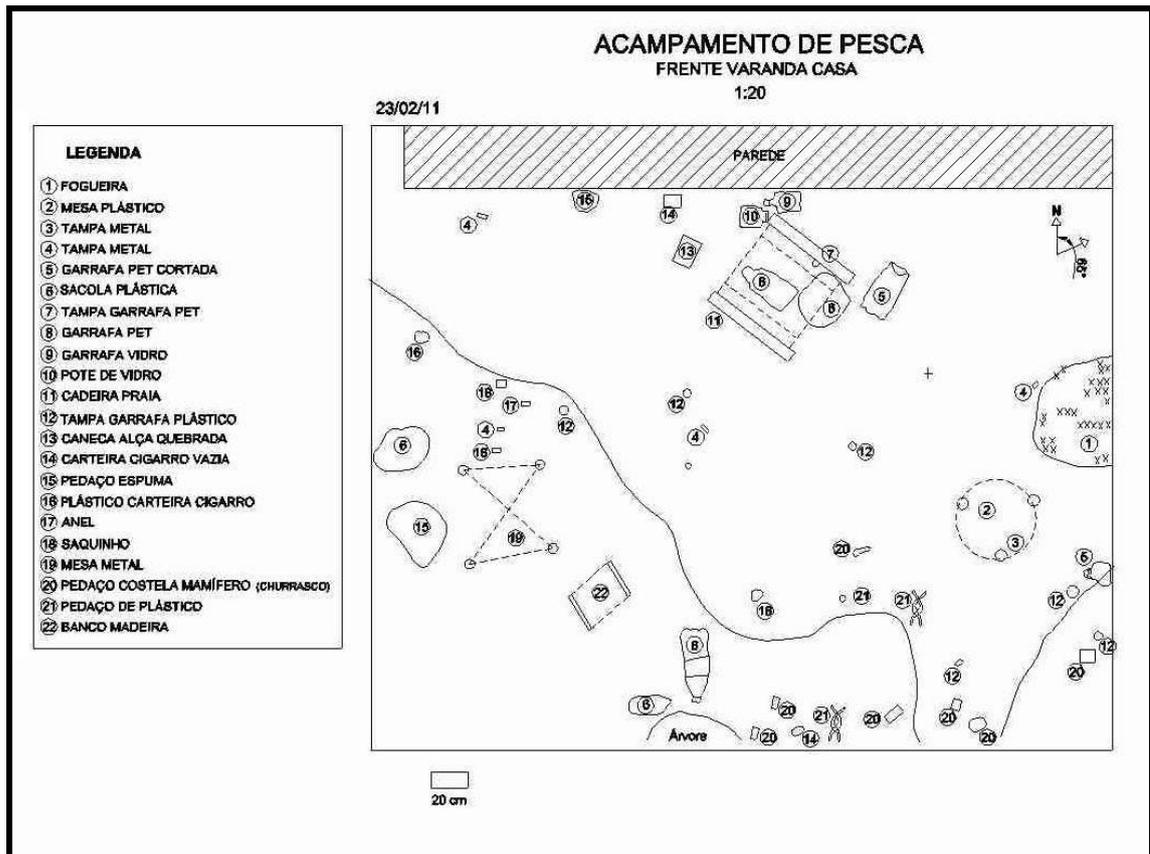


Figura 24. Croqui da área de cocção e consumo de alimentos

A área de cocção e consumo de alimentos destaca-se também por sua delimitação espacial. Sendo possível observar seus limites através da distribuição espacial dos materiais presentes no local. Seguindo a distribuição dos materiais presentes no croqui acima, é possível notar que as maiores concentrações destes encontram-se localizados ao redor da fogueira, um tanto afastados, em uma forma semi-elíptica. Já no croqui abaixo, é possível observar que os artefatos encontram-se mais concentrados em volta da fogueira, limitados pelo barranco, que fica a direita do croqui e o mato que começa a crescer mais próximo a lateral da casa. Questionados sobre essa concentração de artefatos, os pescadores não souberam explicar motivo pelo qual ela se encontrava próxima a fogueira. No entanto, existem alguns artefatos que revelam, possivelmente, o motivo de sua proximidade, como por exemplo, a grelha, o espeto e a churrasqueira, que estão relacionados a uma das atividades desenvolvidas nessa área, a cocção de alimentos, da mesma forma, os pedaços de madeira, que poderiam ser utilizados como combustível para a fogueira.

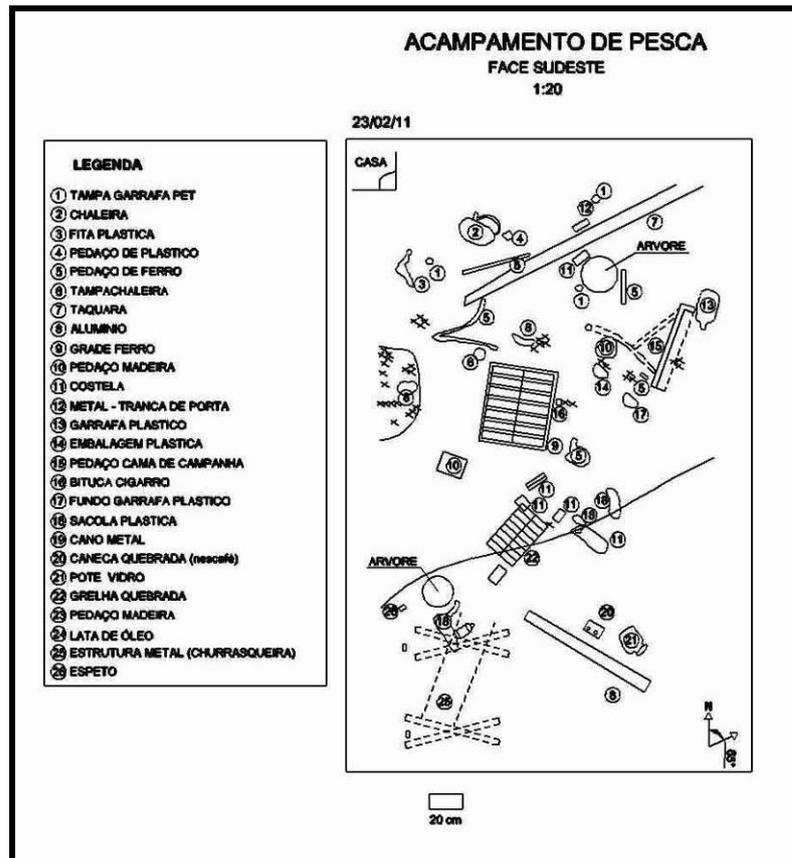


Figura 25. Croqui complementar da área de cocção e consumo de alimentos.

Outro fator importante é o descarte dos materiais encontrados nessa área de atividade. Como visto anteriormente, o pescador Yuri revelou que haviam descartado todos os artefatos que estavam no barraco. E o registro material comprova isso (ver figura 26.), quando o este desembarcou da canoa, vindo de dois dias no barraco, ele descarregou uma caixa com todos os suprimentos que havia levado para o local, confirmando o que foi dito anteriormente. A caixa continha os seguintes suprimentos: Saco de frutas, chaleira, pratos, frigideira, panela de pressão, azeite, um bule de café, talheres, sal e ovos (DIÁRIO DE CAMPO, 02/08/2011). Lembrando que os suprimentos que desembarcaram era apenas uma parte dos que foram para o barraco, pois houve consumo nestes dois dias de permanência no local.



Figura 26. À esquerda uma chaleira descartada (em amarelo) no barraco. À direita A caixa de suprimentos com uma chaleira em seu topo. Foto do Autor.

Através deste exemplo, é possível comprovar que o descarte realmente ocorreu, pois não existiria a necessidade de levar a chaleira, os pratos, os talheres e o bule de café. Todos esses artefatos encontravam-se na área de armazenagem, no interior do barraco, e no caso da chaleira, também na área externa. Com isso, pode-se afirmar que existe um ciclo de renovação dos artefatos que são utilizados no barraco, de modo que existe uma preocupação com a limpeza do local. Os artefatos que permanecem durante a temporada de verão no barraco são descartados e repostos por outros, que dependendo da intensidade de ocupação do local, podem permanecer na área de armazenagem do interior do barraco durante o período de estadia no local, portanto, deve-se acrescentar uma questão logística para a permanência de muitos artefatos. O pescador Yuri revelou que às vezes a sobrecarga dos barcos com pescado impossibilita o transporte de todos os artefatos de volta para suas casas, ficando lá até a outra temporada de inverno. No entanto, ele admite que muitas vezes os artefatos ficam no barraco por esquecimento (DIÁRIO DE CAMPO, 02/08/2011).

Com isso, pode-se afirmar que essa área possui uma dinâmica compatível com a sua utilização sazonal. Durante o período de abandono os utensílios também ficam sem utilização, sendo descartados na época das cheias, onde o barraco é reocupado. Portanto, as práticas de pesca que levam ao abandono do barraco na época de vazante influenciam diretamente na utilização das áreas de atividade nesse local e na disposição dos artefatos dentro delas.

A segunda e última área de atividade externa do barraco é a plantação, ela encontra-se nos fundos local, no entanto, é importante destacar que existem outras árvores frutíferas nas adjacências, mas não concentradas da mesma forma que essa plantação (ver figura 27.). Ela se caracteriza por uma concentração de bananeiras plantadas pelos pescadores, foram contabilizados 12 pés em uma área de aproximadamente 20 m². Segundo o pescador Inácio, a plantação de árvores frutíferas, como as bananeiras, o limoeiro e a pitangueira servem para

complementar a dieta dos pescadores durante o período de permanência no barraco. Destacou também, que existem algumas plantas com fins medicinais no local, como por exemplo, o capim cidreira, a folha de guaco, etc., mas estas se encontram distribuídas ao longo da mata (DIÁRIO DE CAMPO, 14/01/2011).

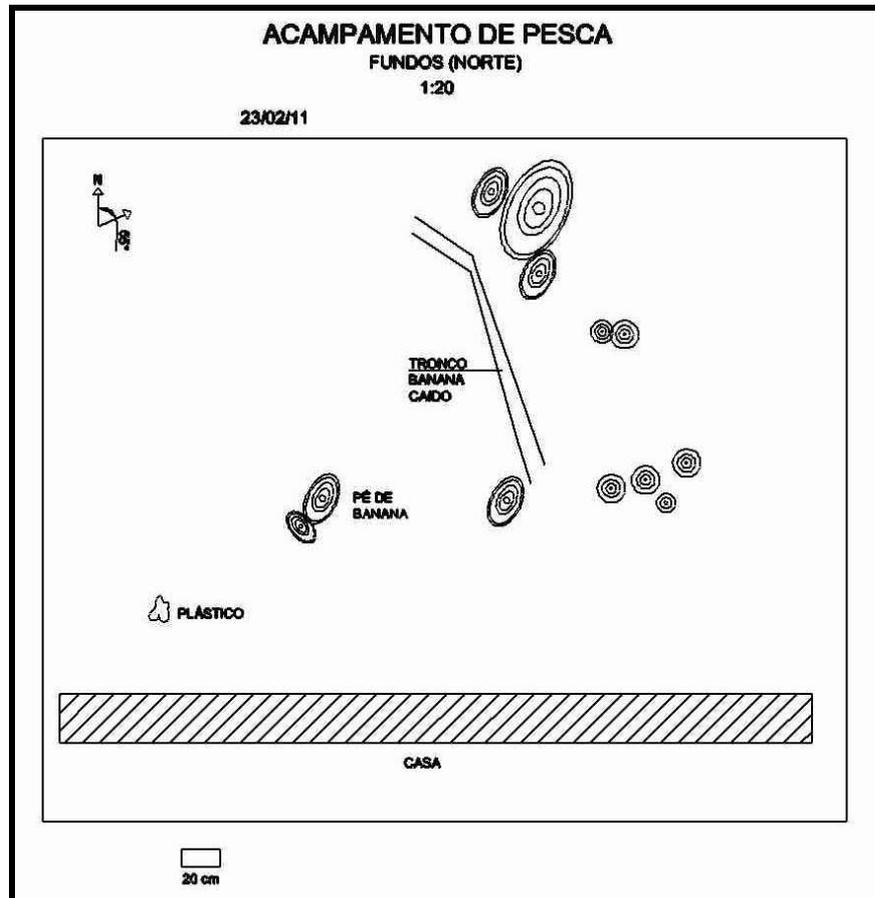


Figura 27. Croqui da área de plantação de bananeiras.

É interessante observar que os pescadores buscam uma melhoria das condições de permanência. Ao longo desses últimos 50 anos, como revelou o pescador Inácio, esse local foi se transformando conforme as práticas de pesca mudavam, sendo por introdução de novas tecnologias, como os motores de centro ou popa, que possibilitaram o transporte do material para a construção desse local, ou também pelas modificações no modo de vida destes pescadores, passando de uma pesca mais ligada a subsistência para a pesca tradicional comercial.

4.2.3 Os pesqueiros

Como visto anteriormente, o pesqueiro é uma área de atividade característica de grupos de pescadores. Essa prática de pesca desenvolve-se a partir do conhecimento profundo do espaço explorado, bem como dos hábitos de cada espécie. Toda essa habilidade em observar o espaço a sua volta, definindo pesqueiros, prevendo “virações”²¹ (ver anexo H), e dias bons de pesca, faz parte do conhecimento tradicional dos pescadores. Suas práticas de pesca dependem dessas habilidades que se desenvolvem ao longo do tempo, observando os mais velhos e ouvindo seus conselhos. Certo dia, perguntado sobre essa questão dos conhecimentos que a pesca exige e da transmissão deles, o pescador Inácio, juntamente com o pescador André, revelou que a observação dos mais velhos é o principal meio de aprendizado dos mais jovens. Ainda segundo eles, grande parte do aprendizado é feito no mais absoluto silêncio (DIÁRIO DE CAMPO, 21/11/2011). Isso é possível de se observar ainda hoje, pois os mais jovens, como é o caso do pescador Yuri, freqüentam os mesmos pesqueiros que o pescador Inácio e o pescador André.

O primeiro aspecto a ser destacado é o que são os pesqueiros para os pescadores. Diferente do conceito aplicado por Begossi (2004), que define os pesqueiros como locais de pesca que possuem algum tipo de apropriação ou conflito, os pescadores da Barra do João Pedro não se apropriam de nenhum pesqueiro²². Para eles, o pesqueiro é um local propício para a pesca, onde existe a possibilidade de realizar pescarias com bons resultados. Durante o período de observação, não foi registrado nenhum tipo de conflito entre os pescadores por algum pesqueiro. Uma possibilidade para a inexistência dos conflitos é a vasta área de pesca que eles exploram, que se circunscreve, as lagoas dos Quadros (1), Malvas (2), Palmital (3) e Pinguela (4), e ainda deve-se considerar o canal do João Pedro (em azul) e também as adjacências do barraco até a Passo da lagoa (5) (ver figura 28.).

²¹ Termo utilizado pelos pescadores para definir uma mudança brusca no clima, como tempestades, ciclones, etc.

²² É importante destacar que o trabalho foi realizado junto a uma família de pescadores, que mesmo sendo extensa, entorno de doze indivíduos, não representa a totalidade dos pescadores do João Pedro. Portanto, o conflito não foi observado dentro das práticas de pesca dessa família.

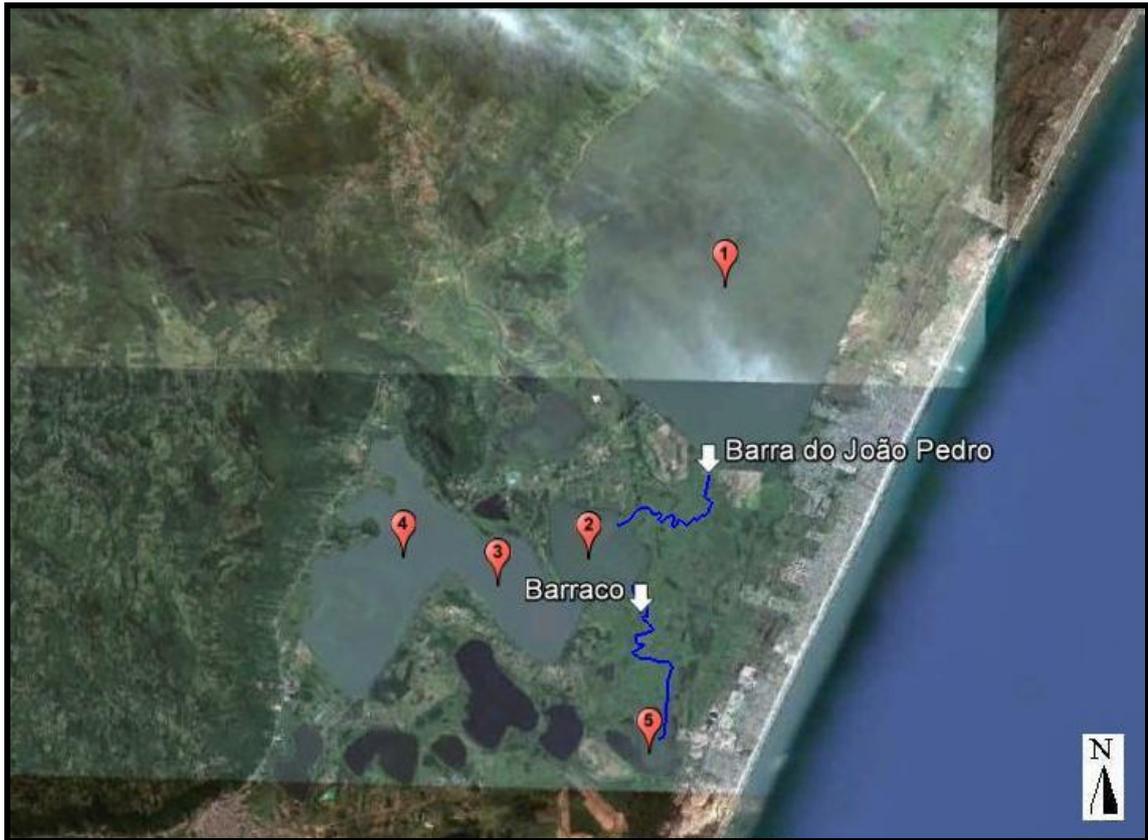


Figura 28. Imagem de satélite da área de pesca. Fonte: Google Earth.

Considerando essa ampla área de pesca, juntamente com a impossibilidade de manter pesqueiros de uso exclusivo, os pescadores da Barra do João Pedro exploram essa área da forma mais variada possível, buscando um melhor aproveitamento dessa vasta região e de seus recursos.

Como visto no capítulo anterior, a área de atividade é um local onde existiu alguma atividade antrópica (BINFORD, 1983; KENT, 1984). De modo geral, uma área de atividade também se caracteriza pela presença de artefatos característicos da atividade ali desenvolvida, deixando os registros materiais de sua utilização no passado. Os pesqueiros, se considerados áreas de atividade, e que de fato são, pois ali se desenvolve a etapa fundamental que é a pesca, podem ser considerados uma exceção para essa regra. Esses locais, mesmo se tratando da principal área de atividade dos pescadores, aparentemente, não possuem nenhum tipo de vestígio material, isso se deve ao fato de que é uma atividade aquática, portanto, possui uma dinâmica diferenciada das outras áreas. Sendo assim, a identificação de uma área de atividade de pesca, ou pesqueiro, é possível apenas através da observação etnográfica. Outro fator que colabora para essa imaterialidade é a ausência de uma marcação rígida do pesqueiro. O que se pode observar dessa prática de pesca é que a marcação do pesqueiro é feita por pontos geográficos em terra, que são avistados de dentro da lagoa, por exemplo, o pesqueiro da

figueirinha, definido pela presença da árvore próxima ao pesqueiro (ver figura 29.). (DIÁRIO DE CAMPO, 22/02/2011).



Figura 29. Pesqueiro da figueirinha. Foto do autor.

Durante as diversas pescarias acompanhando o pescador Inácio, o pescador André ou o pescador Yuri, ficou evidente que os pescadores possuem um domínio completo de sua área de pesca. Até mesmo em pescarias noturnas, com neblina ou chuva eles conseguiam encontrar seus pesqueiros e as bocas de barra, que em determinadas situações climáticas, como as referidas anteriormente, tornam-se muito difíceis de ser encontradas sem o auxílio de um aparelho de GPS ou bússola.

Outro aspecto importante é o impacto da sazonalidade sobre a exploração dos pesqueiros. Pode-se dividir os pesqueiros em dois tipos, os da época de cheia e os da vazante. A primeira inicia-se em meados do mês de abril e finaliza em meados de outubro, já a segunda fica entre o final de outubro até abril, no entanto, deve-se considerar o período da piracema, onde a pesca fica fechada para a reprodução dos peixes, entre 1° de novembro até 1° de fevereiro. Sendo assim, grande parte a pesca realiza-se nos pesqueiros de cheia, que possuem características distintas dos pesqueiros de vazante.

Os pesqueiros de cheia privilegiam a pesca em águas abrigadas, ou seja, nos rios e banhados. Segundo os pescadores, nessa época os peixes preferem águas mais quentes e paradas, para a reprodução e para alimentar-se com o limo que se forma nos banhados (DIÁRIO DE CAMPO, 24/10/2011). Abaixo segue uma descrição de uma pescaria realizada em um banhado próximo a comunidade, chamado de casqueiro:

Saí com o pescador André para largar as redes em um banhado ao lado do casqueiro, largamos 8 ternos²³ de rede variando entre 50 e 200 metros de comprimento. As redes foram colocadas circundando os aguapés e as grammas, a profundidade não passa de 1 metro. Segundo, o pescador André, quando o rio está na época de cheia o peixe vai se alimentar e acasalar, portanto, a pesca é realizada nesses locais. (DIÁRIO DE CAMPO, 24/10/2011)

A escolha dos locais para colocar as redes é feita através da observação e do conhecimento do pescador. Um dos locais foi escolhido pela grande concentração de limo, principal fonte de alimento das tainhas. A pesca com redes fica restrita a essas áreas alagadas, pois as condições climáticas, juntamente com o deslocamento do pescado para áreas mais quentes, inviabilizam a utilização das redes em áreas abertas, como por exemplo, as lagoas, lembrando que a pesca com rede é proibida nos rios.

A pescaria no banhado não se caracteriza apenas pela pesca de espera²⁴, certa vez observou-se um cerco de um cardume de tainhas, no entanto, devido à baixa profundidade os peixes saltavam por cima das redes. Segundo o pescador André, essa pesca não é muito utilizada por eles, entretanto, após a colocação das redes os pescadores batem com seus remos na água, na tentativa de cercar os peixes.

Soltar a rede na água é um processo simples, no entanto, exige uma grande habilidade do pescador, pois ao mesmo tempo ele deve guiar a canoa com o remo (ver figura 30.). Deve-se acrescentar a isso, a dificuldade encontrada em colocar as redes de forma reta, de modo que ela fique esticada em meio à vegetação aquática.

²³ Expressão utilizada pelos pescadores para designar um conjunto de redes.

²⁴ Essa pesca se caracteriza pela a colocação de redes e o pescador retorna no dia seguinte para retirá-las.



Figura 30. Pescador André remando e esticando a rede. Foto do Autor.

Outra técnica de pesca aplicada durante a época das cheias é o espinhel, este é caracterizado por uma corda com uma sequência de anzóis, utilizando em torno de 500. Diferente da pesca de rede, o espinhel exige a utilização de iscas, normalmente caramujos do rio ou lambaris. No entanto, em uma pescaria realizada com o pescador Inácio, ele utilizou tatuíras do mar, que foram retiradas pela manhã na beira da praia. Segundo ele, a tatuíra é uma excelente isca para os bagres, que são abundantes na região. A iscagem é um processo lento, no entanto, o caso do caramujo (ver figura 31.) é mais lento ainda, pois é necessário retirar a carne de dentro da casca e cortá-la em pequenos pedaços, para depois colocar no anzol. O lambari e a tatuíra são iscados pela cabeça, para evitar que as iscas se desprendam no momento em que o pescador larga o espinhel na água.



Figura 31. À esquerda, o preparo do caramujo para iscá-lo. À direita o seu o pescador Inácio executando a atividade. Fotos do autor.

Após a iscagem, o pescador Inácio conduziu sua canoa até a barra da lagoa das Malvas, onde com uma pequena canoa a remo, que se encontrava no local, foi largando o espinhel conforme a correnteza o levava. Segundo o pescador, os pesqueiros no rio se localizam nas áreas com maior profundidade, chamadas de “poço”, alguns desses locais alcançam profundidades de 4 a 5 metros (DIÁRIO DE CAMPO, 17/10/2011).



Figura 32. À esquerda o espinhel em uma caixa, pronto para ser utilizado. À direita o seu Inácio colocando o espinhel no pesqueiro da barra da lagoa das Malvas. Fotos do Autor.

Entretanto, deve-se destacar que durante a época da vazante os pescadores também utilizam o espinhel na barra da lagoa das Malvas²⁵, porém eles também exploram outros pesqueiros com a mesma técnica, pois durante essa época as condições climáticas, principalmente o vento, possibilitam um melhor deslocamento pelas lagoas.

Esse período de cheia, onde os pescadores priorizam a pesca em águas abrigadas, coincide com a ocupação do barraco. Nas proximidades dele existe uma série de pesqueiros explorados por eles. O rio “debaixo”, como é conhecido o início do rio Tramandaí por eles,

²⁵ A barra é o final do canal do João Pedro, que faz a ligação da lagoa dos Quadros com a lagoa das Malvas.

concentra um grande número de pesqueiros de cheia, no entanto, a exploração deles depende da permanência no barraco, pois a distancia é muito grande, inviabilizando uma viagem de ida e volta no mesmo dia. A partir disso, pode-se afirmar que existe uma relação de interdependência entre os dois locais. O barraco viabiliza a exploração dos pesqueiros distantes de suas casas, e ao mesmo tempo, os pesqueiros, com grande abundância de peixe, auxiliam na manutenção do barraco como uma área de acampamento e permanência durante a estação das cheias, principalmente no inverno.

Sendo assim, os pesqueiros de cheia se apresentam como uma solução para enfrentar as condições climáticas do litoral nessa época. Portanto, os pescadores adaptam suas práticas de pesca ao novo espaço que se apresenta nesse período de cheia, explorando as áreas abrigadas, como por exemplo, os banhados e os rios da região.



Figura 33. À esquerda a totalidade da área de pesca. À direita os pesqueiros no detalhe. Fonte: Google Earth.

Os pesqueiros de vazante, como visto anteriormente, são explorados durante o período de redução dos níveis das águas. Nesse período os pescadores priorizam a pesca nas lagoas. O que se pode notar é que na medida em que o verão se aproxima, as práticas de pesca se intensificam. Existem várias explicações para isso, segundo o pescador Inácio, as condições climáticas favorecem muito a pesca, até mesmo o deslocamento para regiões mais distantes e alguns pesqueiros no rio “debaixo” que são utilizados nessa época, sem a necessidade de permanência no barraco. Ainda segundo ele, as redes devem ser revisadas em intervalos menores de tempo, pois a água quente das lagoas favorece o apodrecimento do peixe, por isso, de turno em turno, existe uma grande movimentação de barcos passando pelo rio.

As lagoas oferecem, novamente, o desafio da marcação aos pescadores. São áreas extensas e sem marcadores geográficos internos, são completamente uniformes. Segundo os pescadores, a navegação e a marcação de pesqueiros é feita por marcadores geográficos

externos, como por exemplo, montanhas, prédios, capões de mato, etc. A pesca de espera é a principal forma de exploração desses pesqueiros, pois de todas as pescarias observadas, essa técnica de pesca foi à única empregada.



Figura 34. Os pesqueiros de vazante. Fonte: Google Earth.

A pesca de espera, nos pesqueiros de vazante, possui uma característica diferente da mesma em pesqueiros de cheia. As redes são unidas por emendas feitas por cordas, e esticadas, chegando a mil metros de extensão, elas ficam fixadas por fateixas²⁶ nas suas extremidades, permanecendo por semanas nesses mesmos locais. Os pescadores diariamente dirigem-se até elas para revisá-las, colocando seus barcos ao lado delas e retirando todo o pescado. O problema gerado pelas redes de grande extensão fixadas na lagoa é o conflito com os veranistas devido o aumento da circulação dos jet ski's e das lanchas. Muitas redes encontram-se retalhadas pela ação dessas embarcações.

²⁶ É uma espécie de âncora, apropriadas para a fixação de estruturas em fundos de rios e lagoas.



Figura 35. Pescador Inácio revisando as redes em um pesqueiro da lagoa dos Quadros. Foto do Autor

É possível notar que as redes possuem sinalização, garrafas pet, galões de gasolina e bóias de isopor. Entretanto, é normal o pescador vir no outro dia revisar as redes notar que ela possui pedaços rasgados, evidenciando que a mesma área de atividade pode ser utilizada de outra forma por outros indivíduos. Outro fator que pode contribuir para o conflito²⁷ é, como visto anteriormente, a ausência de marcos geográficos dentro da lagoa que dificultam a delimitação de áreas de pesca e áreas de lazer para os veranistas. Apesar desse conflito, pescadores e veranistas convivem em harmonia. Entre eles se estabelece uma relação comercial importante, pois o consumo dos filés de traíra e violinha garante aos pescadores uma grande parte de sua renda durante a temporada de verão.

A utilização do espinhel em pesqueiros de vazante é mais ampliada que em épocas de cheia. Os pescadores, deslocando-se com maior facilidade por sua área de pesca, buscam colocar espinhel em locais mais distantes, e em pesqueiros variados, buscando uma maior diversidade de espécies de peixes. Esses locais encontram-se geralmente em canais profundos, pois a pescaria com espinhel é conhecida como de fundeio²⁸, buscando peixes de maior porte. O sistema de iscagem e de colocação é o mesmo do período da cheia. Outro aspecto que deve ser observado é a utilização de pesqueiros de espinhel iguais em épocas de vazante e cheia. Como visto anteriormente, o espinhel é utilizado nas duas épocas, e os pesqueiros, em alguns casos são os mesmos, como por exemplo, a barra da lagoa das Malvas e os pesqueiros do rio “debaixo”. Segundo o pescador Inácio, esses pesqueiros são ricos em bagres e jundiás, peixes muito apreciados pelos moradores do litoral, que tem preferência por

²⁷ Begossi (2004) definiu que pesqueiros são locais de pesca onde existe apropriação e conflitos pela utilização do espaço, portanto, caracteriza-se por conflitos endógenos as sociedades pescadoras. Neste caso, observou-se conflitos exógenos ao grupo de pescadores. Existe uma tensão entre os pescadores e veranistas (que utilizam embarcações de lazer) por uma mesmo espaço, no entanto para funções diferentes.

²⁸ Essa pesca se caracteriza pelo contato do anzol e da isca com o fundo do rio ou lagoa.

espécies de maior porte e menor valor de mercado para fazê-los ensopados (DIÁRIO DE CAMPO, 20/10/2011).

Sendo assim, é possível afirmar que a época da vazante abre novas possibilidades de pesca aos pescadores, ampliando o número de pesqueiros explorados e contribuindo para um aumento da quantidade de peixe pescado. Portanto, a alteração das práticas de pesca, dos pesqueiros e dos artefatos utilizados nas pescarias, são consequências de um novo espaço que se oferece aos pescadores, modificado conforme as condições climáticas do litoral se alteram.

4.3 AS RELAÇÕES ENTRE PRÁTICAS DE PESCA E ÁREAS DE ATIVIDADE ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA

Com isso, pode-se observar que a definição dos pesqueiros, juntamente com a área de pesca, é feita através das limitações que as condições climáticas do litoral impõem aos pescadores. Diversas foram às vezes que estes ficaram em casa, impossibilitados de pescar, pois o vento era intenso, criando ondas e dificultando a navegação, assim como a colocação de redes e espinhéis. A alternativa encontrada, através da observação das condições climáticas, juntamente com o conhecimento profundo delas nessa região, como por exemplo, o regime de ventos do litoral, o início e final das épocas de cheia, a previsão de tempestades e virações, etc., é a exploração dos pesqueiros em águas abrigadas. Deve-se acrescentar a isso, a alteração do habitat dos peixes, que também pode ser apontada como consequência das condições climáticas da região. Todo esse conhecimento tradicional é fundamental para o desenvolvimento das práticas de pesca, indicando as melhores alternativas para os pescadores. Portanto, a mudança de uma época de cheia para vazante, indica uma mudança de práticas de pesca, e conseqüentemente, existe uma alteração dos pesqueiros, no entanto, deve-se considerar o caso do espinhel, que utiliza alguns pesqueiros em comum nas diferentes épocas, o que se altera é a intensidade de exploração, que na vazante é maior.

Através da análise espacial dos artefatos dentro das áreas de atividades, juntamente com a observação das práticas de pesca em campo, o que se pode concluir é a existência de áreas de atividade e práticas de pesca que não se alteram ao longo do ano. A utilização do galpão se mantém uniforme mesmo com todas as alterações que ocorrem nas práticas de pesca. A limpeza do peixe, juntamente com a armazenagem são práticas constantes durante o ano, tornando essas áreas de atividade imunes aos impactos da sazonalidade, a conclusão que se pode tirar desses dados é que existe uma relação recíproca entre a área de atividade e a prática de pesca, no entanto, ela nem sempre é visível através dos artefatos. Portanto, para a

compreensão dessas relações que se desenvolvem entre as práticas de pesca e áreas de atividade é necessário obter os dois tipos de informação, pois como afirmou Binford (1983), o registro arqueológico não fornece informações suficientes para a compreensão das áreas de atividades.

A interpretação dos dados obtidos no barraco e nos pesqueiros indicam o oposto. Fica evidente através dos dados materiais e da observação das práticas de pesca que existem dois períodos distintos: um caracterizado pela utilização do barraco e de pesqueiros de águas abrigadas, sejam eles em banhados ou nos rios, esse período é conhecido por eles como época das cheias; e um outro período marcado pela ampla mobilidade dos pescadores em sua área de pesca, explorando diversos pesqueiros, pois as condições climáticas permitem a ampliação e exploração de recursos mais distantes, conhecido como época da vazante. Cabe destacar, como visto anteriormente, que a única prática de pesca em pesqueiro que se mantém permanente nos dois períodos é a pesca de espindel, modificando apenas a intensidade da pesca que aumenta na época da vazante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partiu-se, inicialmente, de que as práticas de pesca e as áreas de atividade encontram-se ligadas as condições climáticas do litoral norte, portanto, a sazonalidade implica na modificação das práticas de pesca e, por consequência, das áreas de atividade.

A primeira dessas variáveis, que não se encontravam na hipótese inicial, é a estabilidade que o galpão mostrou às alterações climáticas. As práticas desenvolvidas dentro dele mantiveram-se as mesmas ao longo do ano. Essa exceção se deve as práticas de pesca que se desenvolvem nesse local. Todas elas têm por última instância a comercialização do pescado. Portanto, tendo em vista que a sobrevivência dos pescadores depende disso, as práticas de pesca, juntamente com as áreas de atividade, não se alteram com as mudanças climáticas.

Outro fator que colabora com essa estabilidade das práticas de pesca é a existência de um espaço fixo, imune às alterações climáticas do período de cheia e vazante, sendo este destinado apenas as práticas que viabilizam a comercialização.

No entanto, através dos croquis, é possível verificar que as áreas de atividade do galpão possuem uma dinâmica intensa ao longo do dia. Na medida em que esse local concentra quase todas as áreas de atividade da pesca em terra, os artefatos, que caracterizam cada área, deslocam-se conforme o pescador desenvolve alguma atividade dentro do galpão. Sendo assim, a existência do galpão possibilita a centralização da maioria das práticas de pesca em terra, como por exemplo, a limpeza do peixe, a armazenagem dos utensílios de pesca e a comercialização do pescado, conferindo a este local uma dinâmica intensa, pois sempre após a pescaria, torna-se um local de processamento do pescado, desde sua limpeza até sua venda.

Portanto, a existência do galpão, que possui uma dinâmica específica e não afetada pelas alterações climáticas ao longo do ano, acrescenta-se como uma variável nova, pois os impactos da sazonalidade, que modificam as práticas nos pesqueiros e no barraco, não são verificados no galpão.

Deve-se destacar ainda, que não foi objetivo do trabalho transformar essas relações entre práticas de pesca e áreas de atividade em um determinismo ambiental-climático, mas sim compreender em que medida as alterações climáticas tem um peso na vida dos pescadores lacustres, pois diferente do que se imagina, estes sofrem com as mudanças ocorridas durante o ano da mesma forma que os pescadores marinhos.

Dentro da questão climática, o vento pode ser apontado como um guia para os pescadores, pois a sua direção determina possíveis virações, chuvas, melhorias do tempo, fartura de peixe, etc.. Trata-se, portanto, de um conhecimento profundo do ciclo de ventos do litoral norte, assim como das consequências dele sobre a paisagem. Sendo assim, a pesca necessita desse saber tradicional para sua execução.

Ainda na questão climática, a época das cheias oferece diversas restrições aos pescadores. Sendo um período onde o vento, juntamente com o frio, altera a paisagem e o comportamento dos peixes, os pescadores exploram de forma intensiva espaços menores dentro da área de pesca. A pesca no banhado e nos rios é um exemplo disso. As lagoas tornam-se mar, diante das ondas, do vento, das trombas d'água e da escassez de peixe elas são abandonadas durante essa época, sendo inviável a pesca nesses locais. Essa pesca intensiva ainda sofre o revés do frio, que segundo os pescadores diminui o número de peixes na região. Sendo assim, são necessárias mais redes, espinhéis e tempo dedicado a pesca. A partir disso, pode-se concluir que se trata de uma época de desafios aos conhecimentos tradicionais dos pescadores, pois a observação desse novo ambiente que se oferece pode ser determinante para o sucesso na pescaria.

Os impactos da sazonalidade, e consequentemente das condições climáticas do litoral nas cheias, são visíveis através da utilização do barraco. Suas áreas de atividade indicam uma ocupação sazonal com um período extenso de abandono. Pode-se afirmar isso pelo estado em que se encontra o local nos croquis, com objetos descartados, alimentos em decomposição e artefatos sujos, indicando um longo período de abandono. Isso também é confirmado através do registro etnográfico, pois durante o tempo de observação em campo, constatou-se a utilização desse local apenas nas cheias e ainda assim de forma esporádica. Portanto, é possível afirmar que o barraco desempenha uma função de acampamento sazonal de pesca, pois a sua utilização caracteriza-se pelo pernoite para a pesca nas proximidades, onde o peixe encontra-se em maior quantidade.

Ao contrário da época de cheia, a época da vazante é um período de fartura e ampla mobilidade dentro da área de pesca. A intensidade da pesca, mesmo com a abundância de peixe, se mantém, pois nesse período a chegada dos veranistas aquece a venda de peixes, principalmente os de maior valor de mercado, como por exemplo, o filé de violinha, traíra e jundiá.

O fechamento da pesca, para a época de piracema, representa uma mudança radical de hábitos dos pescadores. Devido a essa impossibilidade de pescar, muitos buscam empregos temporários em Capão da Canoa, como por exemplo, trabalhos de jardinagem, obras, zelar

casas, etc. No entanto, isso não significa um abandono completo das atividades de pesca, pois neste período é possível a manutenção de todos os equipamentos, como o remendo de redes, a manufatura de redes novas, a troca de anzóis dos espinhéis, a manutenção dos barcos, motores, etc. Portanto, pode-se afirmar que existe uma diminuição drástica das atividades, e não o abandono completo delas. A construção do novo galpão de pesca, conduzida no mês de Janeiro, é um bom exemplo disso, pois nesse período há tempo para essas melhorias estruturais na vida dos pescadores.

Ao observar recentemente a abertura do período de pesca após o defeso, no dia 01/02 e os dias anteriores, foi possível afirmar a existência de um contexto francamente favorável à pesca. Após três meses de pesca fechada, além da grande quantidade de peixe presente nas águas próximas, existe um “clima” de ansiedade entre os pescadores pela chegada do dia da abertura da pesca. Isso é visível no comportamento e na fala dos pescadores, a limpeza dos barcos, manutenção dos motores, o remendo das redes, o preparo dos espinhéis, a coleta de iscas, as ênfases em algumas falas, como por exemplo, “essa lagoa ta cheia de tainha”, tudo isso caracteriza esse período de abertura da pesca e esse clima de ansiedade que toma conta da Barra do João Pedro. Já próximo da meia noite do dia 31 de janeiro, é possível ouvir a movimentação dos pescadores próximos aos barcos, carregando redes, espinhéis, abastecendo o tanque de gasolina, etc. Portanto, essa época de vazante, principalmente nesses primeiros dias de fevereiro, caracteriza-se pela “euforia do peixe”, pois os pescadores aproveitam o tempo de fartura para a aplicação de várias práticas de pesca em um mesmo dia, mantendo esse ritmo pelo menos até o final da temporada de férias²⁹.

Ainda sobre a época da vazante, pode-se afirmar que o litoral se torna um ambiente amplamente favorável a pesca. Do ponto de vista climático, o único fator observado que atrapalhou a pesca foi a neblina, chamada pelos pescadores de serração, que na lagoa dificulta a navegação, principalmente pela manhã. As virações são raras, e quando acontecem não duram mais que um ou dois dias. Portanto, a época de vazante marca o ápice da utilização da área de pesca da Barra do João Pedro, deslocamentos de mais de 20 a 30 quilômetros com os barcos em curtos períodos de tempo, entorno de um ou dois dias, são naturais nesse período, demonstrando o ambiente favorável que se estabelece nessa época.

A mestrança mostrou-se como uma característica fundamental ao pescador, mas que não está presente em todos. Diversas vezes, observou-se os mais jovens perguntando aos mais velhos sobre as condições do tempo para o outro dia ou qual seria o melhor lugar para pescar.

²⁹ Final de fevereiro e início de março.

Portanto, a mestrança é uma característica que se desenvolve nos pescadores, trata-se de um processo de aprendizado constante de observação do meio ambiente e dos comportamentos dos mais velhos. Mesmo para os mais velhos, é possível observar que estes estão sempre dispostos a aprender mais, principalmente sobre as novas tecnologias voltadas para a pesca. Quando se utilizou o GPS para mapear os pesqueiros, instaurou-se uma curiosidade entre os pescadores, pois se trata de um aparelho muito útil para a marcação de redes e entrada das barras, facilitando a vida dos pescadores em dias de neblina. Isso demonstra que a mestrança é um processo de aprendizagem contínuo, independente da geração.

Os pesqueiros, a avaliação das condições climáticas, a navegação e a pesca são resultados de escolhas baseadas na mestrança de cada pescador. O conhecimento de todas essas variáveis permite que estes utilizem o recurso pesqueiro como a fonte de renda das famílias, assumindo os riscos que a exploração desses recursos oferece atualmente. A poluição das águas, a industrialização da pesca, o desvio de cursos dos rios para a irrigação, a construção de condomínios luxuosos próximos aos corpos d'água, etc., contribuem para a aceleração do processo de esgotamento do meio ambiente, e isso é verificado repetidas vezes nos diálogos que tivemos com os pescadores, demonstrando que o processo cada vez mais se acelera. Para alguns deles, resta apenas à recordação de tempos em que se pescava a alguns minutos de casa. (DIÁRIO DE CAMPO, 02/02/2012).

Com isso, pode-se afirmar que as relações existentes entre práticas de pesca e áreas de atividades estão permeadas pelas imposições que o clima do litoral norte do Rio Grande do Sul oferece aos pescadores. A particularidade de cada época, seja ela de cheia ou vazante, modifica as práticas, bem como os locais onde elas se desenvolvem, portanto, a relação entre práticas de pesca e áreas de atividade caracteriza-se pela reciprocidade entre elas.

Antes de se finalizar esta pesquisa, deve-se de destacar que muitas lacunas continuam em aberto.

Ao longo do trabalho, observou-se que a mulher possui um papel fundamental dentro da família de pescadores. Estas são responsáveis, pela manutenção da casa; comercialização do peixe, na ausência do pescador; pela limpeza do peixe, principalmente no caso do filé de violinha; e até mesmo na condução de pequenos mercados, que abastecem a comunidade. Mesmo não se tratando de práticas de pesca, essas atividades são importantes para a manutenção do modo de vida ligado a pesca, portanto, é necessário compreender o papel das mulheres como agentes da pesca, exercendo atividades que contribuem com as práticas de pesca.

Considerando essas atividades feitas pelas mulheres como importantes para os pescadores, o desenvolvimento das práticas de pesca também depende do funcionamento dessas atividades. Portanto, a compreensão do papel das mulheres para a formação dos registros arqueológicos ainda necessita de um estudo, tendo em vista que estas também participam e executam algumas práticas de pesca.

Outro ponto que necessita de um estudo aprofundado é a transformação do registro arqueológico. Muitas vezes, observou-se em campo, a reutilização de diversos artefatos que haviam sido descartados. O caso mais latente é o das garrafas pet, que após o consumo da bebida eram jogadas no lixo, mas diversas vezes os pescadores recolheram as garrafas para colocá-las nas redes, de modo que essas fiquem “boiadas” na superfície, para pegar as tainhas. Assim como as escamas dos peixes, que são descartadas pelos pescadores e reutilizadas pelas mulheres, para a confecção de peças de artesanato. A reflexão feita em campo sobre essa temática, que não é o objetivo da pesquisa, é de pensar que “nem tudo que está descartado é lixo” (DIÁRIO DE CAMPO, 29/01/2012).

No último trabalho de campo realizado, onde o objetivo era observar o período que antecede a abertura da pesca - término da piracema - ocorreram modificações no galpão de pesca. Ele foi completamente destruído, dando lugar a uma estrutura de alvenaria. A construção estava quase completa quando chegamos a campo. Não havia nada dentro da nova estrutura, o que indica, possivelmente, que novas modificações espaciais serão feitas. Sendo assim, abre-se novamente outra possibilidade de pesquisa, até mesmo de um estudo comparativo entre a estrutura anterior e a nova.

Faz-se necessário também, estudos históricos sobre as origens dessas comunidades, bem como escrever as histórias desses pescadores, tendo em vista que as possibilidades de trabalho com a história oral são amplas, pois quase tudo na vida desses pescadores é baseado na oralidade.

Por fim, ainda se faz necessário compreender melhor os conflitos dos pescadores com as embarcações de lazer, conduzidas por veranistas. Trata-se de um conflito exógeno a comunidade pesqueira que, no entanto, modifica algumas práticas de pesca durante o período da vazante.

Ao final deste trabalho, torna-se evidente que ao longo dos últimos séculos a pesca vem se modificando e de forma intensa no litoral norte do Rio Grande do Sul. Desde a ocupação dos grupos de pescadores-coletores nos sambaquis, passando pelo surgimento dos pescadores sazonais de Tramandaí, descritos por Saint-Hilaire no século XIX, até os pescadores atuais da Barra do João Pedro, ocorreram diversas transformações no litoral

gaúcho que conduziram até o modo de vida atual destes indivíduos estudados. O surgimento dos veranistas, o desenvolvimento da navegação lacustre, a construção dos hotéis, o desenvolvimento dos balneários, etc. são fatores que contribuíram para esse processo de formação das comunidades de pescadores atuais, portanto, as práticas de pesca atuais devem ser consideradas como uma herança desse processo pelo qual o litoral passou e está passando. Sendo assim, este processo de transformação das comunidades de pescadores no litoral norte possibilitará a continuação das pesquisas na região.

REFERÊNCIAS

ADOMILLI, G. K. *Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – RS*. 2002, 114 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. **Terra e mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte – RS**. 2007, 343 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ASCHER, R. Analogy in archaeological interpretation. **Southwestern Journal of Anthropology**. v. 17, p. 317-325, 1961.

BASTOS, F. **Noite de reis: narrativa histórica**. Porto Alegre: Globo, 1935. 254 p.

BEGOSSI, A (org). **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: NUPAUB-USP/HUCITEC/FAPESP/NEPAM-UNICAMP, 2004, 322 p.

BINFORD, L. R. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**. v. 28, n. 2, p. 217-225, 1962.

_____. **Nunamiut Ethnoarchaeology**. New York: Academic Press, 1978a.

_____. Dimensional analysis of behavior and site structure: learning from an Eskimo hunting stand. **American Antiquity**. v. 43, p. 330-361, 1978b.

_____. **Em busca do passado: a decodificação do registro arqueológico**. Mira-Sintra: Europa-América, 1983, 304p.

BISONHIM, K. **Em busca da estrutura sócio-espacial da redução de San Francisco de Borja: a sobrevivência do patrimônio arqueológico**. 2011, 116 p. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CESAR, G. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2ª. Edição, 1981, 231 p.

CLARKE, D. L. **Spatial Archaeology**. London: Academic Press, 1977, 386 p.

COTRIM, D. S.; MIGUEL, L. A. Uso do Enfoque Sistêmico na Pesca Artesanal em Tramandaí – RS. **Eisforia**, Florianópolis, ano 5, v. 5, n. 2, p. 136-160, 2007.

COTRIM, D. S. **Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais: O caso de Tramandaí, RS**. 2008, 197 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa

de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008

DAVID, N; KRAMER, C. **Ethnoarchaeology in Action**. New York: Cambridge Press, 2001, 476 p.

DIAS, A. A questão da variabilidade na obra de Lewis R. Binford e sua contribuição para a construção de uma teoria arqueológica. **Revista do Cepa**. Santa Cruz do Sul, v. 24, n° 31, p. 7-42, 2000.

DIEGUES, A. C (org). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000, 207 p.

DIEGUES, A.C. **A Pesca Construindo Sociedades**. São Paulo: NUPAB – USP, 2004. 315 p.

DREYS, N. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990[1839] 143 p.

FELKES, J. W. Tusayan migration traditions. **Bureau of American Ethnology, annual Report**. v. 19, p. 577-633, 1900.

FESTUGATO, E. **Torres de Antigamente: crônicas e memórias**. Caxias do Sul, 1994, 144 p.

FOSTER, G. M. The sociology of pottery: questions and hypotheses arising from contemporary Mexican work. In Matson, R. F. **Ceramics and Man**. New York: Wenner-Gren Foundation, p. 43-61, 1965.

GARCEZ, D. S.; SÁNCHEZ-BOTERO, J.I. Comunidades de Pescadores Artesanais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Atlântica**, Rio Grande, v. 1, n. 27, p. 17-29, 2005.

GOULD, R (org.). **Explorations in Ethnoarchaeology**. Santa Fe: School of American Research, 1978, 329p.

GOULD, R. **Living Archaeology**. New York: Cambridge University Press, 1980, 265p.

HEIDER, K. G. Archaeological assumptions and ethnographic fact: a cautionary tale from New Guinea. **Southwestern Journal of Anthropology**. v. 23, p. 52-64, 1961.

HODDER, I. The Meaning of Discard: Ash and Domestic Space in Baringo. In KENT, S (org). **Method and theory for activity area research: an ethnoarchaeological approach**. New York: Columbia University Press, p. 424-448, 1987.

HODDER, I. **Interpretación em Arqueología. Corrientes actuales**. Barcelona: Editorial Crítica, 1988, 235 p.

_____. **Análisis espacial en arqueología.** Barcelona: Crítica, 1990. 295 p.

_____. **The meanings of things: material culture and symbolic expression.** England : Harper Collins, 1991. 265 p.

_____. **Theory and Practice in Archaeology.** London: Routledge, 1995. 285 p.

ISABELLE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos, 1983[1833-34]. 84 p.

KENT, S. **Analyzing activity areas: An ethnoarchaeological study of the use of space.** Albuquerque: University of New Mexico Press, 1984, 259 p.

KENT, S.(org). **Method and theory for activity area research: an ethnoarchaeological approach.** New York: Columbia University Press, 1987. 643 p.

_____. The Relationship between Mobility Strategies and Site Structure. In KROLL, E.M.; PRICE, T.D. **The interpretation of archaeological spatial patterning.** New York: Plenum Press, p. 33-59, 1991

_____. **Domestic architecture and the use of space: an interdisciplinary cross-cultural study.** Cambridge: Cambridge Press, 1993. 192 p.

MALDONADO, S. **Pescadores do Mar.** São Paulo: Ática, 1986, 73 p.

_____. **Mestres e Mares, espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo: Annablume, 2º edição, 1994, 193 p.

_____. O caminho das pedras: percepção e utilização do espaço marinho na pesca simples. In DIEGUES, A. C (org). **A imagem das águas.** São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP p. 59-68, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Editora Abril, p. 21-38, 1976.

MOURÃO, F. **Pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo.** São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2003[1971] 264 p.

MURI, G. **Rememranças de Conceição do Arroio.** Porto Alegre: Jollo, 1992, v. 3, 128 p.

_____. **Rememranças de Conceição do Arroio.** Porto Alegre: 1995, v. 4, 143 p.

PASQUOTTO, V. F. **Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social.** 2005, 163 p. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RATHJE, W. Archaeological Ethnography ... Because Sometimes it is Better to Give than to receive. In: GOULD, R (org.). **Explorations in Ethnoarchaeology**. Santa Fe: School of American Research, 1978, p. 49-75.

ROQUETTE-PINTO, E. **Relatório de excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1962[1906], 80p.

SAINT HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, p. 11-19, 1987[1820].

SANTOS, M. S. **Origens de Capão da Canoa (1920-1950)**. Porto Alegre: EST Edições, 2005, 134 p.

SCHIFFER, M. B. **Behavioral Archaeology**. New York: Academic Press, 1976, 222 p.

_____. Methodological Issues in Ethnoarchaeology. In: GOULD, R (org.). **Explorations in Ethnoarchaeology**. Santa Fe: School of American Research, 1978, p. 229-247.

SCHOSSLER, J. C. **“As nossas praias”: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900 – 1950)**. 2010, 220 p. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, C. P. **Pesca exploratória na região de Tramandaí**. Porto Alegre: GEDIP, 1975, 94 p.

SILVA, M. R. **Navegação Lacustre Osório-Torres**. Porto Alegre: Luzzatto Editores, 1985, 140 p.

SKIBO, J. **Ants for Breakfast: Archaeological Adventures Among the Kalinga**. Salt Lake City: The University of Utah Press, p. 1-31, 1999.

SOARES, L. S; PURPER, S. **Tramandaí: terra e gente**. Tramandaí: AGE, 1985. 127 p.

SOARES, L. S. **Tramandaí – Imbé: 100 anos de história**. Porto Alegre: EST edições, 2008, 348 p.

STILES, D. Ethnoarchaeology: a discussion of methods and applications. **Man**. v. 12, p. 87-103, 1977.

THOMPSON, R. H. Modern Yucatean pottery making. **Memories of the Society for American Archaeology**. v. 15, 1958.

THOMSON, D. The seasonal factor in human culture, illustrated from the life of a contemporary nomadic group. **Proceedings of the Prehistoric Society.** v. 5, p. 209-221, 1939.

TRIGGER, B. **História do pensamento arqueológico.** São Paulo: Odysseus Editora, 2011(2ª Edição), 629 p.

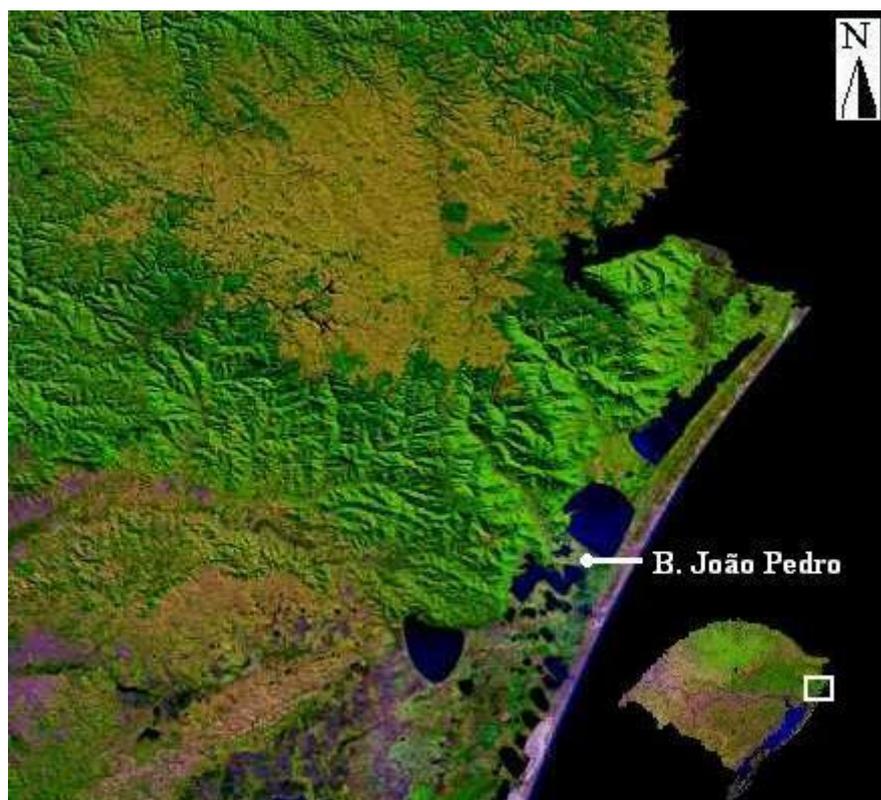
WAGNER, Gustavo Peretti. **Sambaquis da barreira da Itapeva uma perspectiva geoarqueológica.** Porto Alegre: (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 222 p., 2009.

VILLWOCK, J. A.; TOMAZZELI, L. J. **Geologia costeira do Rio Grande do Sul, Notas técnicas,** Porto Alegre, n. 8, p. 1-45 p, 1995.

WILK, R. **Household Ecology, economic change and domestic life among the Kekchi Maya en Belize.** Tucson: University of Arizona Press, 1991, 280 p.

ANEXOS

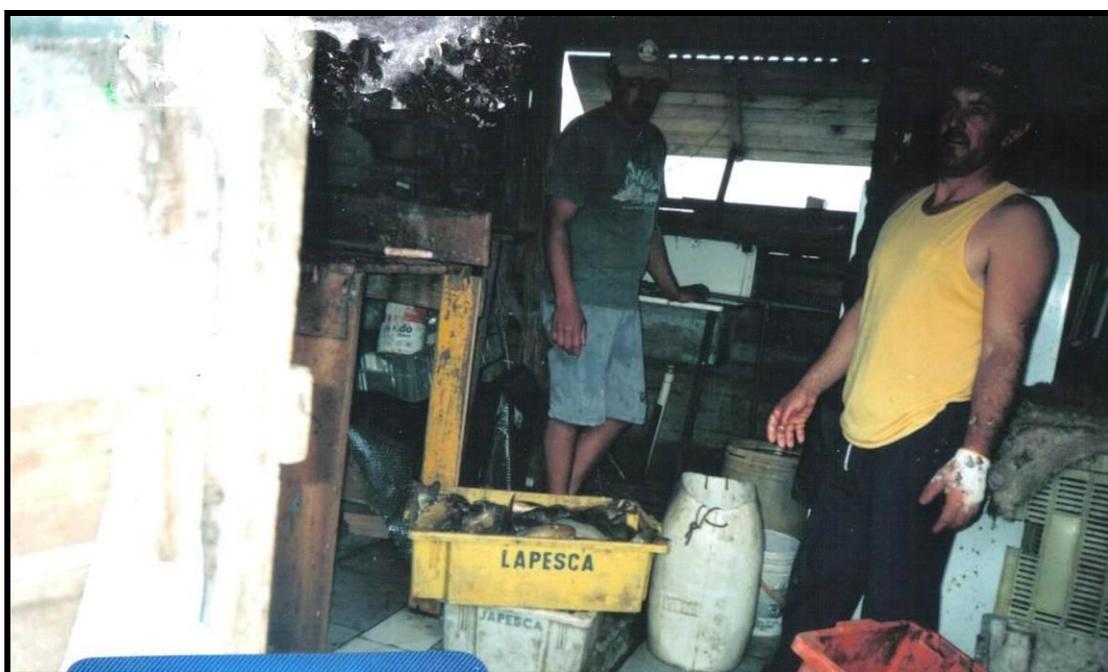
ANEXO A – Mapa com a localização da Barra do João Pedro. Escala 1: 250.000 (Embrapa)



ANEXO B – à direita o galpão (Foto do autor)



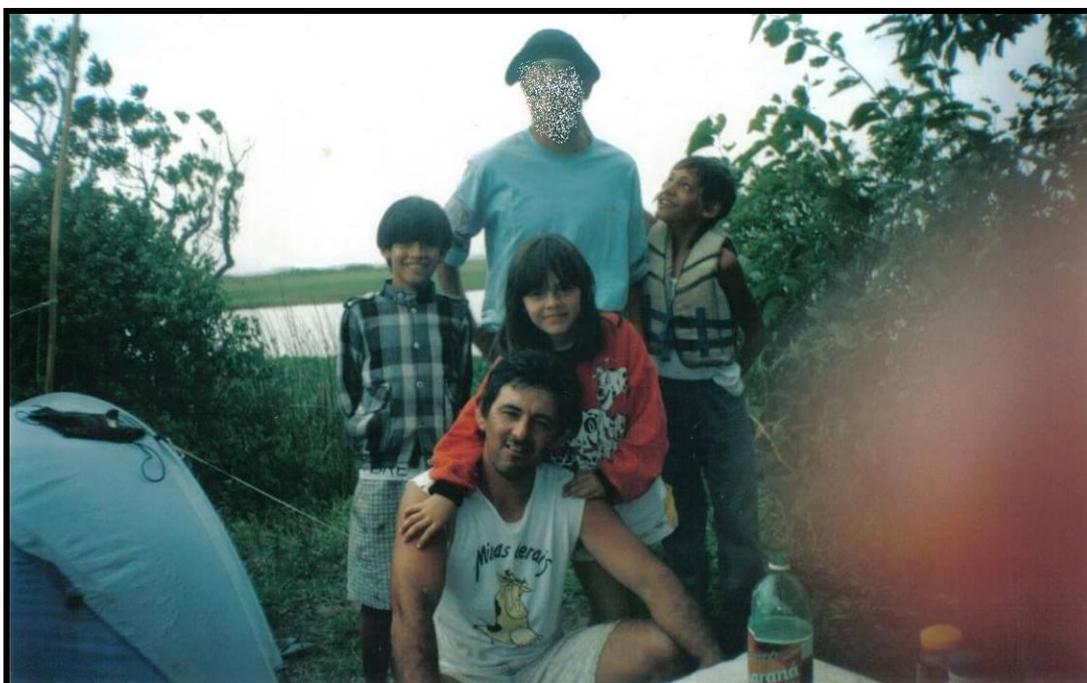
ANEXO C - (da esquerda para a direita) Pescador André e pescador Inácio limpando peixe no galpão, fotografia do final da década de 1990 (Foto cedida pelos pescadores)



ANEXO D – Despesca da rede (Foto do autor)



ANEXO E – Acampamento de barraca (Foto cedida pelo pescador Inácio)



ANEXO F – Canoa de um pau só motorizada de propriedade do pescador Inácio (Foto cedida pelos pescadores)



ANEXO G – Redes colocadas no banhado (Foto do autor)



ANEXO H – Viração na Lagoa dos Quadros (Foto do autor)



ANEXO I – Croqui completo do galpão.

